



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DIRLENE DE JESUS PEREIRA ROCHA

“MÁRIO PEDROSA E O ESTADO BONAPARTISTA
MILITARIZADO NO BRASIL DE 1964”

Londrina
2004

DIRLENE DE JESUS PEREIRA ROCHA

**“MÁRIO PEDROSA E O ESTADO BONAPARTISTA
MILITARIZADO NO BRASIL DE 1964”**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira

Londrina
2004

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira

Londrina, 20 de setembro de 2004.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Almerita Celestina Pereira e Avelino Miguel Pereira (*in memoriam*), representantes da classe trabalhadora brasileira.

Ao meu querido esposo, Cilas.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, também grande amigo, minha sempre gratidão pela boa vontade, paciência e pela excelente orientação cedida durante todas as etapas desse trabalho. Impossível a realização sem sua colaboração.

À CAPES, pela concessão da bolsa, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível.

Aos participantes da banca de qualificação, professores Eliel Ribeiro Machado (Ciências Sociais-UEL) e José Mário Angeli (Filosofia-UEL) pelas importantes intervenções e sugestões, enfim, pela contribuição na finalização deste trabalho. Agradeço também aos demais participantes da banca examinadora.

Ao meu esposo Cilas, pela compreensão e paciência.

Enfim, à todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho. Jamais esquecerei.

“(...) a questão do Estado é uma das mais complexas, mais difíceis e, talvez, a mais embrulhada pelos eruditos, escritores e filósofos burgueses. (...) Todo aquele que quiser meditar seriamente sobre ela e assimilá-la por si, tem de abordar esta questão várias vezes e voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme.” (V. I. Lênin)

RESUMO

Na França de 1848-1851, com o processo de assentamento das classes sociais, Marx percebeu a instalação, no Estado, de certas estruturas, por imposição das lutas de classes, que permite descolar-se de sua base social, a fim de manter a coesão da sociedade capitalista. Trata-se do fenômeno bonapartista, onde a centralização e burocratização crescentes no interior do Estado moderno, transformam-o numa peça fundamental ao manter uma coesão social e uma unidade política no capitalismo ao desmobilizar a organização política dos trabalhadores. Tendo o bonapartismo como ponto de partida, este trabalho é uma análise conceitual entre Karl Marx e Mário Pedrosa acerca do referido conceito. A compreensão do Estado moderno a partir dessa especificidade em relação às classes sociais alimentou a reflexão de Mário Pedrosa sobre o Brasil de 1964. Suas publicações, *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, falam de uma realidade social capitalista que se explica pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado, suportando um “Estado bonapartista militarizado”, forjado em razão do acirramento das lutas de classes no Brasil, tendo como prioridade repor os interesses imperialistas no cerne dos esforços para vencer a crise de crescimento das forças produtivas da década de sessenta. Como Marx, Pedrosa se preocupou em apanhar as especificidades da realidade histórica brasileira, não se distanciando da crítica marxista sobre tal conceito.

Palavras-chave: Bonapartismo; Estado; Imperialismo; Lutas de classes; Socialismo.

ABSTRACT

In the France of 1848-1851, with the process of settlement of the social classes, Marx perceived the installation, in the State, of certain structures, by imposition of the fights-of-classes, that permits unstick itself of its social base in order to maintain the cohesion from the capitalist society. To take care of oneself of the bonapartist phenomenon, where the centralization and bureaucratization that growing in the inner of the modern State, transforms it in a fundamental piece when maintain a social cohesion and a political unit in the capitalism upon to demobilize the politic organization of workers. Having the bonapartism as the point of party, this research is a conceitual analysis between Karl Marx and Mário Pedrosa about of referred concept. The comprehension of the modern State from this characteristic in relation to the social classes fed the reflection of Mário Pedrosa about the Brazil in the year of 1964. His publications, *A Opção Brasileira* and *A Opção Imperialista*, they speak of a capitalistic social reality that is explained by the process of unewen and combined development, bearing a "Militarized bonapartist State", forged, on account of the provocation of the fights-of-classes in Brazil, having as priority to replace the imperialists interests in the innermost of the efforts to win the crisis of growth from the productive forces in the decade of sixty. As Marx, Pedrosa was concerned in pick up the characteristics of the Brazilian historical reality, doing not himself distance from the Marxist critic about such concept.

Key Words: Bonapartism; State; Imperialism; Fights-of-classes; Socialism.

TABELA DE SIGLAS

ADP	-	Ação Democrática Parlamentar
AIFLD	-	American Institute for Free Labor Development
ALALC	-	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BACEN	-	Banco Central
BIRD	-	Banco Mundial
BNDE	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
EMFA	-	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	-	Escola Superior de Guerra
EUA	-	Estados Unidos da América
FIEGA	-	Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	-	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MCE	-	Mercado Comum Europeu
OEA	-	Organização Estados Americanos
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAEG	-	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PRP	-	Partido Republicano Paulista
PSD	-	Partido Social Democrata
PSP	-	Partido Social Progressista
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
SUMOC	-	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUNAB	-	Superintendência Nacional de Abastecimento
SUPRA	-	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	-	União Democrática Nacional
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MARX: ESTADO E BONAPARTISMO	15
3 MÁRIO PEDROSA E O BONAPARTISMO MILITARIZADO.....	49
3.1 O Estado Bonapartista Militarizado	73
4 MÁRIO PEDROSA E KARL MARX: NAS CONFLUÊNCIAS DE UM CONCEITO.....	96
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIA	136

1 INTRODUÇÃO

A discussão do Estado e suas formas encerra um tratamento do problema da especificidade da dimensão política. Já há uma importante literatura sócio-política que chega aos dias atuais como, por exemplo, a obra de Adam Przeworsky, *Estado e Economia no Capitalismo* (1995), discutindo esse problema. No Brasil, esta literatura também não é pequena, mas vale destacar o intrigante conceito de Estado bonapartista militarista de Mário Pedrosa, na tentativa de se compreender o Estado que se configurava com a ditadura militar de 1964. Esse conceito é portador de uma burocracia “autonomizante” no sistema estatal, todavia, capaz de influenciar posteriores e importantes reflexões sociológicas.¹ Valerá, portanto, uma preocupação que possa dar conta, através de um confronto entre Marx e Mário Pedrosa, sobre o tratamento do conceito dessa especificidade do Estado.

De fato, em alguma medida, toda a literatura sobre o conceito remonta a mais importante obra política de Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, sobre a qual fora elaborado o conceito de bonapartismo em um processo de lutas de classe. O primeiro capítulo é uma tentativa de reconstituir o conceito, a partir da obra de Marx, revelando as categorias analíticas em que se baseia a perspectiva do método genético-estrutural² que, convém salientar, ele acompanha a

¹ Ver por exemplo Luciano Martins, *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

² “Toda pesquisa científica pressupõe uma metodologia. Essa, a rigor, não se configura inocentemente, ou melhor, ela sempre esposa consciente ou inconscientemente uma filosofia. Ora, mas para não se escorregar num relativismo ou, se se quiser em um positivismo, deve-se reconhecer que essa constatação, essa consciência do “compromisso”, não resolve por assim dizer, a questão básica, a questão do objeto do conhecimento. Em outras palavras, no processo de conhecimento há algum corte entre sujeito cognoscente e objeto? Como essa relação se resolve no interior das Ciências Humanas? Existe oposição entre objeto do conhecimento com objeto real? Quais as implicações daí decorrentes? Fundamentalmente, são questões que perpassam todo o edifício científico e, que

categoria (ou conceito), das suas origens históricas às reproduções em condições sociais alteradas, mas jamais tomando-a na sua evolução, porque esta coincide com a relação natural ou à série do desenvolvimento histórico, o que não corresponde com as relações contraditórias que perpassam todo o conjunto categorial no dizer de Marx na *Introdução de 1857*. O fenômeno bonapartista, como produto do acirramento das lutas de classe, traduz-se numa nova configuração do Estado, onde o mesmo adquire uma especificidade diante dos condicionamentos sociais, permitindo que seja vislumbrado enquanto representante do interesse geral. Na

não se solucionam, obviamente, em última instância, devido a não solução de determinadas contradições, inerentes ao habitat comum que é o social. No limite, a questão científica é uma questão social. Ora, nesse caso discutir uma tese científica é o mesmo que discutir uma ideológica? Não, claro que não. Se se quiser buscar uma pesquisa desinteressada, deve-se perceber as demarcações entre uma e outra. Todavia, perceber as demarcações não implica em escamotear os fundamentos, a gênese da ciência. Ademais, negar a relação entre ciência e contexto histórico-social, aceitar o divórcio entre pensamento e prática social, é aceitar o discurso dominante da sociedade de mercado, que “coisifica” as relações humanas no mesmo ritmo de sua auto-reprodução. A famosa frase de Marx “no es la conciencia la que determina la vida, sino la vida que determina la conciencia” na sua forte significação, impede qualquer malabarismo, na tentativa de eufemizar as determinações da produção intelectual (científicas, filosóficas, morais, religiosas, etc), só compreensíveis no interior das relações sociais. Essas últimas são sempre determinadas historicamente. Todavia, se as relações sociais condicionam a consciência e, portanto, todo o conhecimento inclusive o científico, como separar sujeito de objeto? Um sujeito que nunca poderá ser objeto? Um cientista que olha o mundo ao seu redor, como “... un espectador neutral de esse proceso”? Obviamente que, ou se “coisifica” a si próprio porquê considera o objeto como coisa, ou se coloca como construtor de um real que não é um universal-concreto. Os pensadores, cientistas, que admitem a oposição entre objeto do conhecimento com objeto real não percebem que por detrás deste último, na sua constituição, existe uma ontologia. Destarte, não existe um objeto em estado bruto, um objeto em geral, mas um objeto que se define no interior das relações dadas. E, é por isso que Marx na *Crítica da Economia Política*, investiga não a mercadoria, mas as formas que a revestem. Nesse caso, a investigação que busca apreender a essência do investigado, não pode de maneira alguma descartar o real-concreto, com risco, é claro, de incorrer em simples exercício lingüístico. A dialética não vê a ciência como produção de conhecimento (atividade do cientista como prática-teórica), resultante de uma articulação de objetos. E se há concordância *ad hoc* em torno de uma dialética do social, da realidade histórico-social, há de se concordar com o caráter histórico das categorias, dos conceitos, que impede um autoctonismo das teorias, negando-lhes uma origem de per si. Assim, conceber objetos de conhecimento como originários de artificiosas construções teóricas, é perder de vista o processo que torna possível o conhecimento e a atividade humana, como fundamentos de uma forma de sociabilidade. Concebendo um objeto como produto da dinâmica do real-concreto, é possível a dialética recuperar uma essência por detrás da aparência. É nesta travessia aparência-essência (representação-conceito), que o real pode ser detectado. Se o concreto é concreto enquanto síntese de muitas determinações, contradições, numa unidade da diversidade, como esclarece Marx, não se poderá construir um real, mas por meio da gênese categorial, reconstituí-lo (não na sua total plenitude, o que é impossível, dado que, negar-se-lhe-ia sua dialética, sai dinâmica), mas naquilo que lhe garante substância, ou seja, sua ontologia. A gênese categorial em si não é fundamento do processo, para ser dialética não pode se separar do real e, portanto, sua inflexão não é simplesmente lingüística, mas produto daquele quando se objetiva. As categorias da dialética não podem ser utilizadas como “chavões” na tentativa de explicar o real, posto que esse é rico em determinações e sua especificidade se perde no ato de nominalização, que reduz seus atributos e desconversa as diferenças. A realidade histórico-social não pode ser apreendida por uma ciência nominativa, tipológica, mas somente por uma que se fundamente na gênese categorial. Em si mesma, a dialética é crítica ao fetiche do método, a reificação do real. Qualquer projeto para uma ciência política tem que necessariamente romper com a esquematização dos

base dessa nova relação Estado/sociedade, está o desenvolvimento pleno das classes sociais antagônicas, que põe a necessidade desse relativo descolamento do Estado da sua base social, a fim de manter a coesão da sociedade. No interior desse processo, ocorreram várias transformações internas no aparelho de Estado – centralização e burocratização, bloqueando as pressões advindas das forças sociais que ameaçavam destruí-lo. A partir dessa alteração na correlação de forças sociais – em razão da maturação do processo de produção capitalista, o Estado toma para si a manutenção de uma sociedade dividida em classes, negando, por conseguinte, em sua estrutura, a existência das mesmas, à medida em que, para cumprir esta tarefa, deve se converter em poder universal, estendendo sua jurisdição à todos.³ Em outros termos, o Estado assume com êxito, a dominação de uma classe quando se torna capaz de uma prática integradora das demais classes no âmbito do seu domínio. Para atingir êxito, o pressuposto geral é a desorganização política das classes sociais, colocando-se, ao mesmo tempo, como “salvador da sociedade”, como árbitro “neutro” diante dos conflitos gerados no seu interior. Nessa inflexão do Estado com a sociedade, as Forças Armadas e a burocracia têm, ao longo do tempo, se fazendo cada vez mais presente no interior da vida política, o que demonstra a incapacidade da burguesia levar adiante o progresso social.

No segundo capítulo, trata-se da reconstituição dos caminhos percorridos por Mário Pedrosa na elaboração do conceito de “Estado bonapartista militarizado”, no contexto da luta de classes no Brasil, durante a década de sessenta. Tendo como ponto de partida uma série de transformações no capitalismo

conceitos, com a dicionarização das categorias, visto que, a passagem da “abstração razoável” ao conceito, implica na investigação do concreto “. (FERREIRA, 1980, p. 2-4)

³ Como, de maneira geral, o processo de produção capitalista conseguiu abrir mão da coação física no interior do processo de produção, em razão do desenvolvimento técnico da divisão do trabalho, que separa os trabalhadores dos meios de produção, obrigando-os a venderem sua força de trabalho ao capital, a reprodução do capital é permitida sem muitas ingerências extra-econômicas.

internacional no século XX, principalmente no pós-guerra, em razão do embate com o “socialismo real”, no contexto desse *imperialismo renovado*, a “opção brasileira” passa pela “adesão incondicional a uma potência” (EUA), frente ao “colapso do populismo”. Para Pedrosa, a constituição, no Brasil, de um “Estado bonapartista militarizado”, como produto da intensificação das lutas de classe, num período de crise cíclica do capitalismo, requer apreensões da estrutura de classes aqui conformada, em seu relacionamento com o capitalismo internacional. Para Mário Pedrosa, o bonapartismo militarizado foi a ponte possível para a reinserção do Brasil, no sistema internacional, ameaçada pelas contradições sociais – lutas de classe, no contexto do *imperialismo renovado*, e em razão desse contexto, observa-se a potencialização da militarização. Analisando a política a ser implementada pela ditadura militar – que concorre para a “destruição da indústria nativa”, o autor a interpreta como o agente imperialista, recolocando os interesses da oligarquia das grandes corporações norte-americanas “no cerne do esforço para vencer a crise de crescimento das forças produtivas pronunciadas desde 1962”. A autonomia da ditadura militar – em relação às classes produtoras nacionais, será, portanto, apreendida no contexto desse *imperialismo renovado*.

O terceiro capítulo pretende, num confronto entre Marx e Mário Pedrosa, verificar em que medida este autor amplia as determinações do conceito de “Estado bonapartista militarizado”, posto trabalhar numa realidade mais específica do capitalismo, ou, ao contrário, compromete-o em seus principais fundamentos. Em outras palavras, trata-se da tentativa de se verificar a existência do bonapartismo enquanto uma estrutura geral do Estado capitalista, como querem alguns (ver por exemplo Nicos Poulantzas), ou se se trata de um fenômeno estritamente histórico, que anula essa forma de Estado na sua pretensão em ser um

requerimento geral da relação Estado/sociedade⁴. Enfim, constatar até que ponto caminha, a nosso ver, a fecunda contribuição do autor de *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, para o debate sobre a realidade brasileira dos anos sessenta.

⁴ Ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso em “Estado capitalista e Marxismo” In *Estudos Cebrap* nº 21, jul-ago-set 1977. São Paulo: Ed. Cebrap, 1977, p. 21.

2 MARX: ESTADO E BONAPARTISMO

Da reflexão de Marx sobre o Estado, fundamentalmente, àquela que se apresenta n' *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, pode-se inferir o conceito de especificidade do político diante do condicionamento das forças sociais – classes sociais na sociedade moderna. O conceito põe as metamorfoses da dimensão política no todo contraditório capitalista, explicando, por conseguinte, as dissimulações que conferem ao Estado a representação do interesse geral. Esse elemento de flexibilidade é introduzido pelo processo de desenvolvimento e assentamento das classes sociais na sociedade francesa, ou seja, pela maturação do processo de produção capitalista⁵ em sua totalidade. Entretanto, devido ao caráter desigual e combinado do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, como bem afirmou Engels no prefácio d' *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em 1885, “a França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos.” (MARX, 1997, pp. 17-18)

Na raiz de toda a polêmica está o processo que constitui a sociedade moderna, com o avanço do sistema capitalista, que, com suas dimensões diferentes e articuladas em um todo contraditório, deu ao Estado uma condição que lhe é em grande medida específica, mas nunca totalmente independente:

“(...) relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (bürgerliche Gesellschaft), seguindo os ingleses e franceses do

⁵ Fase de reprodução ampliada do capital.

século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (bürgerliche Gesellschaft) deve ser procurada na Economia Política.” (MARX, 1999, p. 51)

Mas é preciso, primeiramente, apanhar estas dimensões da realidade efetiva num imbricamento que escapa à cronologia dos fatos e acontecimentos históricos, posto a dialética recusar um encadeamento natural das relações sociais:

“Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão “na idéia” (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.” (MARX, 1999, p. 45)

Assim, ao comentar criticamente a segmentação do real exposta pelo pensamento econômico burguês, Marx salientará que o Estado se torna compreensível nas relações entre o todo e as partes:

“Quando se reduzem estas trivialidades a seu conteúdo efetivo, expressam mais do que seus pregadores sabem, isto é, cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo, etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito da força, por exemplo. Esquecem apenas que o direito da força é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outra forma em seu “Estado de Direito.” (MARX, 1999, p. 29)

No entendimento de Marx, a política é o terreno da luta de classes pela dominação e direção da sociedade, e a participação na direção e nos assuntos do Estado. Assim, a questão fundamental da política se refere à posse, manutenção e utilização do poder do Estado por uma determinada classe ou fração de classe social. Como se pode reparar então, entre as dimensões do social e do político, têm-se mediações importantes que fazem das contradições da realidade social mais do

que simples mecanismos superpostos na constituição da totalidade de uma formação social.

O ponto de partida, que relaciona política e classes sociais, as características de uma dada estrutura social, a luta pela posse e manutenção do poder estatal, é ainda, por assim dizer, uma abstração que fala mais sobre a estrutura interna que sobre o movimento do real, embora não deixando de ser parte constitutiva do conceito na dialética de Marx, daí Zeleny (1974, pp. 21-22) afirmar que:

“La explicación estructural y la explicación genética no se oponen en la obra de Marx, ni tampoco discurren paralelamente, ni sucesivamente. A Marx le interesa entender el modo de producción capitalista como estructura que nace, evoluciona y perece. El análisis teórico que conduce a la realización de esa intención es el análisis genético-estructural. En el mismo sentido en que un lugar habla de “estructura interna”, Marx habla en otro de las relaciones y circunstancias que corresponden “al concepto del capital”, del “tipo general de las relaciones capitalistas”. “Conceptar científicamente” significa, pues, para Marx en este sentido expresar el carácter de un determinado tipo, organismo o todo determinado que está en desarrollo o evolución, lo que quiere decir practicar un análisis genético-estructural.”

Se é correto afirmar que, para Marx, a coerção já está dada na relação social de produção quando se pressupõe o sistema capitalista e, que esta produção coisifica o trabalhador ao ponto dele ser um mero apêndice em todo o processo: “O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este, é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração de trabalho alheio.” (MARX, s/d, p. 87). No que se resume:

“O produto do processo de produção capitalista não é nem mero *produto* (valor de uso), nem uma mera *mercadoria*, quer dizer, um produto que tem valor de troca; o seu *produto específico é a mais-valia*. O seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção, o *processo de trabalho* só se apresenta como *meio*; o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia* como fim.” (MARX, s/d, p. 68)

O poder político, que aparece como expressão oficial da sociedade, dando ao todo social uma representação da sua síntese, dela, enquanto representação, também é parte:

“O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. São os homens livres para escolher esta ou aquela forma de sociedade? De modo nenhum. Suponhamos um certo grau de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e teremos uma forma correspondente de comércio e consumo. Suponhamos certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, e teremos uma dada forma de constituição social, uma dada organização da família, dos estamentos ou das classes, numa palavra, uma dada sociedade civil. Suponhamos uma determinada sociedade civil e teremos um dado estado político que é apenas a expressão oficial da sociedade civil.” (MARX, 1977, p. 14)

O poder político da classe social, o uso do poder para assegurar os seus interesses econômicos enquanto classe dominante, diferencia-se do poder econômico enquanto utiliza-se de meios não-econômicos para se exercer nas demais dimensões do todo social como dimensão política. Não se confundindo com outras manifestações possíveis de poder – o poder de um indivíduo sobre o outro, de forma fortuita, mas se configurando de maneira especial nas contradições e conflitos de classe. Por conseguinte, o poder econômico e o poder político são constitutivos do poder de classe indissolivelmente conectados entre si:

“El primero no puede existir mucho tiempo sin el otro, y el segundo, está falto de su objeto sin el primero. Por eso, la historia de la economía está estrechamente ligada a la historia de la política, y la historia de los modos de producción a la historia de los organismos políticos. Luego la política y los organismos políticos son una “superestructura” de la economía y de los medios de producción y desarrollan respecto a estos un papel dependiente; están al servicio del sistema social de producción vigente.” (BAUMAN, 1975, p. 195)

Por não ser uma superposição nas dimensões da realidade efetiva, a superestrutura política se determina na relação social-econômica de tal maneira, que o seu entendimento pela análise dialética de Marx vai pedir mais do que inflexões sobre alguns simples condicionamentos pela infra-estrutura econômica. Neste caso, aquilo que Marx chegou a afirmar sobre a superestrutura religiosa se presta à política:

“En efecto, es mucho más fácil encontrar, mediante el análisis, el núcleo terrenal de las imágenes nebulosas de la religión que proceder al reyés, partiendo de las condiciones de la vida real en

cada época para remontarse a sus formas divinizadas. Este último método es el único que puede considerarse como el método materialista, y por tanto científico. Si nos fijamos en las representaciones abstractas e ideológicas de sus portavoces tan pronto como se aventuran fuera del campo de su especialidad, advertimos en seguida los vicios de ese materialismo abstracto de los naturalistas que deja a un lado el proceso histórico.” (MARX, 1975, p. 303)

O Estado se constitui num conjunto de instituições e órgãos em processo de produção e reprodução da ordem social e política requerida pela classe social dominante. Para, portanto, cumprir essa tarefa essencial da sua razão de ser no mundo moderno e contemporâneo, deve se converter em poder universal, ou seja, estender sua jurisdição a todos os indivíduos em um dado território, sem limitações, sem ser obstruído por quaisquer outras fontes de autoridade, inclusive a religiosa. Nesse reconhecimento legal entre Estado e sociedade, há, sem dúvida, uma reciprocidade entre os indivíduos e o poder que os reprime e coage, mas numa relação contraditória, porque os indivíduos são compreendidos em classes sociais diferentes, antagônicas e contraditórias, sob o manto jurídico que os reconhece iguais perante a lei:

“Uno de los primeros actos del Estado que surge, es, pues, reconocer legal y perdurablemente la división en clases de la sociedad, esto es, el carácter económico de esa división que desde entonces determina la posición del individuo o del grupo de individuos en el seno de la organización política de la sociedad.” (BAUMAN, 1975, p. 198)

De maneira geral, o processo de produção capitalista conseguiu abrir mão da coação física no processo de produção (quando se compara trabalhador livre e escravo), em função do desenvolvimento técnico sob a divisão do trabalho que separa trabalhadores dos meios e instrumentos de produção, e que os obriga a venderem sua força de trabalho ao capital, numa condição que permite o

funcionamento da produção sem muitas ingerências extra-econômicas. Cabe ao Estado, entretanto, a manutenção da ordem numa sociedade dividida em classes sociais que não se harmonizam mas que, por conseqüência, encontram um limite para os seus conflitos exatamente diante do seu poder. Em outros termos, o Estado assume, com êxito, a dominação de uma classe, quando se torna capaz de uma prática integradora das demais classes ao âmbito do seu domínio, quando, enfim, tem capacidade para impedir que forças antagônicas de classe venham ameaçar e destruí-lo:

“Entre “función integradora” y “parcialidad” del poder estatal existe una contradicción lógica, pero esa contradicción es sólo aparente si se le da un contenido histórico-social. Este elemento lo subrayan no pocos autores, por ejemplo, los sociólogos ingleses Carter y Herz: “El Estado, la comunidad política organizada, necesita un determinado grado de estabilidad del sistema social... Lo exige no solamente la adecuación de las demandas antagónicas de los varios grupos dentro del orden social y económico, sino también la creación deliberada de las condiciones de bienestar social demandado por la nueva doctrina de la igualdad”, de la que es portadora, hay que señalar la clase antagónica de la clase dirigente. Pero el nexo entre estas dos características aparentemente contradictorias del poder político y del Estado nunca ha sido tratado tan exhaustivamente como en el pensamiento sociológico marxista.” (BAUMAN, 1975, pp. 202-203)

Já se mencionou acima que, no sistema capitalista foi possível, até certo ponto, o afastamento da coação física do processo de produção, colocando um trabalhador assalariado em condições de alguma decisão e criatividade, pelo menos, quanto à utilização da sua força física na relação tempo socialmente gasto durante a produção de mercadorias. Esse poder de coagir fisicamente o trabalhador fora transferido na época moderna ao Estado, e em alguns momentos históricos, parece exacerbado pela dominação política por meio do bivaque e das armas.

Marx observa, no seu *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, que o Estado moderno na França, não pôde abandonar aquilo que recebeu do Antigo Regime – o processo de centralização do poder político que desaguou na ditadura bonapartista. Todavia, não sem antes

demonstrar que a moderna centralização política agora derivava da radicalização do processo de luta de classes, e que, a burguesia dominante se adequava muito bem à dominação política que outrora lhe pareceu espúria:

“O quartel e as tropas, porém, que eram assim postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa a fim de comprimir-lhe o cérebro e reduzi-la à passividade; o sabre e o mosquetão, aos quais era periodicamente permitido desempenhar o papel de juizes e administradores, de tutores e censores, brincar de polícia e servir de guarda-noturno; o bigode e o uniforme, periodicamente proclamados como sendo a mais alta expressão da sabedoria da sociedade e como seus guardiães - não deviam acabar forçosamente o quartel e as tropas, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme, tendo a idéia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertando completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma? O quartel e as tropas, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme tinham forçosamente que acabar tendo essa idéia, com tanto mais razão quanto poderiam então esperar também melhor recompensa por esses serviços mais importantes, ao passo que através de um mero estado de sítio periódico e de passageiros salvamentos da sociedade a pedido desta ou daquela fração burguesa, conseguiam pouca coisa de sólido, exceto alguns mortos e feridos e algumas caretas amigáveis por parte dos burgueses. Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas?” (MARX, 1997, pp. 34-35)

A impossibilidade de uma república burguesa onde uma classe burguesa, com suas frações de classe pudesse exercer sua dominação política de forma plena e direta, por meio das suas organizações político-partidárias, da sua imprensa e das suas universidades, do seu clero, da sua intelectualidade, ficou demonstrada no decorrer do processo bonapartista 1848-1851. Todas as condições necessárias para o domínio de uma classe social foram colocadas pela realidade francesa. Por que não se consumou? Como disse Marx, por que a burguesia não deu uma chance à luta de classes?

“Em vez de se deixar intimidar pelo poder executivo com a perspectiva de novos distúrbios, devia ter dado à luta de classes uma pequena oportunidade, a fim de manter o poder executivo na dependência. Não se sentiu, porém, capaz de brincar com fogo.” (MARX, 1997, p. 97)

Sucintamente recapitulando algumas questões para explicar a centralização do poder político no Estado (executivo), em detrimento de uma política mais fragmentada no âmbito da sociedade, mas, ainda assim, sob o controle da burguesia dominante, pode-se dizer que, após as insurreições operárias de 1848, cuja vitória do capital foi esmagadora, a burguesia não só instituiu a república parlamentar, como também organizou seus partidos com maioria plena, reunindo os instrumentos necessários para o exercício da sua política. Vale dizer que, nesse momento, possuía apoio militar por meio de grandes lideranças, generais de exército que disputavam prestígio político em seu seio.

No parlamento francês, a burguesia teve uma esmagadora maioria, que lhe teria proporcionado levar ao extremo o livre jogo dos poderes, até porque, perante si estava um executivo ocupado por uma personagem que pode muito bem ser resumida pelo título da obra de Vitor Hugo: *Napoléon le petit*. E uma Constituição (1848) que, apesar das suas contradições entre os artigos 45-70, havia clareza no relacionamento dos poderes executivo e legislativo. Todavia, em pouco tempo perdeu tudo, até a honra, para um líder político que se confundia com os personagens da “Sociedade 10 de Dezembro”: “Essa sociedade originou-se em 1849. A pretexto de fundar uma sociedade beneficente, o *lumpen-proletariado* de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com *roués* decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punquistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus*, donos de bordéis, carregadores, *litérati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldadores, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam *la bohème*” (MARX, 1997, pp. 78-79), e o chefe do executivo francês, Luís Bonaparte, era o chefe dessa sociedade. Como se explica essa “derrota” da burguesia, justamente numa sociedade com trinta e seis milhões de habitantes, com prestígio histórico e político, reconhecida pelos seus pensadores em todo o mundo civilizado?

O desenvolvimento das contradições do capitalismo, com suas classes sociais contraditórias e antagônicas, provou que a república parlamentar burguesa acirrava essas contradições, ainda que este acirramento ficasse localizado no espaço da política institucional, a burguesia não se sentiu capaz de conviver com os conflitos que são próprios do seu regime:

“O que a burguesia não alcançou, porém, foi a conclusão lógica de que *seu próprio regime parlamentar*, seu *poder político* de maneira geral, estava agora também a enfrentar o veredito condenatório geral de socialismo. Enquanto o domínio da classe burguesa não se tivesse organizado completamente, enquanto não tivesse adquirido sua pura expressão política, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte toda luta contra o poder do Estado em sua luta contra o capital. Se em cada vibração de vida na sociedade, ela via a “tranqüilidade” ameaçada, como podia aspirar a manter à frente da sociedade um regime de desassossego, seu próprio regime, o regime parlamentar, esse regime que, segundo a expressão de um de seus porta-vozes, vive em luta e pela luta? O regime parlamentar vive do debate; como proibir os debates? Cada interesse, cada instituição social, é transformado aqui em idéias gerais, debatido como idéias; como pode qualquer interesse, qualquer instituição, afirmar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna evoca a luta dos escribas na imprensa; o clube dos debates do Parlamento é necessariamente suplementado pelos clubes de debates dos salões e das tabernas; os representantes, que apelam constantemente para a opinião pública, dão à opinião pública o direito de expressar sua verdadeira opinião nas petições. O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como então as grandes maiorias fora do Parlamento não hão de querer decidir? Quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dançam?” (MARX, 1997, p. 70)

Entretanto, salienta Marx, havia possibilidade para um poder parlamentar burguês (todas as condições, maioria parlamentar, as demais classes fora do parlamento, etc), mas o preço que a burguesia deveria pagar seria alto e carregado de incertezas. Em princípio, o resultado da prática política parlamentar deveria ser tão desafiador aos obstáculos de desenvolvimento da economia burguesa, para substituir o executivo estatal com seus órgãos financeiros e técnicos, em agilidade e proficiência, que o parlamento e sua representação política seriam profundamente atingidos mediante novas relações com a sociedade. De pronto, o semi-isolamento do parlamento em relação aos movimentos políticos e sociais gerados na sociedade, seria superado radicalmente, porque a agilidade parlamentar dependeria de pressões constantes que viriam de forças sociais organizadas. Seria

algo como a burguesia aceitar um processo de luta de classes aberto, sem empecilhos dos meios de repressão, até porque, grande parte desses meios ficariam sob controle do parlamento, e ter de enfrentar uma imprensa contestadora e mais comprometida com os interesses da maioria do conjunto dos trabalhadores assalariados.

Apesar de condições concretas para que a burguesia francesa corresse todos os “riscos” no processo da luta de classes, o que se vê é um Estado bonapartista, ou seja, o fortalecimento do executivo em relação aos demais poderes, à medida em que impõe entre a sociedade e o Estado um novo relacionamento, onde as demandas sociais serão “filtradas”, estando submetidas à um longo e moroso processo de reconhecimento por parte do Estado que, ao chegar, dificilmente terão o mesmo peso. Expressa-se como uma forma de controlar as tensões que surgem da contradição social.

A burguesia não esteve à altura de um enfrentamento direto de tais tensões, e oxalá existirá na história do capitalismo alguma classe dominante com arrojo e determinação para tanto. E todos os instrumentos, outrora utilizados pela burguesia na luta pela tomada da direção da nova sociedade, voltar-se-á contra ela, obrigando-a a agir contra seus principais valores – liberdade e igualdade, na manutenção da República Francesa. Assim, afirma Marx:

“Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o poder executivo controla um exército de funcionários que conta com mais de meio milhão de indivíduos e, portanto, mantém uma imensa massa de interesses e de existência na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitas adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social – compreende-se que

em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais, se não simplifica ao mesmo tempo a administração do Estado, reduz o corpo de oficiais do exército ao mínimo possível e, finalmente, deixa a sociedade civil e a opinião pública criarem órgãos próprios, independentes do poder governamental. Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal, em suas numerosas ramificações, que os interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob a forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, seus interesses políticos forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se, assim, compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e, portanto, inclusive o seu próprio e, por outro lado, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil.” (MARX, 1997, pp. 65-66)

Da rápida república parlamentar ao executivo estatal ditatorial, o que se passou revela de forma extraordinária as faces das formas políticas que a burguesia redefine imperativamente, porque o seu despotismo de classe, embora produto de antagonismos, com eles não pode conviver. E mesmo a mais avassaladora repressão, por muito tempo, não poderá eliminá-los:

“No parlamento, a nação tornou lei a sua vontade geral, isto é, tornou sua vontade geral a lei da classe dominante. Renuncia, agora, ante o poder executivo, a toda vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha, curva-se diante da autoridade. O poder executivo, em contraste com o poder legislativo, expressa a heteronomia de uma nação, em contraste com sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil. Mas a revolução é profunda. Ainda está passando pelo purgatório. Executa metodicamente a sua tarefa. A 2 de dezembro concluíra a metade de seu trabalho preparatório; conclui agora a outra metade. Primeiro aperfeiçoou o poder executivo, o reduz a sua expressão mais pura, isola-o, lança-o contra si próprio como o único alvo, a fim de concentrar todas as suas forças de destruição contra ele. E quando tiver concluído essa segunda metade de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará de um salto e exclamará: Belo trabalho, minha boa toupeira!” (MARX, 1997, pp. 124-125)

Mas essa centralização política que surgia do desenvolvimento do capitalismo, que havia passado por vários momentos da revolução burguesa, e contribuía para alterar a estrutura social de classes devido a importantes inserções do Estado no sistema financeiro, na

economia e no sistema social, se prestou muito bem à consolidação da sociedade burguesa, não deixou, entretanto, de cobrar sua fatura na própria dominação burguesa ao criar espaços distintos na administração do poder político. Por vezes, são frações da burguesia que reclamam por não verem seus interesses contemplados, no geral, em nome da manutenção e reprodução do sistema capitalista:

“Esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina de Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica. A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo, o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão de trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo esse interesse *comum* (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.” (MARX, 1997, pp. 125-126)

Com a burocracia formatando o sistema estatal, o Estado moderno parece submeter toda a sociedade e dela relativamente se deslocando para melhor efetivar seu domínio enquanto uma condição à reprodução do social. Seu domínio pode, momentaneamente, contrariar os interesses do capital, mas somente em benefício do sistema capitalista e quando não se põe outras alternativas. O que recomenda, em última instância, uma atenção para as mediações da realidade social que sempre desfazem as possibilidades mecânicas do vir a ser:

“Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de

classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Felipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio. Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que deve ser constantemente recheada de salsichas. Daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada. E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar.” (MARX, 1997, p. 126)

Mantendo o viés salientado por Ralph Miliband em seu *O Estado na Sociedade Capitalista*, percebe-se, por exemplo, o quanto é importante para o Estado a configuração e o funcionamento do sistema estatal. Não somente pelo desenvolvimento pleno da burocracia – até porque, na sociedade, também se encontram instituições assim caracterizadas, mas, sobretudo, porque tal sistema demarcará a própria existência do Estado, impedindo, em última instância, que ele possa vir a ser tomado enquanto uma coisa abstrata:

“Existe um problema preliminar em relação ao Estado que é raramente considerado, mas que requer atenção se se deseja focalizar, de maneira correta, a discussão a respeito da sua natureza e do seu papel. É o fato de que “o Estado” não é um objeto de que ele não existe como tal. O “Estado” significa um número de determinadas instituições que em seu conjunto constituem a sua realidade e que interagem como partes daquilo que pode ser denominado o sistema estatal.” (MILIBAND, 1972, p. 67)

A ossatura que o sistema estatal dá ao Estado na sociedade moderna, numa composição que passa pelos órgãos do governo central e seus setores técnicos de apoio, incluindo aí aqueles que ligam o executivo à administração indireta, as forças militares e policiais, pelo judiciário com seus ministérios e tribunais, pelo legislativo com seu enorme aparato de sustentação jurídica e política, e que se desdobra nos âmbitos regionais e locais, vai permitir que o poder político seja mais do que um zelador da Ordem:

“No que se refere ao último aspecto, é verdade que os países capitalistas avançados possuem hoje um “setor público” às vezes substancial, por meio do qual o Estado possui e administra uma ampla rede de indústrias e serviços, em geral, mas não exclusivamente, de tipo “infra-estrutural” e que é de enorme importância para a sua vida econômica. Além disso, o Estado desempenha em todas as economias capitalistas um crescente papel econômico através de regulamentação, controle, coordenação, “planejamento”, e assim por diante. Simultaneamente o Estado é de longe o maior consumidor do “setor privado” e algumas das maiores indústrias não poderiam sobreviver no setor privado sem o consumo

estatal e sem os créditos, subsídios e benefícios por ele dispensados.” (MILIBAND, 1972, p. 20)

Em princípio, a inserção do Estado na vida sócio-econômica capitalista nunca lhe foi estranha, daí o seu arcabouço regulatório que se fez sobre o sistema social sem dele exteriorizar, entretanto, a classe social dominante e dirigente. Em algum momento, a regulação parece recair sobre toda a estrutura das classes sociais como bem lembrou Marx, ao analisar a jornada de trabalho em vigência no capitalismo mais desenvolvido (inglês) da sua época:

“Estas leyes fabriles vienen a poner un freno a la avidez del capital, a su codicia de explotar sin medida la fuerza de trabajo, limitando coactivamente la jornada de trabajo por imperio del Estado, por imperio de un Estado gobernado por capitalistas y terratenientes.” (MARX, 1975, p. 184)

Mas, redefinições da inserção do político, acima mencionadas, até por força de profundas transformações no sistema capitalista, foram, de lá para cá, acentuadas no compromisso do Estado em refazer constantemente a infra-estrutura requerida pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista. Tantos foram os serviços prestados pelo Estado que este logo se tornou o principal responsável pela disponibilização dos tais bens de consumo coletivos.⁶

A especificidade do Estado francês reconhecida por Marx na frase “e, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar”, explica-se através de dois momentos que tornam-na possível. Um que se relaciona à particularidade da história francesa e põe o bonapartismo

⁶ Para alguns autores (ver Jean Lojkine em *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*), essa intervenção do Estado aparece enquanto elemento motor da mais impressionante revolução urbana registrada no capitalismo, sem, no entanto, retirar-lhe os seus condicionantes: “A socialização estatal da reprodução da força de trabalho, bem como da reprodução dos meios de comunicação e de aglomeração espacial, conservará pois todas as taras da relação social capitalista. Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. Contradição reforçada no estágio monopolista pelo fracionamento da classe capitalista e refletida no nível estatal pela constituição do que chamamos uma política “monopolista”, ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço exclusivo da fração monopolista do capital.” (LOJKINE, 1997, p. 193)

frente ao campesinato, então a maior parcela da sociedade. Uma relação que se remonta aos momentos históricos de Napoleão Bonaparte e os avanços da revolução burguesa por toda Europa. Sem dúvida, o campesinato viveu os seus melhores momentos, que foram proporcionados pela permanência da estrutura agrária revolucionada no século XVIII e por uma política tributária que desonerava os pequenos vinhateiros. Sem contar o fato de que participando dos exércitos franceses, pode o campesinato ser reconhecido socialmente ao compartilhar das honras recebidas pelas tropas vitoriosas. Sua “época de ouro”, todavia, estava condenada pelo próprio capitalismo que, ao alterar novamente a estrutura agrária, lançava uma espécie de ultimato à pequena propriedade familiar. Mas o imaginário camponês se recupera ao estabelecer contatos com outro Bonaparte, numa época distinta e sob aquilo que Marx denominou de “farsa”, Luís, o sobrinho, estava muito distante do tio, porém, conseguiu se aproveitar das condições atrasadas do campesinato na França ao aparecer enquanto um “senhor a lhe enviar o sol e a chuva”.

Foi sobre esta base social que Luís Bonaparte se elegeu e se sustentou enquanto sujeito do golpe de Estado, que feriu as melhores tradições francesas. É importante ressaltar que havia ainda um pequeno campesinato não conservador, que permaneceu envolvido em enfrentamentos sociais no campo, e que poderia se aliar ao proletariado em uma nova transformação social, no entendimento de Marx.

O “segundo momento” decorre do seu sistema interno, e acabou permeando todo o Estado moderno, por isso mesmo contemporaneamente perdeu, de maneira geral, sua distinção, a não ser pelo seu maior significado político num determinado momento histórico. Trata-se da burocracia, que veio pautando o Estado desde os primórdios da revolução burguesa, aliás, algo que esta toma do antigo regime e o transforma internamente, para colocá-la tanto em relação aos serviços de controle social quanto à arrecadação de recursos materiais e financeiros tão decisivos na política da sociedade moderna. O Estado francês, com o Banco Nacional⁷ e o sistema financeiro fortalecido pelo movimento dos títulos públicos, com a construção de ferrovias e pela reconstrução de portos para as atividades

⁷ Bonaparte demite o ministério da coalizão (Partido da Ordem), em seu novo ministério, nomeia Fould para Ministro das Finanças: “Fould, ministro de finanças, é a entrega oficial da riqueza nacional francesa à Bolsa, é a administração da fortuna política pela Bolsa e no interesse da Bolsa. Com a nomeação de Fould, a aristocracia financeira anunciava sua restauração no *Le Moniteur*.” (...) “Toda nossa exposição mostrou que a República,

comerciais, soube se reformular para fazer frente às exigências do grande capital. A burocracia compareceu para “racionalizar” as práticas do Estado em todo o processo que se viabilizava no desenvolvimento do capitalismo:

“Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles distribuído entre comerciantes e industriais, provém em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. Se em todas as épocas a estabilidade do poder público significava tudo para todo o mercado financeiro e para os oficiantes desse mercado financeiro, por que não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos Estados e, com eles, as velhas dívidas do Estado?” (MARX, 1997, pp. 107-108)

Porém, ressalta Marx, essas concessões do Estado à aristocracia financeira era uma questão de necessidade, não de escolha: “O que determina o fato de a fortuna pública cair nas mãos da alta finança? O endividamento sempre crescente do Estado. E o endividamento do Estado? O exceder contínuo das despesas sobre as receitas, desproporção que é, ao mesmo tempo, causa e efeito do sistema de empréstimos públicos” (MARX, 1986, p. 99). A única alternativa para reduzir os gastos públicos era, portanto, reduzir a máquina governamental, mas naquele momento de grandes confrontos com os trabalhadores isso era impossível, tornando irresistível a restauração da aristocracia financeira⁸. Assim, somente a fração industrial da burguesia francesa queria a derrubada da aristocracia financeira, mas na França era a agricultura que predominava⁹.

desde o primeiro dia de sua existência, não derrubou, mas, ao contrário, constituiu a aristocracia financeira.” (MARX, 1986, p. 98)

⁸ “Então, sem transformação completa do Estado francês, nada de transformação do orçamento francês. Com o orçamento atual, necessidade de endividamento do Estado, e, com o endividamento do Estado, necessidade da dominação do comércio, das dívidas públicas, dos credores do Estado, dos banqueiros, dos negociantes de dinheiro, dos lincês.” (MARX, 1986, p. 100)

⁹ “(...) a indústria francesa não domina, a produção francesa, os industriais franceses, em consequência, não dominam a burguesia francesa.” (MARX, 1986, p. 101)

Isso explica as irritações da aristocracia financeira, da burguesia industrial, contra o parlamento em seus conflitos com o executivo de Luís Bonaparte. A burocracia do Estado, que passa a se constituir por técnicos e profissionais necessários nessas práticas do poder político que excedem a função da violência administrada, colocando o poder político mais próximo da gestão administrativa dos negócios, também se constituirá de assalariados que não dispõem da posse dos instrumentos administrativos se assemelhando aos trabalhadores das fábricas na condição de trabalho, mas se diferenciado quanto à produção de mais-valia, por isso são trabalhadores improdutivos. O sistema financeiro de Fould era uma “apologia do antigo sistema fiscal”, conquanto o imposto é indispensável ao governo, e este indispensável à repressão, logo a manutenção da ordem pressupõe um imbricamento necessário do Estado com o capital financeiro¹⁰. As relações entre o Banco da França com o capital comercial financeiro remontam ao período do deposto Luís Felipe, e revelam os mecanismos altamente lucrativos entre déficit público e banqueiros. Posteriormente, o Governo Provisório, no lugar de um incentivo para quebrar a espinha dorsal dos banqueiros, deixando na lona a banca financeira, consolidou o poder dos bancos. Assim, as relações do Estado com o capital financeiro no governo de Luís Bonaparte não seriam muito diferentes, a não ser que o Estado deixasse de gastar e diminuísse suas estruturas, algo impensável, como já foi dito, para a própria burguesia nacional.

Desta forma, qualquer que seja a especificidade da situação histórica, o Estado, pede na sua compreensão, o entendimento das classes sociais:

“É nessa linha que Marx não pode chegar à categoria de Estado sem passar pelo exame das classes – o plano de “O Capital” o

¹⁰ “O ataque contra o imposto é o ataque dos anarquistas contra os sentinelas da ordem, que protegem a produção material e espiritual da sociedade burguesa contra as incursões dos vândalos proletários. O imposto é a quinta divindade, ao lado da propriedade, da família, da ordem e da religião.” (MARX, 1986, p. 103)

indica claramente. Já que não dispomos dum texto acabado sobre essa questão, convém ao menos partir da pergunta que dá início ao capítulo truncado: o que constitui uma classe, em outras palavras, o que faz com que trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários fundiários sejam postos como formadores das três grandes classes sociais (Das Kapital, III, p.941)? Observe-se que o mero ator, assalariado, capitalista ou proprietário fundiário, não é tomado desde logo como membro dum classe preexistente, tão só como constituinte (Bildner) da classe. Toda questão se resume, pois, em assinalar o tipo de movimento que conduz cada agente a formar uma classe. Se cada um deles age unicamente como suporte, representante, dum forma peculiar de capital, é no exercício dessa forma que vamos encontrar a chave da abóbada.” (GIANNOTTI, 1977, p. 117)

E se o Estado passa pelas metamorfoses da lei do valor, é, por conseqüência, correto afirmar que também a burocracia enquanto sistema estatal, pede a mesma determinação:

“Não podemos perder de vista que a análise da burocracia também depende da análise do valor. Marx assinala que toda transformação de forma do capital implica o exercício dum trabalho, este, operando sem ter como objetivo a apropriação direta de mais-valia, se define como improdutivo. Isso vale igualmente para os trabalhadores empregados na representação estatal, de sorte que eles trabalham e consomem mais-valia criada no setor empresarial.” (GIANNOTTI, 1977, p. 120)

Essas metamorfoses do político-Estado (as superestruturas) em relação ao social e ao econômico (infra-estrutura), repõe o problema dos espaços que se constituem no movimento das várias dimensões da totalidade contraditória, para, enfim, emergir no campo conceitual. O problema, está, portanto, no movimento da contradição enquanto afirmação que se nega, na sua constituição. Até que ponto esse movimento elimina o seu outro, o seu contrário. Por isso, discutir a questão da especificidade do Estado frente à sociedade, pode requerer outras apreensões.

A burocracia estatal contribui para matizar a especificidade do Estado moderno nas suas variadas formas; liberal, do bem-estar social, em muitas das ditaduras militares ou civis, bonapartista, etc, ganhando especificidades em razão delas, e se legitimando em razão do Direito Positivo, posto ser no seu âmbito onde melhor o “público” representa uma subversão do “privado”:

“O jurídico emerge aqui cimentando o particular ao geral, o privado ao público, o diverso ao unitário, recompondo permanentemente o equilíbrio social. Os proprietários têm que aparecer, no plano privado, como sujeitos jurídicos ativos, agentes da iniciativa econômica e jurídica, elaborando contratos, quando, por trás dessa aparência, somente o fazem sob o pressuposto de sua condição contrária, a de se submeterem à norma geral e política, como súditos do Estado.” (SIMÕES, 1994, p. 38)

Cabe numa análise crítica da investigação sobre burocracia estatal e o Direito, que vá além da denúncia do formalismo jurídico, no objetivo de se recuperar as condições sociais que determinam a norma, para se entender, enfim, os limites da suposta isenção política do Estado:

“Torna-se inócua toda investida generalizada, que não se proponha a tarefa de esmiuçar, graças a uma análise categorial e histórica, os conteúdos sociais que permitem a norma. Só agindo levando em conta o pormenor será possível detectar o que a norma jurídica revela e o que ela esconde. É inútil uma crítica ao formalismo do direito burguês se não formos capazes de apontar a fonte de seus conteúdos.” (GIANNOTTI, 1980, p. 14) ¹¹

Não foi outra a postura de Marx quando da crítica à Constituição de 1848 na França, senão desmontar os alicerces do contratualismo ao abordar forma e conteúdo da lei nas suas contradições intrínsecas. O problema da ab-rogação revelava uma enorme inconsistência no estado-maior das liberdades de 1848, berço do ideário liberal. A incompatibilidade da lei se punha na sua relação com a realidade efetiva, uma realidade de classes sociais se opondo aos indivíduos iguais perante a lei – a não ser enquanto pura abstração, que também se situava na própria lei; “liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem” (MARX, 1997, p. 36). Até porque, é por meio da Constituição que a representação de relações pactuadas entre os indivíduos se reitera à cada momento da vida social:

“A Constituição, tanto no capitalismo quanto no socialismo, é a lei principal e sua natureza manifesta, em maior ou menor grau, a natureza do direito dominante. Serve de referência ordenativa das demais leis e expressa, de modo mais claro e abrangente do que elas, a unidade política nacional, nos termos acima explicitados. Expressa, enfim, a unidade mais estável possível numa determinada fase histórica. Não expressa, apenas, um determinado quadro de forças sociais, como dizem os neoliberais de esquerda, mas,

¹¹ Esta citação, bem como as demais desse autor do ano de 1980, encontram-se na seguinte obra: NAVES, Márcio B.; BARROS, J. M. de Aguiar (org). *Crítica do Direito*. São Paulo: Leach, 1980.

basicamente, a medida e os limites em que a dominação de classe e suas correlações é considerada estável e suportável pelas demais classes. Por isso, políticos, juristas liberais e neoliberais (inclusive liberais de esquerda que se acham “marxistas”) divulgam a idéia de que toda Constituição é um pacto.” (SIMÕES, 1994, p. 49)

Desta maneira, é fundamental que se observe sempre as determinações sociais que dão conteúdo a uma Constituição para não perder de vista o seu caráter de relatividade, fundamentalmente, contrário ao admitido pelo Direito Positivo:

“O essencial está no fato de que a Constituição corresponde, dentro de um determinado quadro de dominação de classe, a um ponto nodal de estabilidade social, por um longo período, tanto maior quanto mais corresponder ao quadro real em que as forças sociais estão equacionadas de modo estrutural e não apenas conjuntural e ao padrão normativo concreto dessa estrutura de classes. Caso contrário, terá vigência, mas não eficácia.” (SIMÕES, 1994, p. 50)

Vê-se, que a Constituição põe a questão do contratualismo, e este requer a retomada das observações a partir das relações simples de troca no capitalismo, posto serem essas que disponibilizam as pessoas com “vontade”:

“E vontade autônoma é sinônimo de *pessoa*. A relação de troca se dá, assim, como ato de vontade entre duas pessoas, pelo qual elas resolvem restringir sua universalidade abstrata; o querer qualquer coisa vem a ser o querer algo em detrimento daquilo que se possuía antes. Desse modo, a relação aparece como um *contrato*. No entanto, este aparecer tanto concretiza a relação como encobre seu fundamento, pois o que se funda numa relação mercantil – onde um valor de uso se determina como valor por encontrar sua medida noutros valores de troca – surge como relação entre duas pessoas que simplesmente desejam coisas, ao invés de mercadorias.” (GIANNOTTI, 1980, p. 10)

A “vontade”, enquanto pessoas na relação de troca, supõe “coisas” procuradas que são as representações finais da mercadoria a sugerirem a vigência do contrato:

“Para satisfazerem seus carecimentos estão dispostas a sacrificarem algo de seu. No lugar da relação formal entre coisas que se dão como aparências dum mesmo fundamento, o valor, surgem pessoas entabulando contratos. Mas com isso se esquece que tais pessoas só podem operar como vontade autônomas, desligadas de qualquer sociabilidade prévia, unicamente enquanto indivíduos que servem tão-só para realizar a trocabilidade das mercadorias.” (GIANNOTTI, 1980, p. 10)

A relação de troca, então, pressupõe pessoas contratantes, e será esse movimento a reproduzir esses agentes no ponto de partida de novas operações enquanto condição que o contratualismo toma emprestado da realidade:

“É nesse sentido que o contrato pode ou não ser desenvolvido legalmente, porquanto tece uma trama inscrita na própria ação antes do legislador enunciá-la como norma. É também nesse sentido que uma relação jurídica toma de empréstimo um conteúdo que ela própria não é capaz de engendrar, espelhando uma relação econômica. Sobre isso Marx é explícito: “Esta relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja desenvolvido legalmente ou não, é uma relação de vontade, onde a relação econômica se espelha. O conteúdo dessa relação jurídica ou voluntária é dada por meio da própria relação econômica” (Marx, Das Kapital, I, 90).” (GIANNOTTI, 1980, p. 10)

Assim: “O Direito, antes de ser um sistema de normas enunciadas, está inscrito na trama das ações, na qualidade de pressupostos de algumas delas. No entanto, tão-só alguns comportamentos – precisamente aqueles de compra e venda que ultimam um processo de trabalho levado a cabo por produtores autônomos, vale dizer aqueles que cruzam uma relação do homem com a natureza com outra de homem a homem – podem gerar um objeto, o valor, capaz de

emprestar conteúdo a essa relação jurídica implícita. Antes de vir a ser linguagem o Direito entranha o tecido do *logos práctico*” (GIANNOTTI, 1980, p. 11).¹²

Fora preciso essa digressão sobre o Direito, para se ir um pouco além de certas afirmações ainda muito presas às questões da violência consentida do Estado na sociedade, tais como a de Nicos Poulantzas (1980, p. 69)¹³: “Trata-se de apreender a organização material do poder como relação de classe em que a violência física organizada é a condição de existência e garantia de reprodução. A colocação das técnicas do poder capitalista, a constituição dos dispositivos disciplinares (o grande “internamento”), a emergência das instituições ideológico-culturais (do Parlamento ao sufrágio universal e à escola) pressupõem a monopolização da violência pelo Estado, recoberta precisamente pelo deslocamento da legitimidade para a legalidade e pelo reino da lei”, que, embora corretas, não dão conta plenamente de todas as práticas do Estado moderno, portador de uma especificidade na luta de classes sociais.¹⁴

Portanto, esse Estado, que na França se constituiu como produto da luta de classes (burguesia contra aristocracia), imprimiu uma interação contraditória no próprio bloco no poder (frações de classe), que, não obstante, constituem a classe dominante, ao mesmo tempo em que desorganiza as classes dominadas. A burguesia francesa ascendeu ao poder, mas pagou um alto preço, pois só o pode

¹² “A universalização do direito de propriedade, portanto, não é posterior, mas condição para que se instaure o modo de produção. Somente por abstração os trabalhadores podem figurar-se como proprietários ... de si mesmos.” (SIMÕES, 1994, p. 41)

¹³ Esta citação encontra-se na seguinte obra: NAVES, Márcio B.; BARROS, J. M. de Aguiar (org). *Crítica do Direito*. São Paulo: Leach, 1980.

¹⁴ Muita além da violência consentida, é ela própria, pode-se dizer, fruto do direito, na medida em que o cidadão (sujeito – vontade), “não se viabiliza sem a prolação estatal de norma que o declare súdito do coletivo. Ora, assim sendo, *o sujeito é jurídico na condição de ser abstrato, separado de sua interioridade e privacidade. É jurídico justamente porque abstraído de sua materialidade econômica*” (SIMÕES, 1994, p. 40). E a separação entre propriedade e título, por sua vez, só se opera no modo de produção capitalista, “onde os trabalhadores foram declarados cidadãos e elevados à categoria de proprietários e de sujeitos jurídicos, *independentemente de sua propriedade ‘real’*, isto é, de usufruírem ou não de um bem privadamente: terem ou não a força de trabalho como sua propriedade ‘concreta’. Os trabalhadores são declarados proprietários de sua força de trabalho e,

fazê-lo aliando-se ao campesinato e à pequena-burguesia. É essa aliança contraditória a base do bonapartismo, que gerou a incapacidade da unificação da burguesia francesa e, portanto, de sua hegemonia.¹⁵ Diante da crise econômica¹⁶ que estourou em 1848, o conflito exacerbou-se, e mais uma vez todas as classes se uniram à burguesia industrial (oposição) para derrubar a coroa.¹⁷ Como bem observou Marx, até o momento da constituição da República Parlamentar francesa, havia uma convergência ideológica entre burguesia, pequena burguesia e campesinato, que se colocavam ao lado do Estado. Do outro lado, restava o proletariado de Paris¹⁸. A história francesa é capaz de explicar a convergência do campesinato com relação ao Estado e a burguesia, e, de certa forma, isso também se aplica à pequena burguesia. Esta tem receio das reivindicações do proletariado, pois põem em xeque a existência da propriedade privada. Seus anseios com relação à burguesia são utópicos, na medida em que não compreende o processo na qual está inserida, com o desenvolvimento do sistema capitalista, que tende à concentração dos meios de produção, é sua própria existência material que está em risco. Em razão do seu lugar na estrutura social, ocupando a mediação entre forças sociais opostas, a social-democracia é a forma política por excelência da pequena-

portanto, dualizados em sujeito e mercadoria, *antes mesmo de a venderem*, por força da abstração legal, de uma norma instituidora sem a qual não se viabiliza o contrato de trabalho” (SIMÕES, 1994, pp. 40-41)

¹⁵ “En este sentido, y con todo rigore, puede decirse que no es de ningún modo el Estado de una revolución burguesa políticamente lograda en aquel momento y en aquella coyuntura, sino el de una revolución burguesa políticamente fracasada: en realidad es, en aquel momento preciso, no el Estado de una burguesía que detenta la hegemonía, sino el del campesinado y de la pequeña burguesía...” e “Nunca se repetirá bastante que el aparato de Estado francés, considerado con frecuencia la última palabra del Estado capitalista “tipo”, se debe más a las decepciones que a los éxitos políticos de la burguesía francesa.” (POULANTZAS, 1970, pp. 223-225)

¹⁶ “A doença da batata e as péssimas colheitas de 1845 e 1846 acentuaram a efervescência geral no povo. O encarecimento do custo de vida em 1847 provocou na França, como em todo o resto do continente, conflitos sangrentos”; “O segundo grande acontecimento econômico que apressou a explosão da revolução foi uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra” (MARX, 1986, pp. 15-16)

¹⁷ É interessante ressaltar que, até então, a burguesia não havia se comprometido com o sufrágio universal. Novamente apareceu como representante geral da humanidade, galgando assim, apoio incondicional das demais classes sociais.

¹⁸ “A república burguesa triunfou. A seu lado alinhava-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o *lumpen proletariado* organizado em Guarda Móvel, os

burguesia, “o título de propriedade é o talismã com o qual o capital a tem até aqui enfeitado, o pretexto sob o qual ele a tem incitado contra o proletariado industrial”¹⁹:

“Ninguém, nas jornadas de junho, havia lutado mais fanaticamente pela salvaguarda da propriedade e pelo restabelecimento do crédito do que os pequenos burgueses parisienses, proprietários de cafés, donos de restaurantes, negociantes de vinho, pequenos comerciantes, lojistas, artesãos, etc. Juntando todas as suas forças, a loja havia marchado contra a barricada para restabelecer a circulação que leva da rua à loja. Mas, por trás da barricada, havia os clientes e os devedores; diante dela, os credores da loja. E quando as barricadas foram derrubadas e os operários esmagados, quando os guardiães dos magazines, na embriaguez da vitória se precipitaram de novo para as suas lojas, encontraram as entradas impedidas por um salvador da propriedade, um agente oficial do crédito que lhes apresentava seus títulos cominatórios: letra vencida, prazo vencido, promissória vencida, loja em baixa, lojista em baixa.” (MARX, 1986, p. 45)

Uma vez proclamada a república francesa, todas as demais classes foram colocadas para fora do parlamento, primeiro o proletariado revolucionário, depois a pequena-burguesia e os republicanos burgueses.²⁰ Assim, as organizações políticas das classes dominadas são, uma a uma, postas à margem da luta política. Isso demonstra, como afirmou Marx (1997, p. 31), que “*a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida (...)*”. Mas, uma vez estabelecido seu domínio, forças políticas antagônicas – leia-se socialistas, parecem ameaçar sua capacidade para dirigir a sociedade.

intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio.” (MARX, 1997, p. 29)

¹⁹ MARX, 1986, p. 108.

²⁰ “Na primeira Revolução Francesa o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos pelo dos jacobinos. Cada um desses partidos se apoia no mais avançado. (...) A revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional. Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso. (...) Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apoia pela frente naquele que o empurra para trás. (...) A revolução move-se, assim, em linha descendente.” (MARX, 1997, p. 46-47).

Esse Estado moderno, que passou por um processo de transformação interna, visando se adequar às necessidades do grande capital, toma para si a defesa e manutenção da sociedade capitalista. Essa alteração na correlação de forças sociais “introduz um elemento de flexibilidade em sua concepção do funcionamento partidário do Estado, e isso, inclusive, porque a competição entre as diferentes frações da classe dominante pode facilitar a adoção de medidas favoráveis aos trabalhadores (...)” (MILIBAND apud CARDOSO; MARTINS, 1979, p. 67).²¹

Sob tais condições, diversas medidas benéficas aos trabalhadores, tomadas por Luís Bonaparte, encontram-se como expressão dos interesses contraditórios que constituem o Estado francês, trata-se da criação de “espaços distintos na administração do poder político”. Tais medidas, visando recolocar a França no rol das grandes nações européias, têm um caráter burguês, republicano e nacionalista, combinando, ao mesmo tempo, com os interesses da burguesia industrial, dos republicanos e uma parcela dos trabalhadores. Mas é somente nessa medida, enquanto manutenção da unidade contraditória, é que os interesses particulares de certas frações da burguesia podem ser contrariados.

Com muita propriedade, Marx salienta as diversas medidas tomadas por Luís Bonaparte visando ganhar o apoio da massa de trabalhadores: “Daí novos decretos que roubam de antemão aos “verdadeiros socialistas” sua arte de governar” (p. 136). Medidas como, elevação dos salários do funcionalismo público, criação de

²¹ “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Como a luta foi inaugurada no âmbito da indústria mais moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, na Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os campeões da moderna classe trabalhadora não somente inglesa, mas em geral, como também seus teóricos foram os primeiros a lançar a luva (sic) à teoria do capital. (...) A França claudica lentamente atrás

novas sinecuras (p. 133), obras públicas para dar trabalho ao povo e, criação de instituições creditícias aos camponeses (p. 137), loterias de barras de ouro²², etc, que promovem, aparentemente, a integração das classes sociais, permitindo ao proletariado uma pequena participação no consumo, que os leva, no âmbito dessa desorganização política, à abandonarem a perspectiva socialista. Essa aparente “neutralidade” do executivo também se reproduziu até a atualidade, chegando a assumir grandes proporções, como é o caso do Estado de bem-estar social europeu.²³ Nesse relacionamento direto com as massas, o executivo do Estado torna-se de fato, na idéia do povo, o seu salvador, posto na contrapartida se reproduzir uma desorganização política das classes sociais francesas, inclusive a burguesa. A desorganização política das classes é, pois, o pressuposto do bonapartismo, daí o Estado negar, em sua estrutura, a existência das classes e da luta de classes:

“Por el contrario, el Estado capitalista mantiene la desorganización política de las clases dominadas, por una parte gracias a si efecto de aislamiento sobre las relaciones sociales económicas, y por otra parte gracias al partido que saca de esse efecto, presentándose como la unidad del pueblo-nación compuesto de personas políticas-individuos privados. As función es, pues, desempeñada a la vez por medio de la ocultación a los ojos de las clases dominadas de su carácter de clase y por medio de su exclusión específica de las

da Inglaterra. Foi necessária a Revolução de Fevereiro para o nascimento da lei das 12 horas, que é muito mais deficiente que o seu original inglês.” (MARX, 1998, pp. 343-344)

²² “Por um lado, queria-se que os sonhos dourados substituíssem os sonhos socialistas do proletariado de Paris; e que a perspectiva sedutora do primeiro prêmio substituísse o direito doutrinário ao trabalho.” (MARX, 1997, p. 88)

²³ Esse fortalecimento do executivo é um dos traços do Estado moderno que permaneceu, e até mesmo em países com histórias diferentes, como o Brasil, se reforçou nas últimas décadas. Funciona como uma válvula de contenção de demandas sociais, quanto às reivindicações do grande capital, a autonomia auferida pelo executivo nesse processo, vêm sendo atendidas rapidamente, quer seja através de decretos presidenciais, quer seja através das chamadas medidas provisórias, mecanismos criados para acelerar medidas que, no trâmite normal, via congresso, poderia se estender sobremaneira. Essa autonomia do executivo com relação aos demais poderes alcançou tal proporção que, mesmo a ciência política que se ocupa das Instituições tratou do problema. Veja-se, por exemplo, o interessante trabalho desenvolvido pelo Instituto Virtual “A Democracia e os Três Poderes no Brasil”, criado a partir de um convênio entre a FAPERJ e o IUPERJ, que discute a relação entre os três poderes e a democracia brasileira em WERNECK VIANNA, L (org). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. BH: UFMG, RJ: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

instituciones del Estado en cuanto clases dominadas.”
(POULANTZAS, 1970, p. 239)

Quanto aos camponeses, até o momento do golpe de Estado, a interpretação que melhor justificava os fatos, era que “a Assembléia Nacional impedira a marcha de Bonaparte” (MARX, 1997, p. 130). Na curta vida da república, o parlamento, com a maioria do partido da ordem, expressava os interesses burgueses, enquanto que o presidente representava a nação. Por isso, afirma Marx (1997, p. 38), “a Assembléia Nacional eleita está em relação metafísica com a nação ao passo que o presidente eleito está em relação pessoal com ela”. Mas na verdade, “a forma napoleônica de propriedade, que no princípio do século XIX constituía a condição para libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei da sua escravização e pauperização” (p. 131), e “os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como no tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital” (p. 132). Assim, os camponeses têm seus reais interesses contrariados por aquele que é chamado a representá-los. Sob essa perspectiva, o Estado, enquanto fundado nessa base social, é permeado por suas contradições, como já observado e, por isso mesmo, faz-se necessário interagir incessantemente com a sociedade, a fim de manter a coesão social: “Mas o governo *forte e absoluto* – e esta é a segunda *idée napoléonienne* que o segundo Napoleão tem que executar – é chamado a defender pela força essa ordem material. Essa *ordre matériel* serve também de mote em todas as proclamações de Bonaparte contra os camponeses rebeldes.” (p. 132)

O fenômeno bonapartista não teria existido, portanto, sem os camponeses, ou uma categoria social que possa fazer “as vezes”, posto Luís

Bonaparte apresentar-se como seu representante, ainda que, na realidade, seja o representante dos interesses da burguesia.²⁴ Para Poulantzas, no caso francês, o campesinato opera como “classe-apoio”, conquanto permaneça fora do bloco no poder político do Estado. Esta distinção entre *classe dominante* e *fração de classe governante*, surge como efeito da competição intra-classe, da não hegemonia da burguesia francesa.²⁵ Como já fora dito, a composição contraditória da aliança de classes que fez ascender ao poder político a burguesia na França, teve ressonância na nova organização estatal pós-golpe. À medida que o Estado aparece sempre como produto da sociedade, como produto das lutas de classe, o conteúdo das formas de Estado constitui uma determinada composição de forças sociais.²⁶

Diante dessa conjuntura, manter a república parlamentar, com suas instituições próprias, seria como manter um processo de luta de classes aberto, sem mediações, algo que a burguesia francesa não foi capaz de fazer. Marx revela, em sua análise, o momento em que o Estado toma para si a defesa do status quo, o processo pelo qual as classes dominantes têm o Estado no lugar de sua organização política de classe.²⁷ Nas instituições estatais, tudo ocorre como se as classes não existissem, os indivíduos são tratados tão somente como cidadãos, não enquanto constituinte de uma classe social. Dessa forma, todos são tratados como

²⁴ “nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (MARX, 1997, p. 52)

²⁵ Além dessa fragmentação no interior do bloco no poder, a burguesia cinde-se, também, em burguesia parlamentar e extra-parlamentar, agravando ainda mais sua dominação política: “a burguesia de fora do Parlamento não compreende como a burguesia de dentro do Parlamento pode perder tanto tempo com disputas tão mesquinhas e comprometer a tranqüilidade pública com rivalidades tão tolas com o presidente.” (MARX, 1997, p. 88)

²⁶ As distintas *formas* de Estado, na modernidade, referenciam-se às diferentes formas em que se desenvolvem as lutas de classe. No entanto, se o *conteúdo* do Estado moderno é a dominação burguesa, suas *formas* não estão totalmente pré-definidas.

²⁷ “Como autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão salvaguardar a “ordem burguesa”. Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média. Ele se afirma, portanto, como representante da classe média, e promulga decretos nesse sentido. Não obstante, ele só é alguém devido ao fato de ter quebrado o poder político dessa classe média e de quebrá-lo novamente todos os dias. Consequentemente, afirma-se como o adversário do poder político e literário da classe média.” (MARX, 1997, pp. 135-136)

“burgueses”, e a classe burguesa a única capaz de trazer, em si mesma, essa universalidade. Toda a conjuntura histórica narrada n’*O Dezoito Brumário*, permite-nos compreender como a política bonapartista contraria a organização política dos trabalhadores, não somente com o uso da coerção, mas ao mesmo tempo em que realimenta uma relação com as massas por intermédio de políticas sociais. Não seria exagero afirmar que este aspecto do bonapartismo é um dos principais responsáveis pela mudança no curso revolucionário vislumbrado por Marx em seu tempo²⁸. Um outro aspecto que tem sua gênese no Estado bonapartista é a substituição de uma política de partidos, por outra mais fragmentada no interior da sociedade, pela política de massas que se assiste desde então.

A estrutura estatal, por sua vez, reveste-se de uma aparente neutralidade pelo fato de recrutar o pessoal para sua administração, em princípio, sem o perfil classista. O exército adquire aqui significação profunda, pois em sua maioria os postos foram ocupado pelos camponeses e, em parte pelos próprios trabalhadores. Mas é preciso ressaltar que os postos ocupados por esses setores da sociedade são dotados de uma hierarquia interna que priva de qualquer iniciativa seus ocupantes subalternos. A estrutura interna do Estado toma de empréstimo um traço característico da organização das fábricas, a separação entre posse e administração dos bens, e assim, como o trabalhador assalariado, o funcionário estatal também um assalariado, não dispõe da posse dos instrumentos necessários para o exercício das suas atividades.

A especificidade da dimensão do político permite compreender como o Estado parece representar o interesse geral, a partir de suas interações e

²⁸ Trata-se da perspectiva revolucionária que se abria a partir da pauperização que seria provocada pela extensão das grandes fábricas que exauriam os trabalhadores e os conduziam à miséria, provocando uma grande cisão das forças sociais antagônicas que tornaria a contradição insuportável, rompendo-se o sistema. As políticas sociais podem ser interpretadas como fatores que explicam o retrocesso político do proletariado.

articulações com as forças sociais que constituem sua base. No entanto, há de se rever a interpretação “instrumentalista” (o Estado enquanto mero instrumento utilizado por uma classe social), e “estruturalista” (o Estado enquanto estrutura ideológica fixada no direito). Ao afirmar que a especificidade (em Poulantzas, trata-se da “autonomia relativa”) do Estado encontra-se na estrutura “jurídico-política” do mesmo, enquanto instância que se autonomiza, Poulantzas acaba por dizer, implicitamente, que o Estado é “imune” aos interesses das próprias frações de classe burguesa. Como afirmou Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 22), “Poulantzas não substituiu a dinâmica concreta das classes pela existência abstrata da Ideologia em Geral (Althusser), mas não evitou a indeterminação entre Estado e sociedade e a primazia daquele – e de seu aspecto repressor – sobre esta”. O que se diz a respeito do formalismo em Poulantzas, se presta, até certo ponto, à estrutura jurídica do Estado igualado ao direito em Hans Kelsen²⁹.

O limite encontrado pela república parlamentar esbarra no fato de que os antagonismos de classe se fundam em bases econômicas, como espera a burguesia superá-los por uma ideologia republicana? Os acontecimentos de 48-51 na França, provaram que não foi possível. O bonapartismo fez do Estado moderno um conjunto de órgãos com o propósito de esvaziar o parlamento como espaço político decisório por excelência. Isso, porque o governo burguês deve exercer seu poder sobre uma massa de trabalhadores e cidadãos desorganizada politicamente. E essa parece ser a característica de todo Estado moderno, a ponto de Nicos Poulantzas ver no bonapartismo um tipo de Estado capitalista bastante presente:

“Puede decirse que en cierto modo toma a su cargo el interés político de la burguesía, que realiza por su cuenta la función de hegemonía política que ésta no puede desempeñar. *Pero, para hacerlo, el Estado capitalista se reviste de una autonomía relativa respecto de la burguesía*: es ahí donde reside la significación profunda de los análisis de Marx concernientes al bonapartismo como tipo capitalista de Estado.” (POULANTZAS, 1970, p. 372)

Assim como uma estrutura de todo Estado no capitalismo:

²⁹ “Pachukanis, no seu *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, na década seguinte, denunciou o formalismo de Kelsen e seguidores, que se recusaram a conceber o direito do ponto de vista de sua existência e se concentraram na significação formal das normas; apesar de as relações sociais, na realidade material, terem precedência sobre as normas” (SIMÕES, 1979, p. 27)

“No obstante, el bonapartismo es, paralelamente, *sistemáticamente pensado* por Marx y Engels, no simplemente como una forma concreta de Estado capitalista, *sino como un rasgo teórico constitutivo del tipo capitalista de Estado*. Lo que fue expresado por Engels en una carta a Marx del 13 de abril de 1866: “... *el bonapartismo es la verdadera religión de la burguesía moderna*.” (POULANTZAS, 1970, p. 336)

Se é verdade que se trata de um quase exagero, por seu turno não se pode deixar de registrar que algumas características permaneceram e se reproduziram ao longo da história contemporânea.³⁰ Veja-se, por exemplo, o papel das políticas sociais “assistencialistas” que reproduzem uma massa de trabalhadores e desempregados, etc, numa ignorância política acentuada, e que foram ensaiadas desde a época de Luís Bonaparte.

O bonapartismo como religião da burguesia moderna, como dizia Engels, fundamentou uma “autonomia relativa” do Estado, para alguns, por exemplo Poulantzas e Adam Przeworski. E a polêmica a respeito dessa autonomia se transportou para até a última década do século XX, nunca deixando de ressaltar a contribuição do marxismo no interior da mesma:

“O conceito de “autonomia” origina-se de teorias, principalmente de inspiração marxista, que têm a seguinte estrutura: se algumas condições são verificáveis na sociedade civil, especificamente, se a classe economicamente dominante é capaz de se organizar politicamente e não encontra oponentes igualmente poderosos, então, a classe dominante conquista o Estado e manda diretamente. Se algumas dessas condições é violada, o Estado se torna independente da sociedade.” (PRZEWORSKI, 1995, p. 50)

Desse modo, o bonapartismo poderá ser apreendido em outras realidades do capitalismo internacional, até com alguma especificidade não totalmente acentuada quando da sua origem.

Na realidade brasileira, por exemplo, foi visto nos anos getulistas, segundo Octávio Ianni³¹, todavia ganhando outras determinações históricas quando

³⁰ Além dos aspectos já citados, veja, por exemplo, o “enriquecimento ilícito”: “E todas as instituições do Estado, o Senado, o Conselho de Estado, o Legislativo, a Legião de Honra, as medalhas dos soldados, os banheiros públicos, os serviços de utilidade pública, as estradas de ferro, o *état major* da Guarda Nacional com a exceção das praças, e as propriedades confiscadas à Casa de Orléans tudo se torna parte da instituição do suborno. Todo posto do exército ou na máquina do Estrado converte-se em meio de suborno. Mas a característica mais importante desse processo, pelo qual a França é tomada para que lhe possa ser entregue novamente, são as porcentagens que vão ter aos bolsos do chefe e dos membros da sociedade de 10 de Dezembro durante a transação.” (MARX, 1997, p. 138)

³¹ IANNI, Octávio. “Pacto Populista e Bonapartismo” In *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 40-48. Ianni discorda da interpretação de Weffort, segundo a

do golpe de Estado em 1964. Para Mário Pedrosa, a ditadura militar teria inicialmente ensaiada uma aventura bonapartista militarista. Com fundamentos numa estrutura social de classes, que encontram sua realização no âmbito do capitalismo internacional, esse bonapartismo pareceu-lhe a ponte possível para tal processo político. É o que pode ser analisado no âmbito das suas obras *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*.

qual a singularidade do populismo viria do “vazio político” resultante do colapso da oligarquia hegemônica. Segundo Ianni, “o fato é que a aliança das “novas” classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação” (p. 45). Na realidade, argumenta Ianni, “mais que isso, a emergência de novos tipos de governos e regimes – ou mesmo do Estado populista – é a expressão de mudanças institucionais, ou rupturas estruturais internas e externas. Em nível interno, o que está em jogo é uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas, para organizar e fazer funcionar o poder. (...) a singular aliança acaba por propiciar novas condições políticas e sociais tanto à diferenciação interna do subsistema econômico nacional como à continuidade da acumulação capitalista, no setor privado nacional e estrangeiro.” (idem)

3 MÁRIO PEDROSA E O BONAPARTISMO MILITARIZADO

Tendo por base uma literatura já consagrada a respeito da interpretação da economia brasileira³², segundo a qual nosso capitalismo “é complexamente determinado pelo seu movimento interno e pela dinâmica do capitalismo mundial” (AURELIANO, 1999, p. 11). A formação do capitalismo no Brasil, a partir das transformações ocorridas no cenário mundial na década de vinte, geraram, no seu interior, as condições de sua própria superação, lançando as bases para uma nova etapa do padrão de acumulação de capital, conforme MELLO (1998, p. 110) – o processo de “industrialização restringida”. Essa primeira fase, que se encerra por volta de 1930, denomina-se economia agro-exportadora, a acumulação de capital faz-se sob a dependência do capital mercantil, embora sendo lançada em seu seio, como já se disse, as bases para o capital industrial dar seus primeiros passos.

No plano político, 1930 representou, com Getúlio Vargas, a derrocada da República Velha, uma estrutura política erigida sob a égide da oligarquia cafeeira³³, com seus partidos regionais. Formavam a chamada “política dos governadores”, com o poder central assumindo “o papel de ‘representante direto’ dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais” (FAUSTO, 1975, p. 91), organicamente compreendidos.³⁴ Esse Estado compareceu com seu auxílio

³² Trata-se da literatura desenvolvida pelo Instituto de Economia UNICAMP: Liana Aureliano. *No Limiar da Industrialização*. 2º ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1999; João Manuel Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 9º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998; e, Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1990; dentre outros.

³³ Conforme Boris FAUSTO (1975, p. 89): “a burguesia cafeeira detém em última análise o poder, através do eixo São Paulo-Minas, reunindo as duas oligarquias mais poderosas, a partir da eleição de Prudente de Moraes (1894)”.

³⁴ “Devido a todos esses fatores e às suas causas (ausência de pequena burguesia no campo, sólida hegemonia da oligarquia exportadora, heterogeneidade das classes exploradas, etc), o Estado oligárquico terá como característica central, que o diferencia do Estado burguês europeu, constituir muito mais a expressão dos

através das Políticas de Valorização (1906, 1917 e 1921), bem como na política cambial, desvalorizando a moeda internamente, o que proporcionava mais dinheiro na conversão da moeda (trata-se do mecanismo de “socialização dos prejuízos” – Celso Furtado).

Na década de vinte, vários fatores foram responsáveis tanto pela potencialização da produção do café, quanto pelas condições que levaram ao rompimento de suas estruturas internas. Todas as condições ótimas para o plantio foram satisfeitas: disponibilidade de terras; de mão-de-obra³⁵; de políticas de defesa do café; produção de bens de consumo nas regiões cafeeiras, proporcionando ainda mais a baixa no custo da produção, possibilitando uma alta taxa de lucratividade. No entanto, com o crescimento do plantio, no final da década de vinte, desencadeou-se uma crise de superprodução, e a concorrência dos demais países produtores, decorrente principalmente pela sustentação dos preços no mercado internacional, bem como a incapacidade do Estado continuar financiando o cultivo³⁶, configuraram não só a maior crise da economia cafeeira – onde a Grande Depressão veio agravar, mas também sua derrocada final.

O complexo cafeeiro proporcionou, em seu seio, o nascimento do capital industrial, inicialmente em São Paulo, como alternativa aos produtos alimentícios que eram importados, produzindo-se assim bens de consumo assalariado. São Paulo tornou-se assim, o centro industrial do Brasil, pois desenvolveu-se a partir da diversificação do capital cafeeiro e a expansão urbana,

interesses das massas dominantes do que a expressão da relação desses interesses com os das classes dominadas.” (MORAGA, 1977, p. 60)

³⁵ “(...) entre 1926 e 1930 as estatísticas registram 156.000 entradas (imigrantes) – impulsionadas pelas secas avassaladoras, que abalam, na década, a economia predominantemente de subsistência do Nordeste” (AURELIANO, 1999, p. 21)

³⁶ O déficit da balança comercial não é novo. A República herdou do Império uma alta dívida externa e interna, que o levou a uma grande moratória e a negociação de um reescalonamento da dívida externa (funding loan) com os bancos ingleses – a crise do encilhamento.

ampliando toda uma rede de relações sociais de produção já capitalistas.³⁷ Outro fator importante na constituição do núcleo industrial em São Paulo é a intermediação do sistema bancário, cuja principal fonte de alimentação era ainda, como destaca CANO (1990, p. 136), o capital cafeeiro. Contudo, essa primeira fase de crescimento industrial desenvolveu-se na interdependência entre o setor externo e o desenvolvimento interno, em razão do capital mercantil determinar a capacidade para importar, requisito essencial da modernização. Durante a Primeira Guerra Mundial reduziu-se a capacidade para importar, favorecendo a expansão da produção industrial de bens de consumo simples, em contrapartida, a indústria de bens de capital ficou paralisada, por falta de suprimentos. Com a volta da normalidade no pós-guerra, políticas de incentivo à indústria de cimento e siderurgia foram instituídas a partir de 1924, permitindo a ampliação desse setor mais dinâmico (CANO, 1990, p. 193). Em suma, “São Paulo modernizava e diversificava seu parque industrial, não ocorrendo o mesmo com a indústria do resto do país.” (CANO, 1990, p. 194)

É de fundamental importância a compreensão do fato de nossa expansão industrial se dar sob a vigência, no plano internacional, do capitalismo monopolista, onde verifica-se a predominância de grandes corporações estrangeiras (principalmente norte-americanas) na indústria pesada nacional³⁸. A participação do capital estrangeiro iniciou-se, porém, somente a partir de meados da década de vinte, é a chamada “primeira onda de inversão”, dado que demonstra que o capital industrial fora formado predominantemente por capitais nacionais dentro do

³⁷ “(...) efetivamente foi o capital cafeeiro quem promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário ou eram investidos na própria constituição de bancos, ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital” (CANO, 1990, p. 129)

complexo cafeeiro. É essa incipiente indústria de bens de capital que proporcionará ao capital industrial reproduzir-se independente do capital mercantil³⁹. A partir dessa década, a concorrência externa se acentua, “a expansão da produção paulista cresce, concentrando por ‘necessidade’, isto é, há que conquistar mercados ‘exteriores’ para viabilizar o processo de acumulação” (CANO, 1990, p. 234). Assim, mesmo antes de 1930 ocorrem profundas modificações com referência ao comércio exterior, o que evidencia, mais uma vez, que o complexo cafeeiro alcançou seu apogeu e declínio a partir do seu próprio desenvolvimento.

Quanto ao Estado, durante todo o período da economia agro-exportadora, dependeu do desempenho do café, nessa medida, era constante o recurso à dívida externa, seja para financiar a acumulação cafeeira, seja para livrá-lo da bancarrota. As emissões de papel moeda agravavam o quadro de crise⁴⁰. Assim, em épocas de crise do complexo cafeeiro⁴¹, o Estado se vê obrigado, para manter sua própria sobrevivência, a uma política de contenção de gastos e, conseqüentemente, da expansão da cultura, “tudo, é claro, com a compreensão e o estímulo dos banqueiros internacionais, que recomendam sempre, nessas situações, o ‘saneamento das finanças’, para se assegurarem, naturalmente, de que as dívidas poderão ser honradas” (AURELIANO, 1999, p. 58). Foi nesse contexto que a defesa do café passou do governo central ao estado de São Paulo. Daí em diante, os

³⁸ “Ingressam nessa produção, a Ford, a GM, a Philips, a Internacional Harvester, Rhodia e outras, montando veículos, aparelhos elétricos, introduzindo importantes segmentos da química e farmacêutica, etc” (CANO, 1990, p. 224)

³⁹ Em 1924, surge a Companhia Brasileira de Cimento Portland, organizada por capitais canadenses e norte-americanos. A produção tem início em 1926 e, já em 1929, representava 15% do consumo de 631.000 toneladas”. Em suma, “um núcleo de atividades industriais que participa da reprodução de parte do capital constante.” (AURELIANO, 1999, pp. 46 e 95, respectivamente).

⁴⁰ “Os efeitos da crise internacional de 1921 e as emissões maciças para atender às compras de café no curso da terceira operação valorizadora, provocando o aumento do meio circulante de 1,8 milhões de contos em 1920 para 2,6 milhões em 1923, acentuaram a tendência à elevação do custo de vida, na década de vinte” (FAUSTO, 1975, p. 94)

conflitos entre São Paulo e Minas Geras, que representavam a velha aliança, se intensificaram, chegando à cisão em 1929, culminando com a Grande Depressão, marcando, enfim, a derrocada de todo um sistema econômico-social e a estrutura política sobre ela erigida.⁴²

As transformações ocorridas na sociedade em decorrência da crescente urbanização, com a explosão de manifestações dos setores populares⁴³, refletem, de acordo com AURELIANO (1999, p. 91) “a crise do regime e do sistema de dominação vigente”, culminando, como já fora dito, com a subida de Getúlio Vargas e a formação de um novo bloco de poder. A “revolução de 1930” requer uma reconstituição do aparelho estatal, conferindo-lhe uma maior racionalidade, ocorre, portanto, a centralização de poder⁴⁴, e o Estado passa a atuar significativamente na economia⁴⁵. Porém, a “Revolução de 1930” não pode ser interpretada como a derrubada da oligarquia cafeeira e ascensão da burguesia industrial; o que houve, na verdade, foi a quebra do poder hegemônico da burguesia cafeeira. Isso pode ser evidenciado pela política econômica do novo Estado, que não contraria os

⁴¹ Por volta de 1920, a participação do Brasil no mercado internacional começou a declinar devido a concorrência de outros países. Além disso, nossos mecanismos de defesa do café entravam em choque com os interesses dos importadores norte-americanos, nossos maiores consumidores.

⁴² A esse respeito, existem várias interpretações. FAUSTO (1974, p. 93), salienta que para Weffort (ver fonte citada por Fausto), trata-se da derrubada da *hegemonia* da oligarquia cafeeira, “pela incapacidade da ‘sociedade tradicional’ de abrir o Estado a estes setores criados por sua própria expansão”, mas sem alteração do processo produtivo. Mas o próprio Boris Fausto comenta, com base na afirmação do economista Antonio Delfim Netto, que “o sistema (...) continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando. Mantidos os preços altos interna e externamente, a liquidação do sistema era uma questão de tempo, pois em breve haveria uma superprodução incontrolável (ou brasileira, ou de nossos concorrentes) e seria impossível repetir-se a operação com bom êxito” (DELFIN NETO apud FAUSTO, 1975, p. 94). Na realidade, 1930 marca a transição a um novo padrão de acumulação do capital, ou seja, a participação do capital industrial cresce no produto interno bruto. No plano político, Vargas representa uma aliança entre a burguesia industrial nascente e a oligarquia cafeeira, com boas migalhas ao proletariado industrial.

⁴³ “As crescentes dificuldades que se colocam para a aliança das frações dominantes e a insatisfação das camadas populares urbanas encontram ressonância no interior do próprio aparelho de Estado sob a forma das rebeliões “tenentistas” da década” (AURELIANO, 1999, p. 90)

⁴⁴ “Os dispositivos do “Código dos Interventores” (Decreto 20.348, de 29/agosto/1931) vedando aos Estados contrair empréstimo externo sem a autorização do Governo Provisório; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército” (FAUSTO, 1975, p. 109)

interesses dos grandes proprietários de terra, antes, demonstra como a constituição do capital brasileiro promove uma certa harmonia entre os diversos tipos de capitais.⁴⁶

“O Estado que emergiu da revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias” (FAUSTO, 1975, p. 108), mas, procurou uma nova forma de realimentar suas relações com as classes outrora excluídas do poder político. Nesse plano, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio tem um papel fundamental, além de reconhecer a existência da classe operária organizando-a sob a tutela do Estado. No que se refere à desalocação das classes proprietárias rurais da cúpula da pirâmide do poder, a burguesia industrial nacional não possui, no atual momento, forças para construir sua hegemonia, nem o têm, sobretudo, as classes trabalhadoras. É nesse momento que o populismo entra em cena, equacionando as bases para a acumulação capitalista⁴⁷, “a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais (...)” (OLIVEIRA, 1972, p. 35).

⁴⁵ “Essa intervenção tem um caráter ‘planificador’ (...), isto é, no ‘trânsito’, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação.” (OLIVEIRA, 1972, p. 14)

⁴⁶ Para Boris Fausto (1975, p. 113), a Revolução de 30 representa um reajuste na estrutura do país, que estava precária, tendo em vista que à burguesia cafeeira não se substituiu a burguesia industrial, mas, há uma complementaridade entre elas. A permanência das relações sociais no campo expressa esse caráter conservador. Contudo, todas as mudanças ocorridas que reconfiguraram as relações do Estado com a sociedade possibilitaram um maior desenvolvimento industrial, onde “as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade.” Num artigo do *Boletim de Oposição*, órgão do grupo trotskista do qual fazia parte Mário Pedrosa, há dois meses do golpe que levava Vargas ao poder, “já captara com bastante fidelidade a recomposição das classes dominantes no poder federal, abrindo uma nova etapa do Estado brasileiro.” (MARQUES NETO, 1992, p. 255).

⁴⁷ “Durante as fases de constituição das bases do capitalismo, a regulação estatal tende a se reproduzir e mesmo acentuar, uma vez que a simples ação dos mecanismos econômicos é incapaz de fixar, no movimento de acumulação do capital social, quer a taxa de salários, quer as cotas de apropriação do lucro global entre os vários capitais particulares. Esta ausência de auto-regulação da economia expressa, em última análise, a incapacidade de autodeterminação do capital industrial, de um lado, e a impossibilidade do capital exportador de recompor todos os fundamentos da acumulação sobre os quais construíra seu domínio. É pois sobre esta base de interesses econômicos fragmentada, sem hierarquização, isto é, sem domínio objetivamente estabelecido (neste sentido heterogênea, característica da industrialização tardia), que se exerce a estatização e a politização das relações econômicas de classe.” (DRAIBE, 1985, p. 52)

No plano internacional, “a crise dos anos trinta, em todo o sistema capitalista, cria o vazio, mas não a alternativa de rearticulação”. “Entre essas duas tensões, (...) o populismo será sua forma política, e essa é uma das especificidades particulares da expansão do sistema” (OLIVEIRA, 1972, p. 34).⁴⁸ É devido a esses fatores que, segundo OLIVEIRA, “as interpretações (...) minimizam o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se instaura ou se acelera a partir de 30”. Essa observação é elucidativa numa realidade retardatária como a brasileira pois,

“Um aspecto não estudado é o de sua adequação como uma ponte, uma junção entre as formas pré-capitalistas de certos setores da economia – particularmente a agricultura, e o setor emergente da indústria. Nesta hipótese, o direito corporativista é a forma adequada para promover a complementaridade entre os dois setores, desfazendo ao *unificar* a possível dualidade que se poderia formar ao encontro do “arcaico” com o “novo”; essa dualidade, no que respeita à formação dos salários urbanos, particularmente na indústria, poderia realmente por em risco a viabilidade da empresa nascente.” (OLIVEIRA, 1972, p. 12)

Essa intervenção estatal revela que as economias ‘tardias’, se deixadas ao livre jogo do mercado, não poderiam alçar um nível de crescimento econômico mínimo, para não citar, mais uma vez, o caráter monopolista da produção no sistema internacional, que obstaculariza o chamado capitalismo de livre empresa ou concorrencial. Mas somente na década de 40 essa afirmação se fez sentir mais presente entre os economistas sul-americanos, principalmente pela CEPAL.⁴⁹ O

⁴⁸ À esse respeito, os trotskistas apresentavam, também em 1930, uma interpretação muito “precisa”, ressaltando a dependência da burguesia nacional à economia mundial capitalista: “A falência financeira do Estado, a redução das reservas de ouro, como efeito da política monetária do governo perrepista, a crise econômica da superprodução agrária e industrial, agravarão o grau de dependência do Estado brasileiro à economia mundial imperialista. (...) O PRP teve que “ceder as posições pelo pronunciamento das forças armadas, intimidadas pelo espantinho da guerra civil, ateadas pelas situações dominantes nos três Estados da chamada Aliança Liberal.” (MARQUES NETO, 1992, pp. 256-257).

⁴⁹ Já na década de 40 havia se estabelecido no Brasil uma controvérsia entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico (“vocalização agrária” do país) e outra desenvolvimentista, que defendia a intervenção

intervencionismo não se restringiu ao café, antes, estabeleceu-se “uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)” (FAUSTO, 1975, p. 110). “A crise de 30 abriu espaço à um rápido processo de centralização e concentração de poder, através do enfeixamento, a nível do Executivo federal, dos dispositivos fundamentais de elaboração, implementação e controle da política econômica” (DRAIBE, 1985, p. 129).⁵⁰ Gerado no interior do modelo agroexportador, o capital industrial acaba por romper os limites desse padrão de acumulação.⁵¹ É nesse momento que a atuação do Estado torna-se decisiva para corrigir-se o “desequilíbrio dinâmico”, gerado pela incapacidade de se determinar uma taxa de salários compatível com o ritmo de acumulação no setor de meios de produção e a expansão do setor de meios de consumo.⁵² O fato é que,

“desde meados dos anos 30 e principalmente durante o Estado Novo, inscreviam-se, na lógica de expansão do aparelho regulatório estatal e do projeto de industrialização pesada, os requerimentos de intervenção, planificação e aprofundamento dos controles

estatal na economia para implementar a industrialização no país. Estas eram “as duas linhas ideológicas mestras em torno das quais se polarizava a intelectualidade brasileira durante a década de 50.” (MANTEGA, 1987, p. 11)

⁵⁰ É interessante notar as observações realizadas por Boris Fausto (1975, p. 111), onde interpreta o Estado Novo a partir da perda do poder político pela burguesia brasileira: “Tendo em vista as características da burguesia nacional dos países dependentes, foi necessário que o núcleo dominante do ponto de vista econômico – onde a burguesia industrial fez grandes progressos, a partir dos anos trinta – perdesse o comando do Estado, para que este se abrisse aos grupos técnicos da nossa classe média, à influência dos setores militares, que deram forma a algumas medidas conducentes ao desenvolvimento autônomo (PETROBRÁS, ELETROBRÁS), sob a pressão dos movimentos populares”. Para Sonia Draibe (1985, p. 53), “A força do técnico advém da incapacidade dos interesses econômicos se imporem antes e previamente ao nível das forças reguladoras de mercado”. “Este é o espaço da atuação mais ‘independente’ e politizada da burocracia”.

⁵¹ “(...) é justamente a contradição entre a tendência à acumulação sem limites, própria ao capital em geral, e a estreiteza das bases técnico-econômicas, em que esbarra a todo momento, que imprime o movimento da economia brasileira entre 1933 e 1955.” (AURELIANO, 1999, p. 98)

⁵² “O que importa destacar neste ponto é que (...) esse conjunto de entidades inscreve e corporifica, dentro da estrutura estatal, a própria regulação da acumulação capitalista, nos seus respectivos setores de atuação. (...) De qualquer forma, o que nos interessa ressaltar é que estes organismos, ao estabelecer as políticas setoriais levando em conta o conjunto do respectivo setor em termos nacionais, objetivavam e abstraíam os interesses concretos envolvidos, de tal forma que as relações intercapitalistas respectivas tinham expressão apenas dentro e através daquele aparato estatal. E no interior destes aparelhos é que se defrontarão os móveis particularistas – sejam os típicos interesses proprietários, no seu afã de privatizar ou orientar, segundo seus desígnios, as políticas estatais.” (DRAIBE, 1985, p. 90)

econômicos; mas a conjugação de forças políticas que sustentou um e outro período – o que vai de 1937 e o que se estende até 1945 – se abriu espaço à ação industrializante do Estado, também não deixou de conter fortíssimos elementos de resistência à industrialização, à “nacionalização” das políticas, à intervenção e ao planejamento.” (DRAIBE, 1985, p. 116)

Embora o período que vai de 1930 a 1945 tenha conhecido uma rápida expansão do aparelho estatal e, por isso mesmo, uma concentração de poder e intervenção econômica, esses instrumentos eram, frente ao projeto de industrialização pesada, limitados e parciais, posto que “a complementação da industrialização, nos termos possíveis para o capitalismo brasileiro, exigia muito mais do que isso”.⁵³ Abandonado em 1946, o projeto de industrialização pesada, que se concretizaria somente em meados da década de 50, aponta a fragilidade das forças sociais industrializantes,

“A assimetria entre elas fica clara ao longo do período que vai de 1930 ao final dos anos 50. Ainda assim, como foram essas as forças de embate, a forma estatal não pode ultrapassar certos limites e mostrou, no seu próprio perfil, a natureza social do Estado. A marca das lutas sociais no perfil do Estado se evidencia quando acompanhamos também o seu modo de funcionamento. Para esse desiderato, o governo Dutra é exemplar: compõe-se um novo equilíbrio político, no qual as forças industrializantes, nacionalistas e, no limite, “estatizantes”, foram neutralizadas.” (DRAIBE, 1985, p. 137)

Com o retorno de Vargas em 1951, retoma-se também o projeto da industrialização pesada, como demonstram a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e o Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953-1961), que forneceram os subsídios para a elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento: Plano de

⁵³ Nesse período houve um ajustamento gradual do pagamento da dívida à capacidade do país, onde em 1931, suspendeu-se o pagamento da dívida (com exceção do funding loan) e negociou-se outro empréstimo, mas não solucionou-se o problema recorrente do saldo negativo da balança de pagamentos.

Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial (segundo governo Vargas), Plano de Metas (JK) e Plano Trienal (Goulart). Com exceção do último, cuja inflação agravava o conflito, rompendo com a aparente “conciliação” das classes sociais sob o período de maior desenvolvimento econômico (JK), conforme ressalta Pedrosa (1966, p. 170):

“A ideologia do desenvolvimentismo teve por finalidade essencial alimentar o otimismo das classes médias urbanas e por contágio as massas proletárias urbanas, a fim de que juntas – na base de uma elevação de níveis de consumo então verificadas – e não separadas, como é freqüente no processo ascendente de acumulação capitalista, em virtude da disputa concorrencial pela apropriação de parte da renda nacional, fornecessem os apoios necessários às operações do Poder político, no sentido de conservar ou preservar contra pressões externas o processo de acumulação nacional em marcha.”

Distintamente das fases anteriores do processo de substituições de importações, o Plano de Metas estaria caracterizado pelo crescimento da participação do governo nos investimentos e pelo financiamento destes através de capital externo privado e oficial, amplamente favorecidos pela Instrução 113 da SUMOC em 1955, que vigoraram até 1961, financiando a “industrialização pesada”:

“A solução correrá por duas vertentes: de um lado, a associação com o capital estrangeiro, não tanto por sua contribuição quantitativa, – a poupança externa nunca passou de uns 5% da poupança total – mas sobretudo pelo fornecimento de tecnologia, isto é, pela *acumulação prévia* que podia rapidamente ser incorporada. (...) no caso brasileiro, os “cinquenta anos em cinco” não poderiam ser logrados sem o recurso ao capital estrangeiro.” (OLIVEIRA, 1972, p. 42)

Assim, nesse período o Estado brasileiro gozava de maior legitimação, com relativa liberdade política e sindical, sufrágio universal e eleições diretas para os principais escalões do executivo, pois os interesses da burguesia estavam travestidos com eficácia nos interesses gerais da nação.

Em razão do operariado estar sendo, até certo ponto, beneficiado com o resultado do “progresso econômico”, a classe operária “abandona” a perspectiva revolucionária, havendo o arrefecimento das lutas de classe. Talvez Pedrosa estivesse aqui fazendo referência à passagem de Marx sobre a peculiaridade da estrutura de classes nos Estados Unidos, no seu *O Dezoito Brumário*, “onde, embora já existam classes, estas ainda não se fixaram, trocando ou permutando continuamente os elementos que as constituem em fluxo contínuo, (...)” (MARX, 1997, p. 31), significando que numa estrutura de classes em formação, como é o caso do Brasil nesse período, de industrialização acelerada, “não se acelerava no mesmo ritmo o processo de reagrupamento político”, assim, “a revolução frustra do Brasil não teve tempo nem, condições para preparar os fatores subjetivos necessários à ação (...)” (PEDROSA, 1966, p. 174)

A classe média, por sua vez, beneficiando-se pelo acesso ao consumo de bens duráveis, por algum tempo – enquanto durou os efeitos “benévolos” da inflação, pois, “os capitalistas transferiam os aumentos aos consumidores médios que iam ter nessas transferências a razão do seu radicalismo e seu ódio às classes trabalhadoras e seus sindicatos. Esses efeitos, porém, não se fizeram sentir imediatamente. Ao contrário, foram sendo acumulados ao longo dos anos para explodir irracionalmente quando a inflação tomava um caráter galopante. Até então os consumidores de classe média se aproveitaram da euforia geral e dos efeitos da desvalorização da moeda nos acúmulos de rendas e aumentos de meios

de pagamento” (PEDROSA, 1966, p. 171). É preciso não esquecer que, em 1959 houve o rompimento com o FMI, quando o governo não se submeteu à política de estabilização, como forma de levar a cabo o projeto de industrialização, agravando ainda mais o problema inflacionário e redundando na crise da década de sessenta.

As formas de inserção do Brasil no cenário internacional, exigidas pela industrialização, foram determinantes na formação do Estado e sociedade capitalista no Brasil. É, portanto, partindo dessa realidade social capitalista, explicada pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado, suportando um “Estado bonapartista militarizado”, que Mário Pedrosa irá interpretar a forma de Estado pós-64:

“O do marechal Castelo, em lugar do negaceio – seu campo de ação não o permitia – quis firmar-se pela virtude contrária, isto é, a da adesão incondicional a uma potência. Ao fazê-lo, passa-se pelo regime de liberdade condicionada do negócio do bonapartismo ao de satélite com órbita traçada. Assim, a primeira característica do novo governo ditatorial militar bonapartista foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas, o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil, após a derrocada. A burguesia capitalista nacional passaria a ser no sistema um fator não autônomo mas um fator subordinado. Até hoje não se havia visto bonapartismo apoiado em forças externas, não nacionais. Em geral, ele tem sido a expressão política mais sensível do equilíbrio de forças das classes sociais em choque, internamente.” (PEDROSA, 1966, pp. 188-189)

Pedrosa comenta o comportamento do governo estatal pela noção de negaceio, para caracterizar um período da política bonapartista no Brasil, cujas linhas gerais levaram o Estado a uma certa “conciliação” das classes sociais colocando Vargas enquanto aparente mediador: “No Brasil, em 1937-39 tivemos um exemplo desse tipo de negaceio bonapartista interimperialista quando, às vésperas da Guerra, Vargas o exerceu, ainda que um pouco forçadamente.” (p. 188). E ainda:

“Getúlio Vargas, a primeira investidura de bonapartismo no país, teve de exercer o poder não para impor uma classe sobre as outras, mas, ao contrário, para conciliá-las. Quem concilia também manobra e, por vezes, no jogo do poder, lança umas contra as outras. Ele presidiu a aliança da classe rural cafeeira vencida com os interesses industriais nascentes, porque ao assim agir, atendia à pressão de classe dos industriais do Rio Grande do Sul e dos setores ali bem importantes da agricultura de subsistência, destinada ao mercado interno, que o trouxeram nos ombros ao poder, no Rio, com bombachas e lenço vermelho ao pescoço, símbolos já então de graves desajustes regionais. Esse bonapartismo teve longa vida e uma prolongada função.” (idem)

O Estado no Brasil havia perdido sua condição de mediador, assegura Mário Pedrosa, e isso afetava a estabilidade política, até como reflexo de um outro momento de crescimento econômico que agora era pautado fortemente pelo imperialismo: “Agora pode-se perceber que uma das fraquezas do bonapartismo do Marechal Castelo é que muito cedo perdeu o apoio das classes dirigentes e das classes médias. Seu esteio exclusivo passou a ser o Exército. Este, no entanto – era inevitável – começa a dar sinais de voltar à neutralidade política, ou dividir-se em rumos políticos diversos. O setor das Forças Armadas não é – mais, sobretudo no mundo dos subdesenvolvidos, um fator de estabilidade e de ordem mas, ao contrário, uma variante extremamente instável nos componentes de uma situação” (p. 188). E ainda: “Que função tem o novo, saído da sublevação de abril? Uma função policial-burocrática. Na realidade, em nossa época, em que um sistema inter-relacional de forças no plano internacional é tão acusado, surgiu em vários pequenos países, de formação política recente, onde as burguesias nacionais jamais representaram papel autônomo, um novo tipo de bonapartismo: o que medeia ou

negaceia, não entre as classes do país mas, em nome delas, entre potências imperialistas.” (idem)

Contrariando toda uma “lógica” do conceito de Estado bonapartista – enquanto constituidor da “especificidade” do Estado frente à sociedade – as ditaduras militares garantiram-no para estabelecer um novo cerco no sistema de substituição de importações. Cerco esse que tanto alimentou os interesses do capitalismo internacional quanto o nacional: “A ditadura militar brasileira veio repor o equilíbrio das forças sociais rompidas de modo perigoso, mas, sobretudo, recolocar os interesses imperialistas no cerne do esforço para vencer a crise de crescimento das forças produtivas pronunciada desde 1962. Um jovem autor brasileiro, Wanderley Guilherme, num pequeno ensaio modesto e estimulante (*Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*. RJ, 1963. p. 106), negando que o imperialismo conformasse qualquer “pólo externo” da contradição principal na sociedade brasileira, como eventualmente veiculava a ideologia do desenvolvimento, concluía que “só de uma perspectiva fundada nos interesses objetivos do capitalismo nacional é que se poderia tratar o imperialismo como fenômeno naturalmente alheio ao sistema”. Wanderley sustenta aí a tese clássica dos marxistas brasileiros, a começar pelos primeiros “trotskistas”, mas o que o jovem autor não poderia conceber é que viesse confirmar sua tese, recusando-se a colocar-se “numa perspectiva fundada nos interesses objetivos do capitalismo nacional”. Se essa é a realidade, poder-se-ia concluir que a ditadura bonapartista estava esgotada nas suas funções” (pp. 188-190). Para Pedrosa, no entanto, “a história passada de sua evolução já nos havia induzido àquela conclusão”.

Como já fora dito, a grande crise dos anos trinta rompeu as bases da acumulação cafeeira e, conseqüentemente, ameaçou romper a inserção do país no

sistema internacional, cuja solução teve por base uma ditadura bonapartista populista. E, já aqui, temos como ponto de partida da história do capitalismo brasileiro a especificidade de um tipo novo de bonapartismo, “o que medeia ou negaceia, não entre as classes do país mas, em nome delas, entre potências imperialistas.” (PEDROSA, 1966, p. 188)

Com o fim da guerra e a reabertura de mercados na transição de economia de guerra à economia de paz, essa aliança abalou-se, mas manteve-se até o governo JK – pela eficácia da ideologia desenvolvimentista, fornecendo um elemento de “interação” das classes sociais. Essa aliança “populista-burguesa” conheceu sua primeira derrota política com a eleição de Jânio Quadros. A base social que sustentava a burguesia brasileira até então, se desfez diante de crise econômica que estourou na década de sessenta: “a evolução econômica do Brasil e sua evolução política convergem para uma mesma grave crise estrutural.” (PEDROSA, 1966, p. 195)

Concordando com o diagnóstico apresentado por Celso Furtado em *Dialética e Desenvolvimento* (1964), cuja crise seria resultado do constante estrangulamento externo em razão do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, via substituição de importações, através de recorrentes recursos ao capital externo (desnacionalização da economia) no governo JK (desenvolvimento associado⁵⁴), gerando o déficit público⁵⁵:

⁵⁴ “Em 1954, é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente”, e “A deposição e suicídio de Vargas revela a vitória daqueles que queriam reformular e aprofundar as relações com o capitalismo internacional”. (IANNI, 1975, p. 68)

⁵⁵ “Os gastos correntes e a arrecadação tributária mantiveram-se, entre 1956 e 1960, em torno de 20% do Produto (médias de 20,2% e 19,4%, respectivamente), enquanto os investimentos passaram de 3,3 para 5,7%, respectivamente”. Para uma política de intensificação dos investimentos públicos a que se lançou não contava o governo com nenhum esquema de financiamento seja através a criação de um saldo na conta corrente ou na absorção de recursos no mercado de capitais. Não houve outro recurso senão o de ir buscar na caixa do Tesouro, cujo déficit teve de ser coberto em proporção crescente com emissões de papel moeda.” (PEDROSA, 1966, p. 209)

“JK cedeu ante a pressão dos capitais estrangeiros na política cambial; resistiu à pressão da finança internacional no que concerne à sustação dos investimentos do setor estatal. As dificuldades foram postergadas para depois dele.

O Brasil levou avante um processo que os outros países latino-americanos não puderam levar, estancando antes.” (PEDROSA, 1966, p. 210)

Citando Gilberto Paim, argumenta que, esgotado o processo de substituição de importações (com a implantação, no país, da indústria de base), o que ocorre é uma crise de estancamento, ou seja, “somente uma parte do parque industrial é utilizada”, “o potencial reprodutivo dessa indústria de base se plenamente utilizado transformará a emancipação econômica nacional.” (PAIM apud PEDROSA., 1966, p. 211) O acento é, então, posto na complementação desse processo de industrialização por meio “da substituição do financiamento externo, que acompanhava os bens antes importados, por um financiamento nacional” (idem). Tratava-se, de fato, do esgotamento do modelo de substituição de importações para arrancar o país da faixa de subdesenvolvimento, momento crucial, onde a opção política decidiria o futuro da “nação” brasileira. Era preciso se criar, de fato, um capitalismo nacional.⁵⁶

Para Pedrosa, dentre os graves efeitos da nossa “industrialização essencialmente cidadina”, geradora de “graves desajustes e desequilíbrios internos”, estão a manutenção da estrutura agrária e o excesso da capacidade industrial instalada, cujo efeito se traduz pela exclusão de grande parte da população

⁵⁶ “A conclusão é geral. O capitalismo pelo vértice que se constituiu no Brasil, numa área privilegiada, ainda não é um capitalismo nacional. Talvez seja esta sua característica mais profunda e contradição fundamental. Essa autolimitação vem de muitas procedências, mas talvez uma dessas seja a própria natureza de sua formação. Ele se formou no campo da agricultura, com a burguesia rural. Daí sua tendência a olhar antes para leste que para oeste, para o mar que para o sertão (...)” (PEDROSA, 1966, p. 217)

brasileira dos frutos do “progresso” econômico. Assim, o germe do desequilíbrio geral encontra-se nas “origens históricas do capitalismo brasileiro”, de “uma burguesia que nasceu no campo e não nas cidades:

“O grave das desigualdades regionais que se processam no país é que não provieram elas de causas naturais, mas sobretudo do isolamento das áreas econômicas do continente que é o Brasil e dos diversos graus tradicionais de integração delas com os mercados externos. O Estado sempre foi parte decisiva no processo de desenvolvimento, mas em função não nacional e sim sob pressão da burguesia regional mais rica e poderosa do Centro-Sul.” (PEDROSA, 1966, p. 213)

O Estado “passou a ser instrumento das mais ricas e das mais prósperas. O fato é que até hoje a União não teve a universalidade necessária a atendê-las (regiões mais antigas), a chegar até elas, a não apenas assisti-las mas dinamizá-las” (PEDROSA, 1966, p. 214). Nessa perspectiva, a inserção do país no sistema internacional, utilizando-se do recurso à tecnologia importada, poupadora de mão-de-obra, tornou o desenvolvimento econômico sempre “dependente” do recurso ao capital externo, à medida que ele permite “queimar etapas”, “entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho” (OLIVEIRA, 1972, p. 38), processo pelo qual passaram as economias centrais, e que, na sua ausência, abriu um abismo intranscendente entre os rendimentos do capital e do trabalho nas economias tardias como a brasileira. Essa é a razão da desigualdade⁵⁷ do desenvolvimento capitalista brasileiro, cuja expansão

⁵⁷ “A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-30, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’.” (OLIVEIRA, 1972, p. 32). Sobre desenvolvimento desigual e combinado, ver também LÖWY, Michael. “A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado” In LÖWY, Michael; BENSÁID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Editora Xamã, 2000, pp. 160-167.

“se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão de próprio novo.” (OLIVEIRA, 1972, p. 32) Não se formou, portanto, um capitalismo de âmbito nacional. Sob o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país, não havia lugar para conceitos como o de “soberania nacional” e “independência econômica”, como ansiava João Goulart⁵⁸.

Dessa forma, o desenvolvimento brasileiro caminhava para uma produção industrial voltada para bens de consumo duráveis, atendendo a demanda das novas classes médias brasileiras, bem como aos interesses industriais do ramo, agravando o desnível social já existente. Como há concentração industrial no Centro-Sul, a capacidade produtiva instalada é insuficiente para empregar as populações marginais nas cidades, sendo o problema agravado pelo êxodo rural. No conjunto, “o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder.” (OLIVEIRA, 1972, p. 32) Sendo, portanto, o desequilíbrio social inerente ao modelo de desenvolvimento adotado no país, este teve seu apogeu na década de sessenta, quando do esgotamento do padrão de acumulação através do modelo de substituição de importações. Estando a existência do sistema capitalista ameaçada por essa crise, rompendo-se as bases sociais da aliança populista-burguesa⁵⁹. Para

⁵⁸ “Quanto à posição da economia dos países latino-americanos no relacionamento internacional, torna-se necessária uma vigilância para que os seus efeitos negativos não se façam sentir de modo grave (...). A política exterior do governo tem obedecido ao princípio inalterável de respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda da nossa própria independência.” (GOULART apud IANNI, 1975, p. 72)

⁵⁹ “A base social sobre que se apoiava o desenvolvimentismo era um compromisso híbrido entre interesses burgueses agrários, interesses rurais, interesses industriais, interesses das classes trabalhadoras, classes

repor o “equilíbrio” rompido de modo perigoso, através da tríplice pressão sofrida pelo Estado brasileiro⁶⁰, houve a deposição de João Goulart, sendo instaurada, em 1º de abril de 1964, a ditadura bonapartista militarizada. Enfim, “a classe dirigente industrial brasileira decepcionou os desenvolvimentistas”, isso porque,

“A base dinâmica de todo o acordo essencial dos dois grupos consistiu precisamente num mecanismo de intercâmbio de rendas pelo qual a indústria retirava grande parte delas dos saldos produzidos pelo setor agrícola exportador, utilizando-a na ampliação do mercado interno e no estímulo ao processo acumulativo, o qual, em seguida, voltava, em parte, ampliado pela fecundação da mais-valia, às fontes da primeira apropriação. Esperar daí o surgimento de um conflito fundamental de classes, que alinhasse os industriais contra seus velhos aliados, seus ascendentes, era esperar milagre.” (PEDROSA, 1966, p. 238)

A inflação, que sempre fora o instrumento principal do setor público como mecanismo de transferência de rendas de um setor a outro, perde sua função estimulante⁶¹, e torna-se, ela mesma, a principal fonte “denunciadora” do pacto

populista em colapso, conforme também salienta OLIVEIRA (1972, p. 56): “(...) serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já que sob ele,

camponesas – e interesses financeiros internacionais. Sua fragilidade não podia surpreender”. (PEDROSA, 1966, p. 227)

⁶⁰ “No plano internacional, o Departamento de Estado e o FMI lhe cortavam as asas quanto podiam, até transformarem a má vontade em política deliberada para conduzir à sua perda. No plano interno, a direita burguesa conservadora ou mesmo “progressista” exigia favores (créditos bancários para satisfazer especulações ou divisas para pagar aumento de salários, como os usineiros de açúcar) e rigores para as pretensões esquerdistas. Na extrema esquerda, um Leonel Brizola tentava arrebatá-lhe a liderança das massas populares, sobretudo pequeno-burguesas dos grandes centros urbanos, graças a programa cada vez mais radical e nacionalista que, a executá-lo, levaria a um rompimento formal com a legalidade; no centro delas, o Partido Comunista, os órgãos sindicais, o governador Miguel Arraes tentam dar coerência à ação do governo federal e enquadrar o próprio Goulart até as eleições de 1965” (PEDROSA, 1966, pp. 152-153).

⁶¹ “A economia do mercado exportador do Brasil se transformou numa economia de acumulação interna, desde pelo menos a crise mundial dos anos 30. Há mais de cem anos que a inflação nos acompanha; há mais de trinta que foi realmente fecunda no auxiliar as transferências de capitais de um setor para o outro e no moldar certos padrões de crescimento do mercado interno brasileiro. Há dois, três anos que ela é nefasta.” (PEDROSA, 1966, p. 183)

não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível de participação na renda nacional que já haviam alcançado.”⁶²

E com a deterioração do salário real, alastram-se as greves no centro industrial do país: “São Paulo foi o teatro de formidáveis movimentos grevistas, como a greve total dos ferroviários da Sorocabana, a dos “barnabés” e professores primários do Estado e, principalmente, a greve geral de 29 de outubro, que envolveu quinze categorias profissionais, abrangendo um total de setecentos mil trabalhadores.” (PEDROSA, 1966, p. 176) A reboque, a greve dos trabalhadores industriais urbanos trouxe consigo outra reivindicação, a da reforma agrária, trazendo à tona, produzida por “um processo social histórico de enorme profundidade”, o contexto revolucionário, “havia, de certo, um rebento dela a nascer entre as frechas dos grupos sociais em tensão e das classes em choque que foi cortado rente pelo golpe de 1º de abril.” (PEDROSA, 1966, p. 178) O que causou toda essa tensão? Segundo Pedrosa, graças a contraditória estrutura de classes brasileira:

“Depois de cinco curtíssimos anos parou o processo industrializante, e explodiu a contradição maior entre os interesses vitais do país, que exigiam o prosseguimento ininterrupto do processo de industrialização, e os interesses da finança internacional e dos capitais estrangeiros que exigiam a parada no processo industrializante para um ajuste de contas no balanço de pagamentos do Brasil, gravemente passivo para com aqueles interesses.”(PEDROSA, 1966, pp. 49-50)

A crise econômica alinhava, portanto, os setores conservadores de um lado, a frágil burguesia industrial, a classe média, os proprietários rurais, enfim, “a derrubada de Goulart teve o apoio de todas as classes proprietárias do país,

⁶² Conforme OLIVEIRA (1972, p. 53), “no período 1957/62 (...) houve de fato deterioração do salário real”.

incluindo nela os donos de renda fixa, ou de toda uma nação de burgueses cansados de agitação, ou com medo. Essa unanimidade existiu e apoiou os chefes militares sublevados.” (PEDROSA, 1966, p. 182)

Já em pleno período de recessão econômica, o efeito agora "negativo" da inflação diminui a massa salarial, acirrando a luta de classes:

“Os trabalhadores não aceitavam, então, ter de pagar os custos da inflação, consequência em última análise do modelo de desenvolvimento adotado pelas classes dirigentes do Brasil, desde os fins da guerra. Por sua vez, esses burgueses médios industriais novos, em face da inflação descontrolada e das lutas da classe operária para rejeitá-la, fizeram a sua primeira e grave opção política – alinharam-se com a alta burguesia nacional, fizeram causa comum com ela contra o governo, que os havia servido até bem pouco tempo antes e apoiaram a sublevação dos generais para esmagar qualquer manifestação coletiva das massas trabalhadoras, quer proletárias urbanas, quer proletárias camponesas. Este é um fato decisivo na dinâmica futura do desenvolvimento social e político brasileiro.” (PEDROSA, 1966, p. 242)

O presidente, em face da crise política e econômica que se instalou após a renúncia de Jânio Quadros⁶³, teve seu espaço de manobra esgotado⁶⁴, e, diante das pressões das classes populares e da esquerda, decidiu, por conta própria, assumir uma postura mais à esquerda – a política de “mobilização popular contra as forças espoliativas da nação”, a fim de manter-se no poder, como fizera outrora Getúlio Vargas, salienta o autor.⁶⁵ Porém, ressalta Pedrosa, não havia como congregar interesses tão antagônicos; “apesar da eloquência na defesa da reforma

⁶³ “Jânio Quadros foi assim o instrumento da dissolução do velho casamento de que Vargas foi o padrinho.” (PEDROSA, 1966, p. 145)

⁶⁴ Goulart elegeu-se sob uma aliança política contraditória, PSD, PSP, PTB e outros, assim, “com o aceleramento progressivo da crise inflacionária e política, as forças políticas em torno do presidente foram se dispersando.” (PEDROSA, 1966, p. 154)

⁶⁵ Getúlio Vargas, distintamente da situação de João Goulart... “Tinha ele, com efeito, muito mais com que barganhar ... Não só politicamente a situação era favorável ao Brasil; também financeiramente a posição brasileira era bem mais sólida, por contar então com substanciais reservas metálicas e garantir suas transações financeiras e sua moeda. Teve ainda durante bastante tempo a possibilidade de jogar em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos, com a ameaça da concorrência alemã no seu mercado.” (PEDROSA, 1966b, p. 145)

agrária e não falando na UDN, o mais autêntico partido do latifúndio, o próprio PSD, por sua maioria, inclusive seu porta-voz presidencial, a temiam. PTB, “o próprio partido do criador da Frente Ampla estava cindido. Havia, porém, uma diferença: enquanto o PSD refluía para a direita, para suas velhas bases sociais, o PTB evoluía à esquerda, desde a subida de Jânio Quadros.” (PEDROSA, 1966, p. 167) O desenlace da “aliança anti-histórica” se deu com o apoio de Washington:

“Assim, em plena crise, no auge dela, Washington sabia, e por isso não acreditava em perigo comunista. O que Washington não desejava era que surgisse um governo forte, mais independente de Washington, com uma política nacionalista traçada, capaz por isso mesmo de nacionalizar outras empresas, encampar as concessionárias, restringir os investimentos privados estrangeiros a determinadas condições, instituir o monopólio do câmbio, declarar a moratória das dívidas externas e, *last but not least*, fazer a reforma agrária. Em suma, realizar o programa que João Goulart apenas agitava. Para evitar tal perigo, Washington conspirou, instigou o levante e ganhou.” (PEDROSA, 1966, p. 69)

Com o desenrolar dos acontecimentos, ficou claro a dependência da

burguesia nacional frente à internacional: “O Brasil pauta sua política estrangeira, com efeito, fundado no princípio de que não se pode afastar do único poder existente no “Continente”: o poder dos Estados Unidos” (PEDROSA, 1966, p. 56). Enfim, a política estrangeira imperial norte-americana teve êxito no acirramento do conflito, em “catequizar” os militares do Estado-maior das Forças Armadas com a denúncia de “guerra revolucionária”, que estaria sendo imposta pelos comunistas no Brasil, “com a cumplicidade de João Goulart”. Concentrado em áreas estratégicas⁶⁶, o IPES foi criado para a campanha ideológica da alta burguesia, com uma intensidade que demonstra a importância dos interesses em causa, como bem demonstra René Dreifuss (1987, p. 281):

“O alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar as mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada.”

No entanto, ressalta Pedrosa (1966, p. 93), “a nossa época de hoje se assinala, pois, como a das revoluções e movimentos emancipadores nacionais nos continentes outrora submetidos aos imperialismos ocidentais. (...) É a revolução que chama a “guerra revolucionária”; jamais esta produzindo aquela”.⁶⁷

3.1 O Estado bonapartista militarizado

Para Mário Pedrosa, o conceito requer apreensões da estrutura de classes do Brasil e seu enlace com o capitalismo internacional, cujas consequências se verificam nas pressões sociais que emergiram na ação estatal, dando formas à contra-revolução que configurou o Estado bonapartista militarizado – a ponte para a

⁶⁶ “São Paulo” – o centro industrial do país, também, “foi o centro da conspiração propriamente civil, consciente de classe.” (PEDROSA, 1966, p. 58)

⁶⁷ Conforme Rosa Luxemburg (1974, p. 156), “As revoluções não são “feitas” e os grandes movimentos populares não são postos em cena com receitas técnicas que saiam do bolso dos dirigentes das instâncias do partido. Pequenos círculos de conspiradores bem podem “preparar” um putsch para um dia e uma hora precisos,

reinserção do Brasil no capitalismo internacional, ameaçada pelas lutas de classes. Diante do impasse que se colocou na década de sessenta, e dadas as relações da burguesia brasileira com o capitalismo internacional, já não havia espaço para uma política nacionalista, como queria o “bloco nacional-reformista”⁶⁸ que apoiava João Goulart. Estávamos, decerto, diante de uma “nova era” do capitalismo, como afirma Pedrosa em *A Opção Imperialista*⁶⁹, uma época de transição para o que hoje se chama de “globalização”:

“Quando a política oficial do Itamarati passa a afirmar, de público ou nos conciliábulos secretos com outras chancelarias, que “as fronteiras físicas e políticas são obsoletas”, estamos em face de uma nova doutrina que fere de frente, mortalmente, o conceito básico fundamental de Poder nacional. A que leva tal doutrina? Na prática, a permitir que o governo de Washington desembarque tropas onde quiser, ou quando quiser, em qualquer parte do território nacional, seja da República Dominicana ou Peru, Uruguai ou Brasil.” (PEDROSA, 1966, p. 109)

Certamente, observa o autor, “as fronteiras físicas e políticas” estarão “obsoletas” *para o governo brasileiro*. O contexto atribulado do governo de João Goulart demonstra a situação conflituosa em que se instalara no poder, bem como das forças contraditórias que se mantiveram atuantes até a data do golpe, impedindo que este seja interpretado como um governo comunista ou socialista. Ele se manteve, apesar de todas as colorações “esquerdizantes” do período, um governo capitalista, com suas contradições inerentes.

podem no momento requerido dar o sinal de “ataque” a alguns milhares de partidários, mas os grandes momentos da história, os movimentos de massa não são dirigidos por meios tão primitivos”.

⁶⁸ “Unidas em uma única plataforma encontravam-se as demandas do bloco nacional-reformista, englobando as reivindicações dos sindicatos, do movimento camponês, do movimento estudantil, dos políticos e mesmo de alguns militares nacionalistas.” (DREIFUSS, 1987, p. 306)

⁶⁹ Referindo-se às transformações econômicas ocorridas sob os princípios do keynesianismo nos Estados Unidos, dando forma às grandes corporações, afirma Pedrosa (1966b, p. 400): “As companhias por ações capitalistas bem como as fábricas cooperativas podem ser consideradas como formas de transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado, com esta distinção – o antagonismo é enfrentado negativamente numa, positivamente noutra”.

Conforme Pedrosa, já na década de 50, com o governo de J.K., deu-se a ruptura entre o PSD-PTB⁷⁰, como ilustra o “golpezinho de Estado” do Congresso em 1961, para impedir Goulart de assumir o poder executivo, através do dispositivo do parlamentarismo *sui generis*, como medida paliativa. No entanto, o presidente saiu-se muito bem dessa situação, à medida em que fora “consagrado democraticamente, pela esmagadora maioria de votos soberanos do plebiscito” (PEDROSA, 1966, p. 152). A partir daí, a luta entre o Parlamento e o Executivo tornou-se evidente, como demonstram as trocas do Ministro da Fazenda.⁷¹ San Thiago Dantas tentava uma aproximação entre as forças políticas opostas, inclusive com o Partido Comunista⁷², em busca de uma solução ponderada, que exigia a participação de todos. Era um elemento “moderador”⁷³, defensor do Plano Trienal, e

⁷⁰ “Na verdade”, escrevíamos, “com o governo Juscelino acabou-se a era getuliana (que se prolongou ainda por certo tempo, milagrosamente, pelo gesto desesperado de Vargas). Esta se caracterizou pela aliança dos burgueses progressistas com as classes trabalhadoras, sob a batuta daquele hábil regente. (...) Agora, porém, diante da inflação galopante, da agravação das contradições sociais e políticas, do encarecimento constante e progressivo da vida, do dismantelo também crescente dos quadros dirigentes e conservadores do país, se torna bem difícil prosseguir na mesma aliança anti-histórica... Tudo indica, assim, que vamos agora assistir a uma delicada operação cirúrgica na política brasileira: a de separar os irmãos siameses PTB e PSD. Já não podem viver juntos, sob o mesmo cordão umbilical. Ameaçam atrofiar-se e de agora em diante um só pode desenvolver-se à custa do outro” (PEDROSA, 1966, pp. 150-151)

⁷¹ “Adotando a técnica do voto em bloco, a ADP também se habilitava a derrotar propostas de diretrizes governamentais. Contava com aproximadamente duzentos representantes em dezembro de 1962 (quase a metade da Câmara dos Deputados) o maciço bloco de parlamentares amigos da ADP, patrocinados pelo complexo IPES/IBAD e habilmente coordenados pelo Grupo de Ação parlamentar” (DREIFUSS, 1987, p. 320), dentre os atos, “Um deles foi levar a Câmara dos Deputados a rejeitar a nomeação de Santiago Dantas, empresário e político do PTB, para o posto de Primeiro-Ministro”. “A rejeição de Santiago Dantas foi, de fato, a rejeição pelas classes dominantes de uma composição com o trabalhismo” (idem, p. 323).

⁷² “O Partido Comunista não visava a nenhuma revolução. Suas teses políticas previam antes prolongada que breve série de governos de transição, desde um governo democrático nacional de luta contra a “espoliação” imperialista até um governo nacionalista popular já destinado a maiores reformas, com a reforma agrária acabada. Só de tal governo representantes da velha burguesia rural são excluídos” (PEDROSA, 1966, p. 153). Distintamente das teses defendidas pelo PCB, que defendia a tese da revolução por etapas e a contradição entre Agrarismo e Industrialismo, onde propunha a aliança do proletariado revolucionário com os setores progressistas da burguesia nacional, afastava-se das forças sociais pelo seu caráter abstrato, uma visão evolucionista: “O caráter burguês da revolução democrática burguesa está nisso, em que, destruindo o feudalismo, para destruir a grande propriedade, ela fracionará essa grande propriedade dividindo-as entre os trabalhadores da terra, dando a cada um o seu lote, transformando-os de servos da gleba, de escravos assalariados, em pequenos proprietários” (BASBAUM apud FERREIRA, 1999, p. 158). FERREIRA observa ainda que este programa de revolução agrária “é a tese dos chamados “municipalistas” no interior do Partido Operário Social-Democrático Russo combatida duramente por Lênin no seu Programa Agrário de 1907”.

⁷³ “É mais do que certo que os democratas acreditam nas trombetas diante de cujos toques ruíram as muralhas de Jericó. E sempre que enfrentam as muralhas do despotismo procuram imitar o milagre” (MARX, 1997, p. 57)

talvez por isso mesmo, “sob a pressão da ala radical junto a Goulart, foi dispensado” (p. 154). A esse respeito,

“Segundo o informante autorizado do Estado de São Paulo (20-10-63), o presidente da República, desta vez, fez sua contra-ofensiva: “Estava pessoalmente convencido de que o problema era mais profundo e só poderia ser resolvido de fato com a mudança de uma estrutura superada. Clamava pelas reformas de base desde que assumira a presidência, sem conseguir comover o Congresso e nem despertá-lo da indiferença.” (PEDROSA, 1966, p. 154)

O Plano Trienal apontou o déficit público como responsável pela crise inflacionária, em razão da transferência de renda em favor do setor exportador, que tirava do Tesouro importante fonte de arrecadação⁷⁴. Em linhas gerais, o Plano denunciava a inflação como um instrumento de injustiça social, “e, nessas condições, toda tentativa de eliminar a inflação apenas institucionalizaria o atual esquema de distribuição de renda de profundo sentido anti-social (Plano Trienal, p. 40)” (PEDROSA, 1966, p. 209), donde se concebiam as reformas de base como fundamentais para tirar o país da crise.⁷⁵

Após mais um “incidente” na trajetória conturbada do governo Goulart – a ameaça de estado de sítio em outubro de 1963, o PSD colocava-se em oposição ao presidente, cobrando-lhe, não só a defesa dos seus interesses, mas uma posição em face da inquietação social, da inflação, das greves e da infiltração

⁷⁴ Como exemplo, podemos citar os subsídios à indústria automobilística, causando a decadência do sistema ferroviário e marítimo, que, por sua vez, foi um dos setores onde a greve mais se alastrou.

⁷⁵ Acirrando o conflito, o movimento estudantil, representado pela UNE, realizou, em 1962, o Seminário Nacional de Reforma Universitária: “A Carta do Paraná reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do encontro. Ela tornou-se um dos mais importantes documentos do movimento estudantil. Significativamente, a reforma universitária foi incluída na parte da Carta que tratava do “esquema tático de luta”, como parte das Reformas Básicas, que começavam a dar ampla margem de discussão ao bloco nacional-reformista, ao governo e mais tarde até mesmo ao bloco modernizante-conservador. Essa proposta representava um ponto de partida para uma eventual aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, vinculando o movimento para a reforma universitária a outras reivindicações populares.” (DREIFUSS, 1987, p. 283)

comunista no próprio governo.⁷⁶ “Goulart reage e repudiando “o decreto da ditadura” nº 9.070 sobre greve, cobra do PSD a regulamentação do direito de greve, encalhada na Câmara há vários meses, nas mãos pesedistas do deputado Ulisses Guimarães.” (p. 155) Estava instaurado o conflito aberto.

“Entre trancos e barrancos”, sem sair do lugar. “San Thiago Dantas parte, chega Carvalho Pinto e vai embora, para Nei Galvão, banqueiro gaúcho amigo de Goulart, recomeçar a começar, enquanto o compromisso ou não compromisso de comprar as concessionárias não se esclarece; mas não se faz⁷⁷. Pouco a pouco, os partidos governamentais se recolhem à espera dos acontecimentos.” (PEDROSA, 1966, p. 161) Durante o impasse e em meio às denúncias de “guerra revolucionária” em todos os cantos do país, o Dr. Bilac Pinto, ilustre parlamentar udenista, lidera o contra-ataque a “guerra-revolucionária” que os comunistas haviam desencadeado no Brasil” (p. 69).⁷⁸ A UDN era, de fato, pela sua base social, a mais conservadora organização política, “o núcleo mais tradicional da oligarquia econômico-financeira que controla a vida econômica do país.” (p. 119) O Dr. Bilac dentro do parlamento – fora, “os donos de terra não esperaram pelas instruções algo bacharelescas de seus representantes (...); tomaram eles mesmos em mãos a defesa de suas terras que, certos ou errados, sentiam ameaçadas e passaram a agir em consequência.” (p. 101) A arma ideológica usada pelo líder

⁷⁶ “(...) O almirante Amaral Peixoto, presidente do PSD, advertia o presidente para a própria responsabilidade no agravamento do processo inflacionário: “O PSD estava convencido de que o regime está ameaçado e não teria condições de resistir por muito tempo mais se não fossem adotadas medidas heróicas e drásticas” (PEDROSA, 1966, p. 154)

⁷⁷ “O Plano Trienal elaborado por Celso Furtado e sustentado por San Thiago Dantas não chega a ter começo de execução e desde o primeiro dia contou com o veto de Washington e a sabotagem das esquerdas.” (PEDROSA, 1966, p. 161)

⁷⁸ “A fórmula pois não foi cunhada pelo deputado Bilac Pinto, mas no EMFA. “Isolar os Estados Unidos” eis o que quer a “guerra revolucionária” que se desencadeou no Brasil pelos comunistas “apátridas”, com a cumplicidade do presidente João Goulart. Para evitar que esse isolamento se faça os chefes militares conspiram, organizam sua “contra-guerra revolucionária” e instruem os políticos no Parlamento a agitarem o ambiente. O líder udenista simplesmente divulgava da tribuna da Câmara esquemas ensinados na Escola do Estado-maior”, a ESG. (PEDROSA, 1966, p. 57)

udenista fora luzida “na mesa do chefe do Estado-maior do exército, o então general Castelo Branco” (p. 101), instruída pela política externa dos Estados Unidos, em sua luta contra a URSS.⁷⁹ Apesar das conspirações, Pedrosa (1966, p. 160) afirma que,

“A inquietação social não era obra de intrigas nem fabricação de ninguém. E se generalizava, pouco a pouco, pelo país todo. Inclusive naquele “outro país” que sempre fora São Paulo, a sólida capital dos negócios e dos maiores centros operários, declarou-se em outubro a greve geral, em todo o estado, de professores primários e secundários; a paralisação das escolas havia atingido 95% e se esperava a totalidade para o dia 19 de outubro (as informações são do *Estado de São Paulo* daquele dia). Havia duas sedes de comando da greve; uma, a dos primários, no Centro do Professorado Paulista; a outra, a dos secundários, na sede do sindicato dos bancários. A solidariedade dos sindicatos operários à greve dos professores era geral. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Produtos Químicos declarava, em assembléia, ao comando de greve que a sua categoria estava disposta a entrar em greve de solidariedade, caso não fossem atendidas as reivindicações dos professores”.

Magalhães Pinto⁸⁰, governador de Minas Gerais, “o baluarte da ordem social conservadora”⁸¹, fez uma trajetória que surpreendeu até mesmo João Goulart, de uma postura à favor das reformas de base, com vistas ao desenvolvimento econômico, acabou por render-se às suas bases eleitorais.⁸² A

⁷⁹ “Era evidentemente boato falso a “guerra revolucionária” trombeteada pelo líder udenista. Servia, porém, a uma manobra tática destinada a encobrir e estimular a conspiração antigoulartiana. Servia ainda a mais do que isso – servia para extremar as oposições políticas, aprofundar as divisões ideológicas, radicalizar as posições, impossibilitar as soluções legais, abrir passo ao golpe, à guerra civil, à contra-revolução.” (PEDROSA, 1966, p. 100)

⁸⁰ “o general Olímpio Mourão Filho, juntamente com o comandante da IV Infantaria Divisionária, em São João del Rei, general Luís Guedes, o visitam e convidam para conspirar. Magalhães aceita. Já era tempo, pois sua posição política, no Estado e fora do Estado, “estava abalada”, constata o repórter político do *Jornal do Brasil*, Castelo Branco, e a “crescente pressão das esquerdas, confrontada com as reações manipuladas ou não da oposição mineira, levou-o a se aproximar dos generais que em Juiz de Fora e Belo Horizonte trabalhavam na faixa conspiratória” (PEDROSA, 1966, p. 127-128)

⁸¹ “por esse vulgar egoísmo, enfim, que torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o interesse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular.” (MARX, 1997, p. 94)

⁸² De acordo com Dreifuss, em março de 1963 a elite orgânica realizou-se uma reunião para discutir a estratégia da apresentação do projeto de reforma agrária que o complexo IPES/IBAD havia preparado, sendo, entretanto, negada sua fonte, antes, apresentado como um projeto de líderes udenistas e Armando Falcão, do PSD: “Enquanto prosseguiam essas operações, o pessoal dos Grupos de Estudo preparou uma crítica às propostas do governo e foi lançado, através da mídia audiovisual, um ataque contra o Executivo e o bloco nacional-reformista em suas propostas de reforma agrária” (DREIFUSS, 1987, p. 352, nota nº 210) A se levar em conta a posterior adesão de Magalhães Pinto a ala golpista, a crítica apresentada ao projeto de reforma do governo (definido como

“Carta de Sete Lagoas”⁸³ fora, segundo Pedrosa, um documento violentamente anti-reformista, atestando a recusa de qualquer reforma constitucional, encaradas, pelos líderes da UDN, como “comunismo”⁸⁴:

“O que move a grande massa da classe média e pequeno-burguesa não é nenhuma motivação política, mas, ao contrário, tudo o que nela está fora da política, o que na estrutura de sua vida social é íntimo e não público, é privado e não político. A pequena burguesia se inflama por dentro. Ela tem medo do comunismo, passa a odiar os que são apontados como promovendo-o. Criado o bode expiatório, ela sacia seu medo, seu desespero num extremo radicalismo, que nada mais tem de político, mas de psíquico.” (PEDROSA, 1966, p. 118)

Diante dessa correlação de forças conservadoras, “os quadros da linha de frente da contra-revolução no meio urbano vinham das classes médias e pequeno-burguesas; enquanto que no interior eram formados de jagunços armados, a soldo dos grandes proprietários.” (PEDROSA, 1966, p. 130) E “como numa reação em cadeia o grito de ordem saído da velha casa da fazenda reboia por toda Minas e vem estourar na Capital política do Estado, despertando todos os órgãos representativos das diversas camadas e grupos burgueses da sociedade e mobilizando para a ação de rua os elementos frustrados, pequeno-burgueses socialmente incertos e desesperados de sua periferia.” (p. 131) Formou-se mesmo uma “unanimidade impressionante de todas as burguesias”. Em 26 de fevereiro de 64, “dez mulheres com terços nas mãos (...) e um padre baixo, gordo e de óculos escuros desempenharam terça-feira, no placo da Secretaria de Saúde e Assistência,

“cópia servil de outras reformas reclamadas por países de diminuta extensão territorial”, (conforme PEDROSA, 1966, p. 123) e o projeto de reforma (?) agrária implementada pela ditadura, não é de se surpreender com a “coincidência”.

⁸³ Documento elaborado a partir da reunião de discussão do projeto de reforma agrária e constitucional, realizada no plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG, em junho de 1963.

⁸⁴ “Da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um “atentado à sociedade” e estigmatizada como “socialismo.” (MARX, 1997, p. 32)

em Belo Horizonte, o papel de fundo dos violentos acontecimentos que abalaram Minas e repercutiram intensamente em todo o país.” (Jornal do Brasil apud PEDROSA, 1966, p. 128)

A contradição logo manifestou-se: “Em face dessa frente única conservadora surgia, inevitavelmente, criando uma polarização social, uma outra frente, esta de elementos proletários, com seus líderes locais (...)”. “O comício de 13 de março no Rio de Janeiro, quando, na Praça Cristiano Ottoni, a massa trabalhadora comparece em peso, vibrante e participante, mas em ordem, em disciplina, em consciência, é o divisor de águas. A marcha da conspiração militar-burguesa toma, porém, outro rumo e de “defensiva” passa a ofensiva, após o êxito do comício.” (PEDROSA, 1966, p. 132).⁸⁵ “É preciso, porém, trazer às ruas as inquietações sociais e políticas reinantes nos círculos burgueses da Capital paulista” (p. 133), assim, em 19 de março, realizou-se a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.⁸⁶

A composição social da marcha denunciava seu viés: “a demonstração vinha evidenciar um fenômeno extremamente importante na avaliação da situação: a separação nítida entre a massa das classes médias, sobretudo as

⁸⁵ “Nos meios universitários e estudantis a vibração era intensa. Os líderes sindicais não duvidavam da força e da disciplina de seus operários. Os operários não duvidavam da força e das posições do presidente João Goulart. E quando eram convocados a manifestações de classe ou a manifestações políticas de cunho progressista, compareciam em massa. Não havia dúvida sobre para onde iam suas simpatias e sentimentos de solidariedade. O proletariado industrial vota nas esquerdas, manifesta-se por elas.” (PEDROSA, 1966, p. 133)

⁸⁶ “O auge dos esforços das associações femininas orientadas pelo IPES se deu seis dias depois (do comício de 13 de março), no dia de São José, o padroeiro da família, com a coordenação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo. Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra o comício de João Goulart do dia 13 de março”. (DREIFUSS, 1987, p. 297); “De fato, a organização da marcha se realizou no prédio da Sociedade Rural Brasileira – SRB, sob a supervisão de ipesianos, que eram membros da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, da Federação das Associações Rurais, do Clube dos Diretores Lojistas e do estado-maior civil-militar do IPES.” ; “O governador de São Paulo Adhemar de Barros aliou-se a esse esforço e proporcionou recursos” (...) “Entre os principais participantes da marcha distinguiam-se Auro de Moura Andrade, o então presidente do Congresso, o governador Carlos Lacerda, da Guanabara, e o general Nelson de Mello, Ex-ministro da Guerra de João Goulart e participante da Articulação Civil-Militar. Ele se dirigiu à multidão: “Nós estamos presentes nesta demonstração a favor da consciência cristã do Brasil. Este é um dia decisivo para a existência do Brasil. Nós temos fé nas Forças Armadas; nós temos fé na Democracia” (pp. 297-298).

camadas menos proletarizadas e a massa proletária plebéia, incluindo nela a maioria dos assalariados” (PEDROSA, 1966, pp. 134-135).⁸⁷ Assim, em face dessa manifestação, que contou com 500.000 pessoas – ainda que “seleta”, “passou-se a ver nela a manifestação da maioria do povo brasileiro a favor da deposição do Sr. João Goulart” (PEDROSA, 1966, p. 134), o que acabava por “legitimar” a ação golpista da extrema direita, na medida em que “o Exército brasileiro era, realmente, legalista e democrático.⁸⁸ A quebra do princípio da hierarquia demonstrada na “intentona dos sargentos, setembro de 1963; o episódio do sítio, em princípios de outubro, e a rebelião dos marinheiros, já em março de 64, levaram o Exército a por de lado suas convicções legalistas e a derrubar o governo” (PEDROSA, 1966, p. 139).⁸⁹ O mito do legalismo, observa Pedrosa, que fundara-se na tríplice aliança – burguesia rural, burguesia industrial e proletariado urbano, desfez-se ao peso das contradições inerentes.

Diante do espírito conspirador que reinava no país, as organizações de esquerda denunciavam a “trama golpista”, instruindo a deferir uma greve geral, caso a suspeita se confirmasse, a fim de manter Goulart no poder:

“Quando a greve geral veio, principalmente nos setores estatais – estradas de ferro, portos, Petrobrás, transportes – prejudicou os defensores da legalidade, as possibilidades de resistência do governo; a falta de transportes dispersou os elementos legalistas civis que queriam manifestar-se.” (PEDROSA, 1966, p. 141)

⁸⁷ Conforme Dreifuss (1987, p. 298): “O embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, o Secretário de Estado americano: “A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha.”

⁸⁸ Segundo Dreifuss (1987, p. 298), “De tudo isso, o mais importante foi que ‘O Exército, como é do consenso geral, teria hesitado em agir se não houvesse fortes indicações de que a opinião pública era favorável, e é bem possível que demonstrações espetaculares, tais como a de 19 de março, a ‘Marcha da família com Deus pela Liberdade’, em São Paulo, fossem decisivas para convencer o setor estritamente militar do ‘Movimento Revolucionário’ de que havia chegado o momento propício”.

Estando o general legalista, Jair Dantas, no hospital, “em nome da restauração da disciplina violada, com a anuência do presidente, a Corporação Militar em peso concorda em apeá-lo do Poder”:

“Ao derrubá-lo, não estava ela votando, entretanto, contra a reforma agrária, nem contra as encampações das concessionárias, nem contra a lei de remessa de lucros. O fator militar disciplinar contingente deu as armas de que a contra-revolução precisava para expulsar o presidente e impedir que se entregasse à tarefa histórica e altamente recomendável, a que se decidira entregar (...);
 “A reforma agrária que o presidente Goulart foi derrubado por defender coincidia em tudo com a “reforma agrária integral” definida no texto acima, que, se é demagógico ou subversivo, é da Carta de Punta del Este, da qual constitui um dos compromissos mais solenes. Na realidade, a reforma agrária de Punta del Este-Goulart não era subversiva, mas revolucionária. Ao chegarem ao poder, os homens vitoriosos em abril logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contra-revolução em permanência. Desvende-se o mistério da vitória de 1º de abril.” (PEDROSA, 1966, p. 143)

E concluía Pedrosa, o agente imperialista no cerne da defesa do status quo: “Hermano Alves, nos seus brilhantes artigos no *Correio da Manhã* sobre as Forças Armadas e seu papel nos acontecimentos políticos do nosso país, falou muito bem num processo de desnacionalização que a estava descaracterizando.” (PEDROSA, 1966, p. 71) Assim, em tempos de “guerra fria”, toda a política externa norte-americana era orientada a defender o regime de livre empresa, contra a “opção socialista”.⁹⁰

⁸⁹ Com relação às atividades políticas do complexo IPES/IBAD, Dreifuss (1987, p. 338) ressalta que “Elas estimularam uma atmosfera de inquietação política e obtiveram êxito em levar à intervenção das Forças Armadas contra o “caos”, a corrupção populista e a ameaça comunista”.

⁹⁰ “Desde então os americanos decidiram não perder tempo e, apoiados no Brasil, querem remodelar a OEA para consagrar o princípio da intervenção, em nome de um novo direito, o “direito da ideologia”, pelo qual a nenhum país latino-americano é permitido ter o regime político e social de sua escolha. Reformada a OEA, será promulgado um *modelo* de sistema político-social obrigatório para todos os membros da organização. Dentro da OEA já não será mais o “marxismo-leninismo” que é proibido, mas regimes político-sociais não previstos por Washington, um, por exemplo, que nacionalize empresas de petróleo de algum truste americano” (PEDROSA, 1966, pp. 105-106)

Para explicar a configuração desse agente imperialista no Brasil sob o conceito de bonapartismo militarizado, Pedrosa remonta à ofensiva das grandes corporações norte-americanas frente ao avanço do “socialismo real” (*imperialismo renovado*). A partir dessa nova correlação de forças, o “*Big Business* exigia do seu governo uma política agressiva de defesa não só de seus investimentos no exterior, ameaçados pelas contradições sociais e políticas oriundas dos estragos e convulsões da guerra, tanto nos países vencidos como nos vitoriosos, mas em sentido mais agressivo ainda de criar as condições propícias a novas inversões de capitais no Oriente Médio (petróleo), Ásia, África, Europa, América Latina, naturalmente” (PEDROSA, 1966, p. 71), na qual o Plano Marshall teve proeminência:

“Na base dessa experiência, uma nova ideologia foi criada nos Estados Unidos e vendida inteirinha aos chefes militares latino-americanos e brasileiros, ora no poder. A partir dela forjou-se o verdadeiramente sinistro conceito de “agressão interna” que, como disse muito bem Hermano Alves, imposto pelo pensamento militar norte-americano, foi ‘adotado’ cegamente, por nossas forças armadas.” (PEDROSA, 1966, p. 72)

Com esse desfecho, verifica-se a incapacidade da classe dirigente brasileira de sair do impasse, pois isso exigiria um “projeto nacional”, com a participação do povo, portanto, uma revolução social.⁹¹ Porém,

“Ligada à burguesia agrária por laços tradicionais, de interesse e culturais, ligada aos grupos de capitalistas estrangeiros por via de vizinhança nas mesmas ou semelhantes atividades, aprendendo com eles, perdendo ou ganhando com eles, a classe capitalista brasileira não tem forças próprias nem ambições de classe dirigente

⁹¹ “Eis porque neste país ficou de moda que cada governo tivesse seu plano ou planos, embora sem as preliminares condicionantes de implantação, ou mero luxo de burocratas e de técnicos, em torno de plataformas governamentais.” (PEDROSA, 1966, p. 251)

nova para assumir a direção da economia nacional em seu todo, da sociedade brasileira em seu conjunto. E não o pode fazer porque disputa o Estado ao resto da nação. É o centro do sistema econômico.” (PEDROSA, 1966, p. 250)

Trata-se, portanto, de um problema político, e não econômico, como criam alguns, “superar a contradição bipolar da economia dual não é problema capitalista, nunca o foi.” (p. 250) Distintamente dos posicionamentos de “esquerda” da época, como o próprio PCB, que sob a orientação importada da URSS, havia uma “burguesia nacional progressista”, para Pedrosa,

“O grupo burgueses desenvolvimentista é nacionalista na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros. Mas nem sempre há colisão. E, por outro lado, tem consciência de que laços indissolúveis o prendem àquele grupo. Sua briga com eles é, no fundo, uma briga em família. Exigir, pois, dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, os exportadores e os ‘entreguistas’ e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aqueles é exigir que façam o haraquiri, que se destruam em benefício de grupos radicais de pequenos burgueses ou de coisa ainda mais grave’.” (1966, p. 150)

Assim, o novo governo representa, em oposição à correlação de forças do governo deposto, “os interesses globais da burguesia brasileira e de grande parte de suas classes médias, além dos interesses da política imperialista americana neste país. A política jacente de cada plano é típica das bases sociais de um ou de outro governo.”(PEDROSA, 1966, p. 251)⁹² E a ditadura militar?

“Que fez ela de histórico e providencial? Repôs as massas no seu lugar, quebrou-lhes o ímpeto e o sentimento de autoconfiança que iam adquirindo: reprimiu o balbucio de uma conscientização

⁹² “O Plano Trienal e o governo deposto (...) era a expressão de um governo débil, mas impelido pelas bases populares (...)”; “O PAEG é uma tentativa de repor em ordem o sistema, em função dos interesses capitalistas internacionais.” (PEDROSA, 1966, pp. 251-252)

reivindicatória no campo. Dissolveu-lhes as organizações de resistência, emasculou-lhes os sindicatos, suprimiu os órgãos centrais de representação, que podiam falar em nome dos interesses coletivos da classe trabalhadora no Brasil, fez do direito de greve não um direito para ser exercido mas uma via extrema cheia de ameaças e de condicionamentos, como uma corrida de obstáculo. E os salários são contidos e diminuídos. Com efeito, os serviços por ela prestados são positivos.” (PEDROSA, 1966, p. 187)

O objetivo da “agenda neoliberal”⁹³ da ditadura foi restaurar o regime de livre empresa ⁹⁴, e qualquer noção de planejamento lhe é estranha, lhe causa ojeriza. O capitalismo de livre empresa, esse ideal aceito pelos dirigentes da política econômica do novo governo, afirma Pedrosa, “não existiu nem provavelmente poderá chegar a existir, isto é, a funcionar realmente, empiricamente, nesses Brasis tropicais e subtropicais” (PEDROSA, 1966, p. 2). Assim, o resultado dessa política econômica, após dois anos de intervenção, concorre para a “destruição da indústria nativa”:

“A lógica da “reforma” do capitalismo, que move seus ideólogos e tecnicistas à frente do comando econômico do país, os leva a desalojar os grupos industriais de onde se encontram instalados, mediante o mecanismo de transferência de categorias de importação – de especial para geral – para os produtos similares de fabricação estrangeira.” (PEDROSA, 1966, p. 4)

⁹³ Referimo-nos à maior liberdade comercial, política monetária e fiscal da dupla Campos-Bulhões. De acordo com CARCANHOLO (2002), já no início da década de 60, com a eleição de Jânio, procurou estabelecer-se uma política de estabilização que pudesse conter os efeitos maléficos da inflação. Houve uma modificação das funções cambiais, que deixaram de servir como ferramentas industrializantes, passando a ser determinada mais pelo mercado. No período 1964-67, a política de estabilização da ditadura promoveu a indexação financeira da economia, o controle de preços, a contenção monetária e creditícia, a redução dos gastos públicos, além do brutal arrocho salarial, contrariando toda a política econômica desenvolvimentista (Plano de Metas) que, apesar de oferecer um tratamento extremamente favorável ao capital estrangeiro, houve também a participação pública direta na formação do capital (de 25,6% em 1953-56 para 37,1% em 1957-60) e canalização de recursos privados para áreas estratégicas, o que foi determinante para alavancar uma taxa média anual de crescimento igual a 7,1%. Dentre as principais medidas da reforma estão a inclusão de correção monetária em operações financeiras, nova regulamentação no mercado de capitais, e uma nova lei de remessa de lucros, revogando os constrangimentos anteriores e uma maior abertura da economia ao capital externo de risco e, principalmente, de empréstimo, objetivando ampliar a concorrência do Sistema Financeiro Brasileiro. O objetivo geral era sustentar um novo ciclo de industrialização não-inflacionário (CARCANHOLO, 2002).

⁹⁴ “Veio ostensivamente para limpar a Administração Pública da corrupção e esmagar no país dissoluto a subversão. Veio para acabar com a inflação, restaurar a livre empresa na plenitude de seus privilégios mortalmente ameaçados por um intervencionismo estatal sem escrúpulos e progressivo” (PEDROSA, 1966, p. 1)

Frente às “exigências” dos organismos financeiros internacionais em determinar desenvolvimento com estabilidade, “não é possível ao Governo adotar uma política de desinflação paralela ao desenvolvimento econômico. Governar é escolher” (PEDROSA, 1966, p. 4). A falta de sintonia dos novos dirigentes com relação não só aos problemas que afetam o país, mas também às ‘nossas’ classes produtoras é patente quando se verifica o diagnóstico da inflação no Brasil⁹⁵: “assim, na primeira etapa⁹⁶ da luta contra a inflação, a ditadura congela o mercado de trabalho, depois de cortar sem piedade os níveis salariais do Brasil, etapa em que é bem sucedida, porque nesse plano atuam não só os meios “indiretos” dos “estímulos” ou “desestímulos” financeiros econômicos, mas o aparelho mesmo de coerção do Estado, a polícia.” (PEDROSA, 1966, p. 8) Em razão da premissa do novo governo, baseada em conceitos “anacrônicos”, a política econômica adquire um caráter insípido à crise e a situação brasileira, fica como que “balouçando no ar”, por sobre os interesses das classes burguesas nacionais. É um Estado que aufere uma “autonomia interna” às custas da “heteronomia externa”:

“Uma é contida no pensamento estratégico da Guerra Fria entre o Ocidente e o Oriente, bússola pela qual se orienta o chefe do governo nos meandros da política internacional, com influências cada vez mais sérias no desenvolvimento interno do país. A outra é o ceticismo arraigado do Dr. Roberto Campos quanto às forças próprias para um desenvolvimento endógeno da economia brasileira. Desse ceticismo acabou por participar toda a ditadura, a começar pelo seu chefe que não deve ter tido, aliás, muita dificuldade em

⁹⁵ “A inflação era diagnosticada nos idos de abril de 1964 pelos novos comandos financeiros e econômicos do país como tipicamente salarial; depois passou a ser estatal, no abuso das emissões para pagar contas; afinal, diante da persistência do mal, o Dr. Bulhões não teve dúvidas em retificar seu diagnóstico. Com efeito, numa conferência, a 10 de março de 1966, no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, discorrendo sobre as causas da inflação, admitiu que, ao contrário do que se pensava, residiam elas particularmente no setor privado, cujas deficiências de capital, organização e empreendimentos manifestaram-se ultimamente de maneira notória” (PEDROSA, 1966, p. 8)

⁹⁶ Posteriormente, suspensão de obras públicas (enxugamento gastos estatais), corte nas emissões – retração do crédito, altos impostos/taxas, congelamento de preços industriais.

integrá-la no esquema de seu pensamento estratégico. A peculiaridade da ditadura militar está em que ela não representa no poder, particularmente, nenhuma das classes sociais dirigentes do país. E em seu conjunto só muito indiretamente e muito condicionadamente. O Dr. Campos não é, por exemplo, representante das classes dirigentes do Brasil; é um técnico das finanças internacionais, especialmente americanas.” (PEDROSA, 1966, p. 184)

Trata-se pois, de um “imperialismo renovado”, que leva o Estado bonapartista militarizado a se determinar no capitalismo internacional e que, ao mesmo tempo, o impede duma fascistização ampla e profunda, posto ter que contar com os efeitos do processo da luta de classes que não elimina, ou decreta, a falência total das instituições burguesas. Veja-se o problema da permanência do parlamento, ainda que “de fachada”.⁹⁷

E, no entanto, o Estado brasileiro não se achava pairando no ar, mas, sobretudo, determinado pelo poder material e político da burguesia internacional.

Todas essas medidas tomadas pelo Estado conduzem à recessão, e “os industriais brasileiros se vêem assim entre as lâminas de uma tesoura: preços sustentados da agricultura com a alta geral das matérias-primas, preços rebaixados no setor industrial para conter a inflação. (...) Nunca, desde décadas, a classe empresarial brasileira se viu acuada a tal dilema. Não revela a circunstância toda uma política?” (PEDROSA, 1966, p. 9)⁹⁸:

⁹⁷ O processo de acirramento das lutas de classe na França de Luís Bonaparte “elevou” o executivo acima dos demais poderes, de maneira a “obstacularizar” as relações Estado/sociedade: “Depois da lei eleitoral de 31 de maio, a nação soberana, sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada, a Assembléia nacional transformara-se gradativamente em um Parlamento *ancien régime*, que tem de ceder a iniciativa ao governo e contentar-se com grunhidos recriminatórios *post festum*.” (MARX, 1997, p. 93)

⁹⁸ A maneira mais imediata de conter a inflação, diagnosticada inicialmente, como já dissemos, nos altos salários do proletariado urbano, juntamente com a decisão do governo de baixar os preços dos produtos industriais, conduzem à recessão. Em razão do aumento da capacidade ociosa que se instalou no país, o desemprego foi o resultado mais óbvio, aumentando o exército industrial de reserva já inchado no país. Decorre ainda dessa ação, a rebaixa de salários, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores. Todas essas medidas, porém, em vez de concorrer para “acalmar” a situação, contraditoriamente, acirrou o conflito entre classes.

“Assim, neste abril de 1966, em face da impossibilidade cada vez mais aparente de anular a inflação e alcançar-se a desejada estabilidade monetária por meio de cortes salariais, baixa forçada de preços, retenção de créditos e estagnação, o governo se decide a intervir no mercado de capitais e subsidiar os tomadores de dinheiro. Desta vez o subsídio será pago pelo público mediante a elevação dos impostos, na hora mesma em que os empresários pedem atenuação no imposto de renda (...).” (PEDROSA, 1966, p. 11)

Nessa pretensão de “neutralidade” em face das classes produtoras nacionais, a burocracia estatal⁹⁹, ao optar pelo “entreguismo”, perdeu o apoio social sobre o qual pensou poder basear-se, pois,

“A política oficial acabou por submeter empresários, banqueiros e manipuladores de capitais brasileiros à seguinte alternativa: contenham preços, disciplinem lucros, canalizem recursos, obedeçam aos contingentamentos inevitáveis, cortem salários, racionalizem as atividades, obtenham a “produtividade” seja lá como for, sob pena de desaparecer para deixar o campo livre aos monopólios e trustes estrangeiros poderosamente armados e ricos, principalmente controlados pelas grandes corporações americanas.” (PEDROSA, 1966, p. 16)

Em meio ao fracasso no combate à inflação, a equipe econômica do novo governo elaborou o Plano Decenal¹⁰⁰, que, dentre outras propostas, pretendia acabar com a “escassez de demanda inerente às economias subdesenvolvidas”, fomentando a expansão do mercado interno através da reforma monetária.¹⁰¹ A

⁹⁹ “Apenas esta consideração extra-econômica decidiria o destino do Plano: Seus fautores são neutros, politicamente, em face da dinâmica das classes no nosso país. Como já vimos, o Governo atual pretende manter-se acima das classes, embora na prática política seja fundamentalmente hostil às classes proletárias, cujo ângulo de visão jamais, em nenhum momento, foi o seu (...).” (PEDROSA, 1966, p. 26)

¹⁰⁰ “Uma equipe de executantes conduz e controla a execução do Plano. Mas este é, ou deve ser, a expressão econômica e social de toda uma política, no seu sentido mais amplo, fundada na mobilização dos recursos e das energias de um povo empenhado em elevar-se acima da linha da desnutrição, da ignorância e da submissão e para atingir os níveis da civilização moderna. Não pode ser obra de uma minoria que visa apenas ao poder e ao abuso do poder” (PEDROSA, 1966, p. 35)

¹⁰¹ “Será possível que a iniciativa privada, não só no setor bancário como também nos demais setores da vida econômica, possa por si só solucionar os problemas do desenvolvimento?” O problema escapa ao econômico. (...) “Não sendo (o Estado) uma entidade substantiva, todo-poderosa, superior e anterior aos indivíduos, o que há

“burguesia nacional” submete-se aos interesses gerais de sua classe, em nome da manutenção do regime capitalista. A política econômica do novo governo oferecia ao capital estrangeiro ¹⁰², mais especificamente ao capital financeiro, seus préstimos, “a fim de não pôr em perigo o capital e de assegurar o funcionamento do mecanismo do Estado”.¹⁰³ Fica demonstrado, mais uma vez, o estreitamento necessário entre Estado e capital financeiro, como afirmou Marx respeito do bonapartismo francês:

“Ao procurar entregar o mercado de capitais a grandes e pouco numerosas empresas de capitalização e investimento, o Estado estimula a concentração de poder financeiro em mãos de poucos, entre os quais a participação dos grupos estrangeiros é considerável ou preponderante”;

“Eis ainda que o governo decidiu subsidiar as empresas de financiamento para estimulá-las a explorarem o mercado de capital parado, escasso, controlado ou ainda inexplorado. É mais um privilégio que se abre aos grandes grupos estrangeiros, isolados ou associados a organizações brasileiras de financiamento.” (PEDROSA, 1966, p. 13)

Diante da situação, as classes produtoras “nacionais” protestaram: “as formas irracionais de intervenção do Estado (SUNAB, etc) que dificultam uma racionalização das atividades empresariais”, estão “deteriorando o sistema de relações entre as classes produtoras e o governo”, pois durante o ano de 1965, as “medidas econômico-financeiras que, visando à estabilização, se traduziu menos em termos de expansão industrial do que em retração do mercado” (PEDROSA, 1966, p. 21).¹⁰⁴ Desde pelo menos o Plano de Metas (JK), a consequência

de decisivo, de vital “é a manifestação do comportamento de um grupo que representa e usufrui o poder. A intervenção do Estado é função do que vale este grupo”. (PEDROSA, 1966, p. 25)

¹⁰² “A luta revolucionária contra o imperialismo não cria uma coesão das classes na colônia mas é, ao contrário, fator de diferenciação política. A força do imperialismo reside na ligação econômica e política do capital estrangeiro com a burguesia indígena.” (XAVIER apud MARQUES NETO, 1992, p. 219)

¹⁰³ (MARX, 1986, p. 28) Neste aspecto em especial, ou seja, ao beneficiar o capital financeiro internacional, a burguesia nacional optava por ver seus lucros reduzidos à não ter lucros, caso houvesse, de fato, uma revolução.

¹⁰⁴ “O fenômeno da capacidade ociosa presente em toda a linha de produção, consequência da queda nas vendas, foi o resultado mais claro do revés da política governamental. Não trabalhando a plena carga, diz a análise do

desnacionalizadora é patente, mas a burguesia “nacional” parece não se preocupar com isso; recorre-se novamente ao capital estrangeiro, “Isto significa que para a equipe dirigente a crise brasileira já foi definida, na sua essência, como uma perturbação na conjuntura, em função de má regulação intersetorial” (PEDROSA, 1966, p. 24).¹⁰⁵

A partir do Plano Decenal, a equipe dirigente objetiva “institucionalizar o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento”, o lema é intervir hoje para desintervir amanhã:

“O atual governo do Brasil oscila entre a pressão ortodoxa antidirigista procedente, via organismos financeiros internacionais, dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos e a pressão dos fatos e da nossa realidade social imediata para intervir e não parar de intervir. A esperança que o nutre é de intervir *agora* para *desintervir* amanhã, quando a economia nacional estiver “normalizada.” (PEDROSA, 1966, p. 29)

A idéia do Plano é corrigir os desvios da racionalidade econômica, e não a “estatização” da economia, utilizando-se, como diz o autor, de modelos visando “afastar a hipótese dos modelos socialistas”, mas, “para quem não esquece que o Estado, neste país ainda sem planejamento, é e será – condição *sine qua non* de nova reanimação econômica – o maior cliente das empresas privadas, o maior investidor de capitais, o controlador soberano dos investimentos e da política cambial, falar em decisões descentralizantes através o sistema da livre empresa é devaneio” (PEDROSA, 1966, p. 31), utilizando-se da mesma idéia desenvolvida posteriormente por Ralph Miliband em *O Estado na Sociedade Capitalista* (1972).

presidente da FIEGA, sem a perspectiva de futuras expansões, a indústria sofreu um baque relativo de sua capacidade de absorção da mão-de-obra.” (PEDROSA, 1966, p. 21)

¹⁰⁵ A respeito do diagnóstico da burguesia, Marx (1997, p. 111) afirma: “Massa estúpida, ignorante e grosseira era a própria massa burguesa.”

Porém, nessa “institucionalização” do desenvolvimento, elaborada pelos militares, traduz-se na seguinte afirmação: “Não há condições políticas nem sociais para a democracia no Brasil. Para evitar os estrangulamentos periódicos” das mudanças de governo o “Ato Institucional nº 3” foi declarado. E agora terá de ser “institucionalizado” mesmo, quer dizer, inserido na Constituição.” (p. 32) A reforma administrativa pretende inserir no processo econômico brasileiro uma racionalidade ótima, para fazer realidade a ‘falácia’ do desenvolvimento até então. Entretanto, como o desenvolvimento exige o crescimento da taxa de investimento, aproveitando-se ao máximo o excedente gerado durante o processo, o Plano Decenal está fadado ao fracasso, pois “o regime capitalista é o regime específico dos desvios do bom aproveitamento dos recursos” – o contrário do que ocorre com um “planejamento” baseado no recurso ao capital estrangeiro (financiamento, etc) e à poupança externa.¹⁰⁶ No aspecto político, um projeto econômico dessa monta exigiria, como já fora dito, a participação de toda a nação, o que implicaria, portanto, na ampliação da democracia; “que não mirre nem volte atrás como em tantos círculos ocidentais, sobretudo em certos meios de extremo conservadorismo ou militaristas, pentagonais, se parece desejar.” (PEDROSA, 1966, p. 39) No entanto, com os vitoriosos de 1º de abril, afirma o autor, “Teremos assim, uma democracia condicionada aos fins estratégicos do poder nacional americano, fins de classe, fins políticos, para os quais é fundada uma ordem legal exclusiva, sem outras aberturas mesmo em potencial, apanágio de toda ordem democrática autêntica.” (PEDROSA, 1966, p. 103)

¹⁰⁶ “Está claro, então, que uma revolução profunda no nosso país não iria deter-se em taxas irrisórias ou modestas ou “razoáveis” de investimento.” (PEDROSA, 1966, p. 49)

A autonomia da ditadura militarista deriva, portanto, dessa “independência” que ela confere, “porque o Exército não é uma classe, nem um partido, mas uma função primordial do Estado” (p. 186), talvez apreendida pelo “ódio ideológico aos “subversivos” e aos “corruptos” que a ditadura demonstrava (...) aos “políticos” brasileiros que o dirigia, os quais bem ou mal serviam àquelas classes no poder. Ela demonstrava assim – e para isso tinha então, provavelmente, a grande maioria da oficialidade dos quartéis – que ia governar “acima das classes.” (PEDROSA, 1966, p. 185) A contestação das classes produtoras em face da política econômica do governo, perpetuando a crise política, afirma Pedrosa (1966, p. 186) “vêm dos próprios círculos militares que golpearam as instituições”, embora o fizessem em nome delas para “salvar a sociedade” da subversão.¹⁰⁷ O fato é que,

“A ditadura militar não demorou a isolar-se socialmente, não diremos do povo de que nunca procurou aproximar-se, mas das classes médias e, sobretudo, dos setores das classes dirigentes diretamente responsáveis pela marcha das forças produtivas do país. Essas classes são gratas aos ditadores militares que na hora H as salvaram da dissolução do poder, com Goulart; mas o que querem agora é que os generais se retirem, ainda que sob mil galardões de glória.” (PEDROSA, 1966, p. 187)

Para as classes dirigentes brasileiras, ela já cumpriu sua “função policial-burocrática”, já está na hora, portanto, de demitir-se do cargo; “esperou a burguesia nacional que, finda a tarefa, o poder real lhe fosse restituído. O novo poder não tardou, porém, a revelar pretensões autonomistas, isto é, que entendia entregar-se a uma série de “reformas de base”, de acordo com o ideário americano aliancista mas que era, na verdade, o programa que Goulart havia deixado em aberto ou agitado. Certos militares no poder se achavam com o compromisso de

¹⁰⁷ “Prefiro o terror branco ao terror vermelho”, bradava o burguês francês frente a ameaça revolucionária.

cumpri-lo, para seguir o figurino proposto pelos ideólogos americanos da Aliança para o Progresso. Entre essas reformas, lá estava de novo a “reforma agrária”. Os mesmos homens que se levantaram de armas na mão para repeli-la no governo João Goulart voltaram, naturalmente, a mobilizar, a agitar, a ameaçar.” (PEDROSA, 1966, p. 190) As classes proprietárias não demoraram a protestar, mas dessa vez, advertem os militares, o protesto não será tolerado, antes, “todos os agitadores serão enquadrados na Lei de segurança Nacional.” (p. 191) E assim, mesmo com a resistência da UDN, um dos partidos que mais apoiou o golpe dos militares, “um estatuto da terra é aprovado”, pois, mesmo tendo o apoio de Washington, os conspiradores não podiam deixar de levar em considerações as condições internas, ou seja, as aspirações da maioria da população, que reclamavam pela reforma. Visando galgar uma maior legitimidade, sancionou-se o “Estatuto da Terra”, ainda que na realidade, “se fez, em lugar de uma reforma agrária, uma revisão agrária altamente amistosa ao latifúndio”. “Fundada nos mesmos estímulos, a ditadura continuou a fazer “leis” com reformas em quase todos os setores”. “Pretendeu-se fazer do Exército como um todo, uma entidade bonapartista impessoal”, mas, reconhece Pedrosa, “o Exército dificilmente poderá preencher como um todo, essas importantes funções políticas”:

“Assim, o bonapartismo se foi transformando numa ditadura burocrática, com estrebuchos totalitários agressivos por parte de grupos civis mas sobretudo militares, de antigos conspiradores frustrados, cuja redução ideológica é de tal ordem que os torna incapacitados de romper o isolamento.” (PEDROSA, 1966, p. 192)

O imperialismo está no cerne dos acontecimentos de abril – “a grande missão da ditadura militar foi enquadrar o Brasil na estratégia da política

imperial americana” (p. 193), de fato, um bonapartismo *sui generis*, de negaceio à “adesão incondicional a uma potência”:

“A ditadura militar começa a aparecer aos olhos da burguesia nacional como um estorvo à normalização dos negócios, um empecilho à retomada do desenvolvimento e, sobretudo, uma tendência exagerada a fazer depender a retomada dos investimentos da boa vontade imperial de Washington ou da concordância menos ortodoxa das terríveis siglas da finança internacional (FMI, BIRD, etc).” (PEDROSA, 1966, p. 193)

Por ironia da história, o dia proclamado para o início da reforma do sistema capitalista no Brasil, o primeiro de abril, é o dia da mentira. E conclui Mário Pedrosa: “A luta, tão tenaz e tão rica de ensinamentos, da atual equipe dirigente do país pela remodelação do sistema capitalista tal como vinha evoluindo, (...) fracassou.” (p. 24) Com este fracasso, ressalta, e “em meio a desserviços e orientação antibrasileira, nos vai deixar uma idéia luminosa e inapagável: o *desenvolvimento brasileiro não se fará pela economia de mercado*, pedindo inexoravelmente uma economia pelo menos mista, de plano. Sobre esta idéia as próximas formações políticas, que vão surgir depois da noite ditatorial, terão de se debruçar. O Governo do marechal Castelo Branco, se veio para “salvar” a livre empresa e uma política liberal em todos os domínios, sairá como aquele que fez a demonstração prática, talvez final, de que o desenvolvimento capitalista automático e autopropulsor neste país é impraticável.” (pp. 27-28)

4 MÁRIO PEDROSA E KARL MARX: NAS CONFLUÊNCIAS DE UM CONCEITO

Marx, no início do seu *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1997, p. 25), afirma, em relação à dicotomia que se instaurou, com o segundo Bonaparte, entre Estado e sociedade, que “a sociedade parece ter agora retrocedido para antes do seu ponto de partida”, porém, “na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério”. Por trás dessa afirmação, está o processo de lutas de classes que conduziu o Estado a um patamar superior à própria sociedade que o gerou, a fim de salvaguardá-la com o poder das armas: “Longe de ser a própria *sociedade* que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o *Estado* que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina.” (MARX, 1997, p. 24) A “autonomia” do Estado aqui constituída seria, portanto, não o clímax político da revolução burguesa, mas o momento da consolidação desse poder, numa formação social cujo poder político é fragmentado, em razão da existência/permanência de modos de produção pré-capitalistas, e, portanto, da disputa intra e extra classes pelo domínio do aparelho de Estado.¹⁰⁸

Em *O Dezoito Brumário*, toda sua análise está centrada em explicar como houve um golpe de Estado numa nação como a francesa, com tradição política

¹⁰⁸ Todos os momentos anteriores, até mesmo a constituição da República Parlamentar burguesa, são, na verdade, momentos da construção e ascensão do poder burguês: “Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor. Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio.” (MARX, 1997, p. 126)

como em nenhum outro país. O bonapartismo representa o momento da ‘autonomização’ do Estado em relação à sociedade, diferenciando-se dela, dando forma ao aparato estatal, da qual as Forças Armadas fazem parte, a fim de manter os interesses materiais da burguesia, posto em xeque durante a crise econômica:

“Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados de maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas honorários. Por outro lado, seus *interesses políticos* forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o Poder Executivo que lhe era hostil.” (MARX, 1997, p. 66)

Nesse processo, as Forças Armadas tornaram-se a pedra angular dessa construção¹⁰⁹, o elemento aparentemente neutro politicamente:

“A burguesia fez a apoteose da espada. A espada a domina. Destruiu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob a vigilância da polícia; seus salões estão sob a Guarda Nacional democrática; sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Impôs o estado de sítio; o estado de sítio foi-lhe imposto. Substituiu os júris por comissões militares; seus júris são substituídos por comissões militares. Submeteu a educação pública ao domínio dos padres; os padres submetem-na à educação deles. Desterrou pessoas sem julgamento; está sendo desterrada sem julgamento. Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado; todos os movimentos de sua sociedade

¹⁰⁹ “Colocando assim o exército como árbitro entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecendo no exército o poder estatal decisivo, tinha que confirmar, por outro lado, o fato de que há muito tempo desistira de sua pretensão de dominar esse poder.” (MARX, 1997, p. 117)

são reprimidos pelo poder do Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: Fuge, tace, quiesce! (Foge, cala, sossega!) Agora é Bonaparte que grita à burguesia: Fuge, tace, quiesce.”(MARX, 1997, pp. 122-123)

Não fora essa mesma a “reação” da burguesia brasileira diante da culatra do fuzil dos militares esguianos? A ditadura militar no Brasil procurou fazer do Exército sua base de poder, o que parece confirmar a seguinte hipótese lançada por Marx no seu *O Dezoito Brumário*: “Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas?” (1987, p. 40), e “tornar permanente o recesso e substituir a *Liberté, Égalité, Fraternité*, pelas palavras inequívocas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia” (idem, p. 64). Diante da crise política e social brasileira da década de sessenta, as Forças Armadas foram colocadas como árbitro (não porém, neutro) entre as forças sociais em confronto, porém, agora com determinações não só internamente (Brasil), mas sobretudo externamente (EUA).

A burocracia crescente e a ampliação da inserção das Forças Armadas no interior da vida política vêm demonstrar o enfraquecimento das instituições políticas (Parlamento/Congresso) criadas pela própria burguesia na construção do “seu” Estado Constitucional Representativo, que, “embora produto de antagonismos, com eles não pode conviver”¹¹⁰:

“O instinto ensinava-lhes que a república, é bem verdade, torna completo seu domínio político, mas ao mesmo tempo solapa suas

¹¹⁰ Conforme capítulo I, p. 17. É também conveniente ressaltar que “O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subsequente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve de ser protegida no ventre e trazida ao mundo.” (MARX, 1997, p. 39)

fundações sociais, uma vez que têm agora de se enfrentar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da nação com as lutas secundárias que sustentavam entre si e contra a monarquia. Era um sentimento de fraqueza que os fazia recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e portanto menos perigosas, desse domínio.” (MARX, 1997, p. 53)

Diante das contradições que são postas – e repostas, pelo domínio de classe da burguesia, esta tornou-se incapaz de levar adiante o mundo à sua imagem e semelhança.¹¹¹ O Estado bonapartista revela, portanto, a incapacidade da burguesia continuar a dirigir o progresso social, ou seja, revela sua decadência enquanto classe dirigente. Nele, enfraquece-se o poder político de classe da burguesia, desorganizando suas instituições, e só encontra êxito na medida exata dessa desorganização.¹¹² Na França, como substituto de Napoleão, Luís Bonaparte representava “a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses”. Porém, a base social do Estado de Napoleão Bonaparte já não constituía uma força social na “sociedade moderna”; na verdade, “os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital.” (MARX, 1987, p. 132) Dessa forma, “a influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade” (MARX, 1997, p. 128), no poder pessoal de Luís Bonaparte,

¹¹¹ “Mas a burguesia não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar estas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado” (MARX;ENGELS, 1999, p. 19)

¹¹² “Assim, denunciando agora como ‘socialista’ tudo o que anteriormente exaltara como ‘liberal’, a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que a fim de

“Não obstante, ele só é alguém devido ao fato de ter quebrado o poder político dessa classe média e de quebrá-lo novamente todos os dias. Conseqüentemente, afirma-se como o adversário do poder político e literário da classe média.” (MARX, 1997, p. 136)

“Impelido pelas exigências contraditórias de sua situação e estando ao mesmo tempo, como um prestigiador, ante a necessidade de manter os olhares do público fixados sobre ele, como substituto de Napoleão, por meio de surpresas constantes, isto é, ante a necessidade de executar diariamente um golpe de Estado em miniatura, Bonaparte lança confusão em toda a economia burguesa, viola tudo que parecia inviolável à Revolução de 1848, torna alguns tolerantes em face da revolução, outros desejosos de revolução, e produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem, ao mesmo tempo que despoja de seu halo toda a máquina do Estado, profana-a e torna-a ao mesmo tempo desprezível e ridícula.” (MARX, 1997, p. 139)

O bonapartismo histórico marca uma dissociação mais ‘efetiva’ do político com relação ao econômico, na medida em que é nesse período que o Estado irá agir na sociedade (inflexão) delimitando e controlando as manifestações da mesma, criando, no interior do aparelho de Estado, uma casta “artificial” (burocracia), conformada com os interesses gerais da sociedade capitalista, impedindo que a luta social altere a configuração social sob a qual se erigiu o Estado, cujo papel das Forças Armadas é essencial.¹¹³ Nesse sentido, o Estado – produto da sociedade de classes, é, igualmente, seu reproduzidor. Nessa inflexão, ele reitera a contradição, por vezes, exacerbando-a: “Mas ao proteger seu poder material, gera novamente seu poder político. A causa deve, portanto, ser mantida viva; o efeito, porém, onde se manifestar, tem que ser liquidado.” (MARX, 1997, p. 136)

salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvaguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça.” (MARX, 1997, pp. 70-71)

¹¹³ “Mas a paródia do Império era necessária para libertar a massa da nação francesa do peso da tradição e para desenvolver em forma pura a oposição entre o poder do Estado e a sociedade” (MARX, 1997, pp. 134-135)

No entanto, na França de Luís Bonaparte, o Estado – mediante a burocracia, tomava para si a defesa dos interesses materiais da burguesia, que acabou não só por retomar, mas também acelerar o ritmo do crescimento econômico.¹¹⁴ Como é possível, então, no Brasil, a burocracia estatal tornar-se “um empecilho à retomada do desenvolvimento”, como observou Pedrosa? Tornou-se possível a partir da especificidade do nosso capitalismo frente ao cenário mundial, sendo o bonapartismo militarista o “agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil”, num momento de crescimento econômico pautado fortemente pelo imperialismo.¹¹⁵ O tratamento que Mário Pedrosa deu ao Estado no Brasil se complementou com as suas críticas sobre o capitalismo internacional e imperialista:

“Mário começa por um relato das relações políticas dos Estados Unidos com os países da América Latina (privilegiando o Brasil), indo em seguida às origens do imperialismo norte-americano (que substitui o inglês), passando pela Guerra Fria, em paralelo com uma análise da história política europeia e russa no século XX, tudo isso complementado por um estudo do que considera a instituição capitalista chave do mundo contemporâneo, a corporação (dominada por uma oligarquia fechada). Para isso, utiliza a literatura sociológica norte-americana (da ONU, por exemplo), e, é claro, a literatura de esquerda, Marx, Lênin, Trotski, Hilferding, Gorz, a revista *Socialisme ou Barbarie*, etc.” (LOUREIRO, 2001, p. 134)¹¹⁶

Para o autor de *A Opção Imperialista*¹¹⁷, “Já era tempo de ver

¹¹⁴ “Todo o moderno círculo financeiro. Todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate” (MARX, 1997, pp. 107-108); “A indústria e o comércio, e, portanto, os negócios da classe média, deverão prosperar em estilo de estufa sob o governo forte.” (MARX, 1997, p. 136)

¹¹⁵ “A ditadura militar brasileira veio repor o equilíbrio das forças sociais rompidas de modo perigoso, mas, sobretudo, recolocar os interesses imperialistas no cerne do esforço para vencer a crise de crescimento das forças produtivas pronunciada desde 1962.” (PEDROSA, 1966, p. 189)

¹¹⁶ Esta citação encontra-se no seguinte texto: MARQUES NETO, José Castilho (org). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

¹¹⁷ Sob a influência de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburg, Gorz e Hilferding, Pedrosa escreve “A Opção Imperialista”, a partir da análise das “transformações do capitalismo no século XX, sobretudo no pós-guerra, com o objetivo de refletir sobre a ‘estratégia da revolução socialista em nossa época’, para ele o “problema

que a opção Campos¹¹⁸, a opção das atas e conferências da OEA é, na realidade, a opção imperialista, e os nossos pobres povos periféricos não a podem aceitar.” (1966b, p. 10) A evolução do desenvolvimento econômico capitalista levou às guerras mundiais, que constituem a luta de concorrência das nações imperialistas, disputando a soberania mundial e a exploração das zonas ainda não-capitalistas.¹¹⁹

Desde os fins do século XIX, quando os Estados Unidos¹²⁰ entrou para essa concorrência internacional, ocorreram muitas transformações econômicas que deram origem ao imperialismo moderno. De acordo com Lênin em *O Imperialismo – fase superior do capitalismo* (escrito em 1917), o imperialismo moderno nasceu da união dos capitais industrial e bancário, originando o capital financeiro moderno, produto da alta concentração de produção e de capitais, a partir do qual a “economia norte-americana se transforma num poderoso consórcio industrial financeiro”. Nesse contexto¹²¹, o objetivo inicial dos Estados Unidos era dominar economicamente toda a América, utilizando-se das relações comerciais como meio de pressão¹²². Do ‘incidente’ com Cuba, passou pela Venezuela,

capital” do mundo contemporâneo.” (LOUREIRO, 2001, p. 133 – In *Mário Pedrosa e o Brasil*) É um crítico da tese do colapso do capitalismo, na qual a esquerda bolchevista encontrava-se mergulhada, é também um dos primeiros críticos do stalinismo no Brasil.

¹¹⁸ Acerca da crença dos ideólogos norte-americanos e brasileiros, como o Dr. Roberto Campos: “A propriedade privada e o mercado constituem a essência imutável da própria natureza humana ... ou pelo menos da natureza americana. Os outros povos precisam sem dúvida passar por mudanças internas, para as quais os americanos proporcionarão generosamente os meios e técnicas apropriadas. Com essas mudanças, poderão, até que enfim, gozar dos privilégios e da felicidade que usufruem os cidadãos americanos.” (PEDROSA, 1966b, pp. 299-300)

¹¹⁹ Conforme Rosa Luxemburg em *A Crise da Social-Democracia*. Lisboa: Ed. Presença, 1974, p. 164.

¹²⁰ “O *Washington Post*, às vésperas da guerra contra a Espanha, muito bem o exprimia, ao escrever: ... uma consciência nova nos invadiu – a consciência da força – e com ela um apetite novo ... o sabor do império na boca do povo... Isso significa uma política imperial” (Morrison).” (PEDROSA, 1966b, p. 14)

¹²¹ “Como se sabe, a era do imperialismo moderno nasceu precisamente no último quartel do século. Mas, enquanto as potências industriais européias eram velhas como nações capitalistas, envolvidas já em várias aventuras coloniais ainda de sabor mercantilista e só agora as revestiam das características imperialistas modernas, os Estados Unidos não esperam envelhecer, nem como nação nem como capitalistas, para saltar ao estágio imperialista de sua evolução e política. Mais vigorosos que os rivais mais velhos, contaram eles, ainda, com a vantagem do isolamento geográfico que fez, de todo o resto do hemisfério uma área reservada por Deus à expansão e exercício de seu poder e à satisfação de seu apetite. Por isso mesmo, Morrison diz: “os Estados Unidos encaravam os negócios deste hemisfério como um assunto particular, como sua província exclusiva.” (PEDROSA, 1966b, p. 16)

¹²² Como o fato de que “(...) 87% das exportações latino-americanas para os Estados Unidos entrarem livres de direitos.” (PEDROSA, 1966b, p. 16)

República Dominicana, Nicarágua, Honduras, Haiti¹²³, São Domingos, Guatemala, Panamá, Caraíbas e México¹²⁴: são os Estados Unidos, na defesa do hemisfério, exercendo “seu poder internacional de polícia”.¹²⁵ Mas o “destino manifesto” americano não se reduzia ao nosso continente, estavam predestinados a “converter” todo o globo.¹²⁶ Após a vitória na Primeira Guerra Mundial, ascendem ao posto de primeira potência. Diante das mudanças nas relações sociais decorrente do avanço técnico, as contradições do capitalismo são exacerbadas na fase monopolista¹²⁷, onde “a superestrutura extra-econômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste, reforçam a tendência para as conquistas coloniais.” (LÊNIN, 1979, pp. 638-639) Para Mário Pedrosa, esta tendência manifesta-se na política externa norte-americana,

“A obra de mundialização do imperialismo americano foi levada adiante pelo presidente Calvin Coolidge, ou a mediocridade provinciana coroada em mito, o mito áureo da prosperidade com “normalidade”. A máscara isolacionista também tinha serventia interna: era a ideologia que melhor podia tranquilizar os pequenos

¹²³ Num outro incidente, “os administradores americanos, em nome da democracia representativa, dissolveram a assembléia e, como o velho Cromwell dos ingleses, chamaram seus soldados para expulsar, um a um, os representantes recalcitrantes (uma forma mais bruta e rápida – menos polida ou brasileira – de cassar mandatos) e decretaram, num verdadeiro Ato Institucional, a nova Constituição com a boa cláusula democrática, que permitiu a estrangeiros possuírem terras no Haiti.” (PEDROSA, 1966b, p. 25)

¹²⁴ “Vejam: já naqueles anos (por volta de 1922) gente havia no Departamento de Estado que, para explicar a “insurgência” no México, via “bolcheviques” por trás de Obregon-Calles. Seja como for, o pretexto da ameaça comunista começava prometendo tornar-se manejabilíssima arma para encobrir, como um celofane defensivo, os secretos desígnios da política externa de Washington.” (PEDROSA, 1966b, p. 24)

¹²⁵ “Foi precisamente desse impasse que nasceu a engenhosa “emenda Platt” à nova Constituição soberana da recém-nascida república, emenda cujos “princípios” consistiam em “restrição nas relações de Cuba com governos estrangeiros, limitações na sua faculdade de contrair dívidas, concessões de estações de abastecimento para a marinha (Guantánamo) americana e proclamação do direito dos Estados Unidos de interferir nos negócios da ilha a fim de proteger a vida e a propriedade”. Fundado na cômoda emenda Platt, não demorou muito o primeiro Roosevelt, em mensagem presidencial ao Congresso, em 1903, em estender a jurisdição dela a todo o Continente.” (PEDROSA, 1966b, p. 19)

¹²⁶ “O plano de expansão marítima daquela época necessitava de vasta cobertura política também de âmbito mundial: para que a bandeira pudesse cobrir a mercadoria era preciso ter os mares livres aos navios mercantes. Daí surgiu a política de “porta aberta” cujo objetivo precípua era liquidar as últimas pretensões do poder marítimo britânico de exercer a sua velha missão de política dos mares e, a seguir, garantir ao mais jovem dos imperialismos uma fatia da China eternamente a partir e a repartir entre os poderes brancos do Ocidente.” (PEDROSA, 1966b, pp. 26-27)

¹²⁷ “É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.” (LÊNIN, 1979, p. 633)

burgueses essencialmente provincianos, as classes médias das localidades rurais, assegurar-lhes que o país, saído da guerra, não iria meter-se nunca mais nos complicados e infundáveis conflitos de interesses e intrigas do velho mundo. Mas, ao contrário – e para isso mesmo estava Coolidge na Casa Branca – iria a nação usufruir em paz e sossego das riquezas acumuladas que a guerra e a vitórias trouxeram.” (PEDROSA, 1966b, p. 28)

Na década de vinte houve a “primeira onda de inversões” de capitais norte-americanos no Brasil e na América Latina, com o objetivo de “arrancar à Inglaterra a hegemonia financeira e econômica que ali exercia”. Esses investimentos, porém, eram ainda de iniciativa privada, e apesar de ocorrerem sob vigência do imperialismo moderno, o vigoroso recém-formado imperialismo norte-americano ainda não sentira completamente os efeitos devastadores desse estágio de desenvolvimento, o que se dará no período posterior. A análise de Trotsky a respeito das transformações econômicas que permitiram a ascensão do fascismo na Europa, se presta ao contexto em que se opera as mudanças da política externa norte-americana, principalmente no que diz respeito à fase de *transição*, ou seja, da crise de regime de livre empresa (mercado):

“La agudeza de la crisis social surge del hecho de que con la concentración de los medios de producción, es decir, el monopolio de los trusts, la ley del valor, el mercado ya no es capaz de regular las relaciones económicas. La intervención estatal se convierte en una necesidad absoluta (...);

“Las fuerzas productivas se hallan en irreconciliable contradicción no sólo con la propiedad privada sino también con los límites estatales nacionales. El imperialismo es la expresión de esta contradicción. El capitalismo imperialista busca solucionar esta contradicción a través de la extensión de las fronteras, la conquista de nuevos territorios, etcétera. El estado totalitario, subordinando todos los aspectos de la vida económica, política y cultural al capital financiero, es el instrumento para crear un estado supranacionalista, un imperio imperialista, el dominio de los continentes, el dominio del mundo entero.” (TROTSKY, 1979, p. 549; 551-552)

Segundo Trotsky, o destino dos Estados Unidos fora diferente, no que diz respeito ao fascismo, graças a capacidade do seu capitalismo em por um freio no processo de radicalização das lutas de classes do movimento sindical, interrompido pela própria guerra e pela absorção de excedente de trabalhadores pela indústria bélica, em outros termos, graças à revolução tecnológica. Mas a realização do capital acumulado nos Estados Unidos exigia inversões num amplo espaço territorial. É nesse contexto que ocorre o “pacto fordista-keynesiano”, para superar a catástrofe econômica de 1929 e seus efeitos, que se estenderam até a Segunda Guerra Mundial. Assim, para compensar a incapacidade do setor privado de revigorar o sistema capitalista em crise, entra em cena o dirigismo estatal, dando início a uma política sistemática de inversões de capitais no exterior e conquista de novos mercados.

Nesse contexto de guerra interimperialista, os empréstimos e os financiamentos estatais foram o principal instrumento que os Estados Unidos encontraram para expulsar os alemães da América Latina. Foi assim que ocorreu o financiamento da construção de Volta Redonda¹²⁸ no Brasil, em 1940, visando o afastamento de Getúlio Vargas com a Alemanha, em plena vigência da Segunda Grande Guerra. Os homens do *big business* norte-americano protestaram “em face dessa maciça intervenção do Estado diretamente nos negócios”, que se colocavam como seus concorrentes diretos na apropriação da mais-valia. Nas palavras de um dos representantes do big business:

¹²⁸ “A cooperação entre Estados para a construção de uma usina de aço, até então dogmaticamente considerada como precípua iniciativa de capitais privados, abre um precedente perigoso para as futuras reivindicações latino-americanas. A brecha aberta no muro do capitalismo privado é inegável. Ela indica com clareza meridiana que só capitais públicos, iniciativas públicas, a que por vezes se associam capitais privados, podem romper o subdesenvolvimento e instalar a grande indústria pesada na América Latina.” (PEDROSA, 1966b, pp. 133-134)

“Para o desenvolvimento das novas fontes de suprimento em matérias-primas vitais para a guerra, de novo “vemos o Governo dos Estados Unidos substituindo quase que completamente o *empreendedor* privado capitalista. Mais de um ano antes de Pearl Harbor, o Governo americano organizou a Metals Reserve Company e a Rubber Development Corporation. Desde aquele tempo, foram organizadas a Defense Supplies Corporation, a Defense Plant Corporation e a United States Commercial Corporation. O total expendido na América Latina por todas essas subsidiárias da Reconstruction Finance Corporation (até novembro de 1943) ai bem acima de um bilhão de dólares.” (PEDROSA, 1966b, p. 49)

Em relação a esse ‘afastamento’ do capital privado dos grandes mercados, substituídos pelo governo desde a grande depressão, o representante do *big business* “indaga se se trata de uma ameaça de “liquidação” de toda a estrutura do imperialismo capitalista privado” (PEDROSA, 1966b, p. 49), mas a resposta é colocada, antes, como a “tendência ao aparecimento de um novo imperialismo dirigido pelo Estado, em coexistência com o velho imperialismo” (idem). Na realidade, trata-se da única estratégia possível (pelo menos ao capitalismo norte-americano) para reaquecer o comércio mundial, tendo chegado ao esgotamento já na década de vinte. Seguindo as pegadas de Trotsky¹²⁹, conclui Pedrosa (1966b, p. 52):

“Com efeito, de “arranjos e conspiração para enfrentar os concorrentes em posições iguais, vão, em vinte anos, chegar a uma situação em que têm de “doar” e de “ajudar” para que o jogo das trocas, das vendas e compras possa voltar a funcionar. Partindo do “comércio livre”, numa geração conseguiram secar aquele mercado, quando então se viram obrigados a realimentá-los a poder de donativos para que o seu próprio regime econômico não soçobrasse. Tal evolução mostra que a máquina magnífica de comerciar não pode funcionar indefinidamente lá fora com os seus métodos e processos ditos liberais, sem tornar sáfaras a produtividade e a rentabilidade estrangeiras, especialmente do mundo imenso dos subdesenvolvidos. A máquina global capitalista emperra e verifica-se

¹²⁹ “La vieja tradición conservadora del estado democrático, que fue tan poderosa incluso durante la era de la última guerra imperialista, existe en la actualidad sólo como una supervivencia extremadamente inestable.” (Trotsky, 1979, p. 553)

a necessidade de suspender seu funcionamento para reabrir a troca, a comunicação, a resposta por meios inteiramente inortodoxos, isto é, fazendo presentes – dar.”

Em plena era de colapso da democracia, a insígnia “desenvolvimento com democracia” tornou-se uma propaganda ideológica norte-americana, em resposta à ameaça do imperialismo totalitarista (nazista e stalinista). Mas estávamos de fato em plena crise do regime de livre empresa, e em face dessa crise, as grandes corporações deram um ultimato ao seu governo:

“a partir de 1940, tudo é condicionado a uma terrível guerra a conduzir. O Estado é arrastado ao exame direto dos negócios, a intervir nestes, tanto no próprio país como no estrangeiro, tornando-se ele mesmo protagonista de negócios e investimentos. É a fase de Franklin Delano Roosevelt. É por natureza ambivalente. O Estado negaceia entre a pressão interna dos grandes homens de negócios, dos trustes, das grandes corporações que dominam todos os ramos da produção e do comércio, desde minérios ao comércio exportador e a pressão externa das nações latino-americanas que, na conjuntura da guerra, sentem seu poder de barganha crescer, em virtude de suas possibilidades em vários dos materiais estratégicos indispensáveis à condução da guerra, por parte de Washington. Elas, por isso mesmo, esperam da Casa Branca não somente belas palavras, de que a Casa é fértil, ou uma proteção militar na eventualidade de uma arribada (...) mas cooperação mesmo no plano econômico, no plano do progresso social e nacional.” (PEDROSA, 1966b, p. 53)

Com o fim da guerra, finda-se também uma época favorável à América Latina, e todos os esforços do governo norte-americano foram concentrados na reconstrução da Europa (Plano Marshall), a fim de deter o avanço do comunismo nesse continente¹³⁰, para a salvaguarda dos interesses econômicos da nação americana. A análise das transformações econômicas permite ao autor recolocar o problema da luta de classes, num contexto onde as contradições são

¹³⁰ “A ameaça de uma avançada das tropas russas na Europa que o Plano Marshall visa a deter por meios indiretos, transforma-se já numa obsessão anticomunista”. (PEDROSA, 1966b, p. 54)

exacerbadas pela ação ofensiva da burguesia – por intermédio do Estado, pela manutenção do seu próprio regime. Depois da Europa ocidental reerguida, a luta anticomunista norte-americana, por trás de onde se esconde seus interesses econômicos, se dará na Ásia (Coréia), e “a América Latina ficou outra vez isolada”, até que Fidel Castro, em Cuba, levanta a bandeira revolucionária, obrigando os Estados Unidos a uma nova ofensiva nas Américas¹³¹, através da elaboração de planos de ‘desenvolvimento’ para a mesma.

Daí surgiu a “Aliança para o Progresso”, que o presidente Kennedy chamou de “revolução”, e que consistia, nos países latinos, “em desmontar o monopólio das riquezas de grupos privilegiados, instituindo *contra* eles certas reformas estruturais, afetando relações de propriedade; nos Estados Unidos, a revolução consistiria em engajar pesados créditos do Estado em empreendimentos demandando capitais de risco.” (PEDROSA, 1966b, p. 55). O debate capital privado versus estatal reencarnou, como em 1940, despertando a hostilidade por parte dos *big business*. Em plena crise dos anos sessenta, tendo como porta-voz do big business o Sr. Rockefeller, numa conferência realizada na Bahia em 1962, ele aponta três obstáculos ao sucesso da “Aliança”: primeiro, a deterioração dos termos de troca; a espetacular taxa de crescimento populacional, e, por último, o aspecto “político”, referindo-se ao “nacionalismo emocional” dos países latino-americanos¹³² que, curiosamente, manifestaram-se como uma reação antiimperialista (como se

¹³¹ “Desse pânico saíram o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, logo depois, já sob a direção meio rooseveltiana de John Kennedy, a Carta de Punta del Este, onde, pela primeira vez, o Governo americano reconhece a plena legitimidade, em tempo de paz, dos grandes empréstimos públicos, de Estado para Estado, visando expressamente ao desenvolvimento econômico estrutural nos nossos países latinos.” (PEDROSA, 1966b, p. 55)

¹³² “Uma das grandes questões conflitantes entre investidores estrangeiros e exportadores de capitais e os países importadores deles foi e tem sido sempre, com efeito, a da propriedade das riquezas do subsolo.” (PEDROSA, 1966b, p. 61)

dera no início do século conforme a análise de Hilferding¹³³), mas agora de maneira redefinida:

“Por aí se verifica que a “demagogia contra as empresas estrangeiras”, de que tanto se escandalizou o marechal Castelo, não foi do tempo de João Goulart, nem inventada pelo seu cunhado, o engenheiro Brizola, quando Governador do Estado do Rio Grande do Sul.”

“É uma questão mais profunda: preservação da autonomia da ação pública das autoridades nacionais. O Governo americano, apesar de por vezes encontrar-se em choque com os interesses dos homens de negócios (sobretudo na era rooseveltiana do New Deal e do War Deal) e pretender ao mesmo tempo apoiar até certo ponto movimentos de industrialização na América Latina – consequência da perda dos mercados europeus de importação como de exportação com a guerra e fundados ideologicamente no surto nacionalista que empolgava as suas classes médias e intelectuais – na realidade visava principalmente a fazer da economia latino-americana um apêndice, ou melhor, um complemento das forças econômicas norte-americanas mobilizadas para a guerra.” (PEDROSA, 1966b, pp. 62-63).

Mas a guerra havia passado, e com ela a economia em tempo de guerra¹³⁴, e o movimento de 1º de abril (que se diz revolucionário) é antinacionalista. As reformas a serem implementadas, ao invés de promover o desenvolvimento, como se pretendia, consistiram em “enterrar” o projeto nacional-desenvolvimentista; instalou-se um governo subserviente, colocando no seu cerne os interesses das grandes corporações financeiras norte-americanas.¹³⁵ Pedrosa salienta que, quando

¹³³ “Hilferding faz notar acertadamente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: “No que se refere aos países recentemente descobertos – diz –, o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode transformar-se facilmente em medidas perigosas contra o capital estrangeiro.” (HILFERDING apud LÊNIN, 1979, pp. 665-666)

¹³⁴ “A aproximação da guerra transformou o New Deal rooseveltiano, sobretudo de natureza social interna, em War Deal, ou novo trato do Estado americano com os capitais privados em favor da mobilização e da condução da guerra. Esse novo trato ia fazer soltar as rédeas, outra vez, às grandes corporações e grandes capitalistas no esforço por açambarcar os mercados latino-americanos e monopolizar as fontes de suas riquezas minerais. Mas desta vez sem recurso a capitais privados próprios, e sim do Estado. A isso chamou-se “defesa do hemisfério ocidental”. (PEDROSA, 1966b, p. 71)

¹³⁵ “Ao invés das reformas sociais e anticapitalistas que se esperavam, o *status quo*, a cruzada da chamada “livre empresa”, em nome do anticomunismo e de um neocapitalismo liberal. Se o imperialismo americano tomou parte, ajudou ou comandou a guerra civil de 1930, o seu partido deveria ter saído vitorioso então; na realidade,

o Sr. Rockefeller falou na Bahia em 1962, “ditava sua plataforma de governo” – era a grande ofensiva, no exterior, que a grande burguesia americana havia realizado em relação ao movimento trabalhista dentro dos Estados Unidos:

“Assim, o projeto de Aliança se transforma de uma ‘revolução’ nas estruturas econômicas da América Latina num instrumento de coação aos países que não se adaptem à vontade das grandes corporações e trustes americanos. A Aliança para o Progresso terá de ser uma operação financeira dirigida pela alta finança estadunidense, com alguma assistência do governo ou dos governos, para fins lucrativos.” (PEDROSA, 1966b, p. 66)

Pedrosa observa que, nessa ofensiva norte-americana, os esforços da “defesa do hemisfério” encobria “o fenômeno da fusão da indústria privada com agências governamentais” que, de transitório – desde a Primeira Guerra Mundial, passava a ser permanente:

“Foi pela guerra e com a guerra que, no interior de suas fronteiras, o Estado pôde intervir, forçar os investimentos lá mesmo onde só iam quando a rentabilidade era alta e assegurada, controlar mercados, estabilizar preços, abrir novas fronteiras à produção e recompor o poder público – nas democracias – com certa participação da classe trabalhadora, como contrapeso à excessiva predominância nele das oligarquias do dinheiro, dos trustes e monopólios. Formas mais ou menos democráticas, em maior ou menor grau, de capitalismo de Estado nos Estados Unidos e Grã-Bretanha e totalitárias na Alemanha, foram os modelos mais generalizados, embora, antes de qualquer projeção, resultantes empíricas da evolução de acontecimentos e situações. Foi a guerra ainda que permitiu, depois dela, na luta pelo pleno emprego, alcançar-se em suas diversas modalidades o chamado “neoliberalismo” na Europa (a Alemanha) ou “neocapitalismo” americano.” (PEDROSA, 1966b, pp. 95-96)

através de todas as tergiversações, recuos e avanços, governos autoritários ou democráticos que encheram essa etapa da história do Brasil, antes da guerra, durante e depois da guerra, com Vargas e sem Vargas, só recentemente, com o movimento triunfante em primeiro de abril de 1964 é que conseguiu aquele imperialismo instalar no Brasil um governo inteiramente a seu gosto, às suas ordens e à sua imagem e que faz depender, conscientemente, deliberadamente, a sua sorte e a sorte do país da boa vontade de Washington e dos olímpicos oligarcas das grandes corporações financeiras e não financeiras americanas.” (PEDROSA, 1966b, p. 63)

Estamos diante do fenômeno da “automação” econômica, onde a revitalização da economia capitalista no pós-guerra demonstrou que a intervenção estatal, durante muito tempo estigmatizada como “socialista”, mostrou-se um instrumento hábil de “controle da economia e da sociedade, servindo em fim de contas seus interesses” (Socialisme et Barbarie apud PEDROSA, 1966b, p. 96). Diante da crise econômica, e em face do “socialismo real” (Rússia), a classe dominante norte-americana teve de superar seus principais entraves ideológicos:

“Mais previdentes, mais precavidos e provavelmente mais temerosos que outros grupos sociais menos afetados por essas ameaças ou perspectivas de mudança, os capitalistas americanos, tão despreocupados antes, foram como que assaltados por violenta “consciência de classe”. Passaram então, com efeito, a agir, calada ou publicamente, como grupo; por vezes uma maçonaria – dir-se-ia seus membros ligados por uma jura secreta ou tácita, em uma visada comum para o futuro. Movia-os sem dúvida um egoísmo grupal, em face da ameaça que sentiam pairar sobre o seu regime social, esse mesmo regime que havia até então – é verdade – trazido o progresso, a riqueza e o poder aos Estados Unidos da América do Norte.” (PEDROSA, 1966b, p. 98)

A época da “democracia representativa” havia passado¹³⁶, agora, os homens de negócios eram chamados a uma espécie de “democracia direta”¹³⁷, à fazer parte da estrutura do aparelho estatal. Disputando o controle do aparelho de Estado com diversos grupos ou classes – trabalhadores organizados; a própria

¹³⁶ “Tratava-se, na verdade, com poucas exceções, de fazer com que os negócios não fossem perturbados, pois o mercado, regulado perfeitamente pelo padrão ouro, decidia de tudo”. (PEDROSA, 1966b, p. 111)

¹³⁷ “À medida, porém, que os monopólios se espalham nos principais ramos de produção; que, sob pressão da classe trabalhadora, o Estado intervém tentando arbitrar o mercado de trabalho; nessa medida a simples “representação” parlamentar, quer dizer, por terceiros ou pela via indireta, perde terreno. É importante, também, ter os homens necessários, não mais apenas no parlamento (ou no seu apêndice, o *lobby*) onde se tomam decisões políticas, se fazem leis e se votam favores e proteções, mas no próprio corpo da Administração: esta vai deixando de ser apenas o velho aparelho burocrático de estampilhar ou carimbar papéis, para compor-se também de estabelecimentos autônomos, empreendimentos industriais, sobretudo no domínio das infra-estruturas.” (PEDROSA, 1966b, p. 112)

burocracia estatal, etc, a era do *imperialismo renovado*¹³⁸ impôs ao *big business* o controle direto do Estado, a fim de salvaguardar seus interesses materiais:

“A oligarquia dos grandes homens de negócios passou a disputar o Estado a outros grupos, sobretudo os da alta burocracia. Eles insistem em dar aos negócios do Estado a tônica de seus negócios. O Estado é deles, lhes deve lealdade e não por meios indiretos, mas diretos, quase pessoais. Senão o Estado será uma abstração em face da realidade deles, concreta, dinâmica.” (PEDROSA, 1966b, pp. 112-113)

Assim, em face da concorrência acirrada dos seus rivais imperialistas, os americanos tiveram de passar por cima de seus princípios mais caros (liberalismo), a fim de salvar sua empresa privada. “Para tanto”, afirma Pedrosa (1966b, p. 114), tinham de ocupar os postos decisivos da vida política, econômica da nação”, “postos de governo, em grupo ou isoladamente, para que pudessem dobrar financeiramente a tempestade.”

Toda essa digressão que Pedrosa faz nas relações comerciais interamericanas se faz necessária para demonstrar a origem das transformações no curso dos acontecimentos e, portanto, da ideologia americana:

“A luta, não esqueçam, é no plano internacional, pois lá é que há Governos tão malignos que “gerem e controlam as economias de seus países”. Sem esse pano de fundo não se pode compreender o que foi e o que é a guerra fria. O sistema americano da empresa privada será a norma para o mundo. Terá que ser imposto. E logo aqui na nossa América sentimos os efeitos dessa nova linha.” (PEDROSA, 1966b, pp. 116-117)

Assim é que a idéia de um Plano Marshall para o Brasil se tornou uma frustração, pois ao governo norte-americano tínhamos de nos contentar com

¹³⁸ “quando o imperialismo surge, sob a hegemonia do capital financeiro, o mundo entra em guerra, em crise, em revolução, contra-revolução, revolução até a hora presente, no terceiro quartel do século.” (PEDROSA, 1966b, p.

aumento de crédito no banco Internacional, apesar de os governos latino-americanos expressarem sua preferência por créditos e financiamentos governamentais, a fim de sustentarem seus projetos desenvolvimentistas.

Quanto às expectativas e a hostilidade do *big business*, o sucesso do Plano Marshall demonstrou que “O Estado é o principal instrumento desse sistema, como consumidor e como investidor” (PEDROSA, 1966b, pp. 124-125).¹³⁹ Nesse processo de acirrada luta interimperialista, o Estado adquire importância capital, à medida que ele se torna o centro de planejamento econômico.¹⁴⁰ Para vencer a concorrência internacional, a grande corporação lança-se a uma corrida tecnológica, aprimorando as técnicas produtivas. No interior da grande corporação, a redução de custos e a elevação da produtividade são leis¹⁴¹, como contrapartida, a gerência reclama seus direitos, altos salários. Essa é a base da política interna da grande corporação: “a recaptura dos direitos da gerência é, sem dúvida, o objetivo generalizado da gerência. Essa política é a mesma em que a corporação exige soberania na política econômica em referência também ao Estado; é a última etapa da contra-ofensiva do capitalismo privado desde o término da guerra. Agora, quando

112)

¹³⁹ “O Estado consome, o Estado financia, financia e consome, cumprindo a sua parte no mecanismo capitalista, indefinidamente, permanentemente, como no *motu continuo*. Dos vinte bilhões de dólares gastos, anualmente, em investigações e pesquisas de desenvolvimento pelas empresas privadas, uma parte absoluta é proveniente de programas de financiamento do Estado. As empresas investigam, produzem, enriquecem continuamente porque o Estado fornece grande parte dos capitais e consome grande parte dos produtos. Essas empresas são privadas quanto às finalidades lucrativas. Diante delas, as empresas privadas européias são pequenas organizações capitalistas, como se ainda de uma época de capitalismo de produtor-capitalista, ou no máximo de monopólio privado. Elas não podem sequer pensar em competir com os grandes trustes para-estatais americanos.” (PEDROSA, 1966b, p. 125)

¹⁴⁰ “Hitler, com efeito, impôs ao governo de Washington, na corrida e na luta competitivas, a quebra de qualquer preconceito ortodoxo de economia privada a fim de que desse concretização política, militar e econômica à idéia de “defesa do hemisfério”. (PEDROSA, 1966b, p. 171). Sobre o papel do indivíduo na história ver Ernest Mandel. “O papel do indivíduo na História: o caso da II Guerra Mundial” In *Revista Ensaio*. São Paulo: Ed. ensaio, 1989, pp. 181-200.

¹⁴¹ “O ideal da racionalidade máxima é expulsar o homem do processo da produção. Por mais submisso à produção em série que seja o operário, disciplinado à linha móvel das montagens, ainda assim deixa sempre um ponto qualquer frouxo, indeciso, na sua ação ou no seu gesto, faltoso da necessária precisão, mais para frente ou mais para trás, mais para o alto ou mais para baixo, que foge pelas frestas da zona da racionalidade.” (PEDROSA, 1966b, p. 443)

a automação aparece e enfraquece a posição tradicional do trabalho, ele aproveita-se do alcance indubitável da automação para quebrar a resistência do trabalho e liquidar o contrato coletivo e a ação sindical” (PEDROSA, 1966b, p. 490). O impacto dessas transformações tecnológicas na classe trabalhadora é destrutivo, pois é dispensado do processo de produção um vasto número de trabalhadores, gerando o “desemprego estrutural”. Diante dele, a classe trabalhadora perde seu poder de barganha face ao capital, exercendo seu domínio completo. Acirra-se a concorrência individual no trabalho, insegurança, dificultando ainda mais a consciência de classe, portanto, afirma Pedrosa (1966b, p. 495):

“o capitalismo de monopólio, o capitalismo de monopólio de Estado, o neocapitalismo não trazem a libertação do homem, mas a sua escravização a uma ordem neutral, cientificamente organizada para servir a uma elite cada vez mais afastada do povo, tendendo a ser progressivamente cooptada pelo nascimento e pela tradição, no gozo exclusivo dos privilégios mais complexos, entre os quais não será o menor o devaneio ou a consciência do poder de destruir o mundo”.

Se a guerra impôs aos Estados Unidos a utilização plena de seus recursos econômicos “em benefício das operações belicosas”, estendendo suas bases militares por onde fora possível, as motivações seguem conforme a conjuntura: primeiro, o combate ao nazismo; depois, barrar o comunismo, até se chegar à guerra fria¹⁴², tudo se torna pretexto do *imperialismo renovado*¹⁴³. A crise

¹⁴² “No fundo, o que se chamou de “guerra fria”, lançada ao mesmo tempo que o Presidente Truman declarava que não poderia o sistema americano sobreviver se não passasse a vigorar no resto do mundo, foi a tentativa, como política sistemática dos Estados Unidos, de comunicar aos povos que seu objetivo nacional não poderia ser defendido e assegurado senão com a imposição ao planeta de seu sistema de livre empresa privada.” (PEDROSA, 1966b, p. 204)

¹⁴³ “Nos Estados Unidos, Roosevelt quebrou o padrão monetário do dólar, desligando-o do ouro, interveio nos bancos para controlá-los, lançou, segundo a receita keynesiana, vasto programa de obras públicas em pleno recesso, para absorver o desemprego em massa, enquanto na Alemanha de Hitler, sem um tostão em ouro nos cofres do tesouro Nacional, cria várias espécies de marcos, controla bancos, põe fábricas em funcionamento, mesmo sem levar em conta sua rentabilidade contábil e milhões de trabalhadores desempregados a abrir e pavimentar estradas para os futuros exércitos, contentando assim militares e oficiais ociosos e dando satisfação aos grandes magnatas do ferro e do aço, do carvão, da indústria química e da eletricidade que o financiaram e cuja febril atividade encheria o país de quartéis, depósitos, fábricas, minas, armamentos de toda sorte. A

econômica da década de sessenta impôs as novas relações¹⁴⁴ com a América Latina, de onde surgiu a “Aliança para o Progresso”, que consiste, fundamentalmente, em reformas institucionais¹⁴⁵ visando ao desenvolvimento econômico, plano aprovado na Conferência de Punta del Este em agosto de 1961:

“O governo do marechal Castelo, *mutatis mutandis*, seguiu praticamente “a inclinação usual do investidor privado” ... estrangeiro: custo de reprodução, como método de avaliação (apesar do *show* da arbitragem de conspícuos investidores estrangeiros não americanos), imediato pagamento em moeda conversível (até prêmio de multa pelo atraso no fechar o negócio). Com relação à sempre existente – em países de economia periférica e sob crônica inflação – “escassez financeira” deu-se um jeito: o governo protetor das companhias privadas em vias de expropriação empresta o dinheiro para a prodigalidade do país expropriador. E assim o Ministro Roberto Campos conduziu a expropriação das “concessionárias” pelo governo de 1º de abril exatamente como quando, na Bahia, descrevia tão bem “a inclinação usual do investidor privado” no arreglo da matéria. A “revolução de 1º de abril cumpria muito melhor os “compromissos” do governo para com os investidores estrangeiros e seu governo, do que os compromissos internos com o povo e o desenvolvimento nacional, legados abertos pelo Governo João Goulart.” (PEDROSA, 1966b, pp. 215-216)

A cooperação econômica e financeira dos Estados Unidos resultou no recuo do projeto nacional-desenvolvimentista, conforme já mencionado, tudo ocorreu conforme os interesses das grandes corporações norte-americanas e ao

Alemanha sai da depressão, apresenta-se forte, com aparência de próspera. Hitler fez reformas, Mussolini fez reformas, mas essas reformas tinham socialmente, culturalmente, politicamente caráter anti-histórico e obscurantista: eram o que me permiti, então, chamar de “reformas contra-revolucionárias”. (PEDROSA, 1966b, p. 272)

¹⁴⁴ “A era do perigoso entorpecimento foi rudemente quebrada por dois choques: o incidente Nixon em maio de 1958 e a Revolução Cubana de 1959.” (PEDROSA, 1966b, p. 188)

¹⁴⁵ “Os países latinos se comprometeram a empreender reformas de estrutura agrária, fiscal, habitacional, educacional, enquanto os Estados Unidos prometiam assistência financeira para o programa social, promessa, acentua Campos, implementada no começo da administração Kennedy por verbas dadas pelo congresso de quatrocentos milhões de dólares para projetos de desenvolvimento social e de trezentos e noventa e quatro milhões para o Interamerican Development Bank com administração multilateral.” (PEDROSA, 1966b, pp. 189-190)

capital estrangeiro¹⁴⁶, pois no contexto do *imperialismo renovado* não há mais espaço para o nacionalismo, mas sim ao neocapitalismo:

“A chave da situação é esta: no plano econômico, as leis do capitalismo privado, a livre concorrência, o comércio internacional livre, sem defesa nem partes isoladas ou protegidas e aqui e acolá, em alguma contingência, uma ajudazinha do Estado – e tudo se resolverá a contento. No plano político, a ação comum, a solidariedade “hemisférica”, as sanções para os desrespeitadores ... e tudo será perfeito, num mundo de ordem, de liberdade, de paz.” (PEDROSA, 1966b, pp. 263-264)

Mas, no quadro das relações da economia brasileira com o capitalismo internacional, surgia entraves à permanência do “neoliberalismo”, diante dos “blocos” regionais que estavam se formando (MCE e ALALC), por paradoxal que pareça, afirma Pedrosa.¹⁴⁷ Principalmente, por entendê-lo como uma política econômica que viesse romper com todas as fronteiras da atividade capitalista, produtiva, comercial e financeira.

¹⁴⁶ “É evidente a contradição de interesses indiretamente estampada nesses textos entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, na questão da reconversão da economia de guerra para a de paz. Para os últimos o que importa é a volta o mais rapidamente possível às condições mais propícias ao prosseguimento normal dos negócios privados de suas empresas. Para a América Latina. Porém, é não soltar as rédeas dos controles e acordos estabelecidos durante a guerra, onde residiam os meios de defesa ou de sobrevivência das próprias atividades produtivas, para não entregar suas economias, suas poupanças aos embates e à vontade do comércio internacional restaurado. Essa discrepância de objetivos verifica-se a cada passo, a cada resolução que se aprova. Assim, em relação a ponto tão delicado e decisivo para as economias primárias como o da decalagem de preços entre os seus produtos e os produtos das áreas industrializadas, o máximo que os latinos arrancaram foi que, como “orientação política geral”, se levasse em conta “a necessidade de compensar a disparidade acentuada que se observa freqüentemente entre os preços dos produtos primários e os preços dos manufaturados, estabelecendo-se o equilíbrio entre os dois.” (PEDROSA, 1966b, p. 257)

¹⁴⁷ De fato, o “neoliberalismo” chegaria ao Brasil mais tardiamente, o que, segundo alguns autores, implicaria em certas contradições do processo econômico/social brasileiro: “Esse paradoxo não foi atributo dos governos militares. Por meio de vários instrumentos liberalizantes (instruções 113 de 1957 e 204 de 1961 da SUMOC, da instrução 63 do BACEN, dos anexos de adendo à resolução 1.289 do CMN, entre outros) os sucessivos governos brasileiros sempre tentaram conciliar as suas políticas macroeconômicas periodicamente liberalizantes, no que se refere ao tratamento do câmbio e do capital estrangeiro, com o projeto “nacional-desenvolvimentista”. Foi preciso chegar a década de 90 para que as elites civis “progressistas” de São Paulo, em aliança com todos os grupos econômicos e civis das classes dominantes, alterasse a concepção desse equilíbrio instável entre gestão macroeconômica liberal e intervenção estatal setorial, optando definitivamente pela liberalização geral.” (MIRANDA; TAVARES, 1999, p. 338)

A automação econômica alcançou um nível de desenvolvimento que as fronteiras nacionais e mesmo regionais se tornam grilhões às forças produtivas:

“A revolução tecnológica aproxima no espaço e no tempo os povos mais afastados, suprime a geografia, substitui-se à natureza. Ela faz da geopolítica um conhecimento passivo e, por consequência, anacrônico. E cria a instabilidade fundamental dos sistemas sociais e econômicos fundados na tradição, nos fatores ditos eternos, isto é, a família, a propriedade privada, as relações de compra e venda e os pretensos automatismos de mercado.” (PEDROSA, 1966b, p. 265)

O neocapitalismo americano visa a restauração do capitalismo liberal, utilizando-se de um Estado aparentemente neutro (politicamente) para restaurar o automatismo do mercado na regulação da economia. Quer a restauração do Estado “gerente”, garantidor dos contratos na esfera privada, porém, por meios inortodoxos.¹⁴⁸ O capitalismo, no entanto, rendeu-se ao planejamento estatal, aos trustes dos alemães e soviéticos¹⁴⁹:

“No fundo, uma grande ‘revolução’ econômica se estava operando: a abolição do controle da moeda pelo mercado, com a introdução da ‘finança funcional’, isto é, a direção das inversões e as regulamentação da taxa de juros de depósitos bancários. O desaparecimento do mecanismo automático do padrão ouro levou ao isolamento das economias nacionais e à intervenção crescente do Estado para substituir o automatismo daquele fator regulador. Os grandes problemas da organização industrial se vão, assim, tornando independentes de considerações de ordem puramente financeira. Este fato colocou em ordem do dia o problema do socialismo, isto é, uma economia organizada para servir o homem, independentemente de considerações não somente financeiras como de fronteiras. Ou isto, ou uma economia limitada ao Estado

¹⁴⁸ Na mesma lógica do raciocínio do governo militar, por eles apoiado: intervir hoje para desintervir amanhã.

¹⁴⁹ “A União Soviética fazia então uma política de feroz realismo nacional russo nos países ocupados (amigos e inimigos) e no jogo com as outras grandes potências de um oportunismo realmente digno delas. Os socialistas (ou comunistas) restantes pelo mundo, quando lúcidos, eram impotentes; quando carregando ainda poderosas massas trabalhadoras atrás deles, não tinham independência em face de seus respectivos governos nacionais e ainda mais rotineiros e sem princípios, no seu oportunismo visceral, que os stalinistas. Daí resultou a impotência teórica generalizada no mundo imenso do socialismo numa prática, consequentemente, inconsciente, contraditória, do mais baixo empirismo.” (PEDROSA, 1966b, p. 282)

nacional, fundida com o Estado e hostil à colaboração internacional, comunicando-se com o mundo exterior como se comunicam por cima dos muros de uma fortaleza sitiados e sitiantes.” (PEDROSA, 1966b, p. 276)

Sob a racionalização do trabalho efetivada pela “revolução tecnológica”, opera-se a metamorfose das categorias sociais – operariado, tornando-os simples ‘indivíduos’, átomos isolados, pressuposto do ideal de democracia.¹⁵⁰ É nesse sentido que o sistema de livre empresa privada é tido como sinônimo de democracia, contraposto ao comunismo. São essas transformações na estrutura econômico-social a base do Welfare-State, onde a consciência social arrefeceu.¹⁵¹ E as reformas contra-revolucionárias, no período posterior, são, por sua vez, a base da crise do Estado de Bem-Estar Social, pronunciada na década de sessenta, em razão da exaustão de um padrão de acumulação.

Utilizando-se das análises de André Gorz (*Stratégie Ouvrière et Neo-capitalisme*, Editions du Seuil, 1964) a respeito da estratégia revolucionária no ‘alto capitalismo’, segundo as quais as transformações econômicas que ocorreram alteraram a forma de resistência ao capitalismo, Pedrosa debruça-se sobre o problema que afeta essas distinções entre os países industrializados e os subdesenvolvidos, como o Brasil:

“O problema da revolução nos países subdesenvolvidos é diferente, sem dúvida, do da revolução nos países de alta industrialização. Diferença maior, quanto à forma, está em que a velha alternativa

¹⁵⁰ Conforme Marx; Engels (1999, p. 13), “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade.”

¹⁵¹ “Em face da análise precedente, quanto maior peso social tiver a classe operária industrial menos caótico e violento será o processo revolucionário que a mover. Em contrapartida, quanto mais subdesenvolvido um país, mais plebeu, mais popular, mais violento seria seu processo revolucionário. Uma ideologia tipicamente burguesa capitalista costuma impingir ao povo o mito de que a luta de classes desapareceu das sociedades de alto capitalismo. Mas é puro engodo. O que esmaeceu foi a consciência social, por assim dizer histórica da classe trabalhadora como portadora de uma civilização nova, graças às conquistas salariais e assistenciais que andou arrancando através mais de um século de lutas porfiadas, tenazes, violentas muitas vezes.” (PEDROSA, 1966b, p. 305)

entre a luta pelas reformas e a insurreição armada deixou praticamente de existir, principalmente nos velhos países altamente industrializados do Ocidente. Quanto á força motriz dos movimentos, contrariamente ao que se pensa, continua, nos países de alto desenvolvimento, a poder ser representada pela classe trabalhadora redefinida.” (PEDROSA, 1966b, p. 316)

Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a estratégia opera-se no sentido oposto às reformas contra-revolucionárias propostas pela “Aliança para o Progresso” (na qual os militares insistem em dar continuidade, diz Pedrosa, mesmo sem os investimentos assumidos pelos Estados Unidos); exige-se uma economia de plano.¹⁵²

Para isso, a participação da maioria da população e do crescimento do setor público para reorganizar a economia nacional são essenciais.¹⁵³ É nesse sentido que o governo instaurado a 1º de abril é um agente imperialista, e os dois primeiros anos do seu governo é uma clara tentativa de impor ao país as reformas neoliberais¹⁵⁴:

“Nos países subdesenvolvidos as reformas dadas à americana e à Marechal Castelo, do alto de suas munificências e generosidade, são emendas ao regime e tendem em sua maioria a agravar as desigualdades e diferenciações sociais e de grupos produtivos,

¹⁵² Trotsky, em *La Revolución Permanente* (1976, pp. 243-244), afirma que em todos os países capitalistas, apesar das peculiaridades (nível do desenvolvimento econômico, estruturas sociais, tradições, etc) domina a burguesia, ou mais especificamente, o capital financeiro; sendo as diferenças existentes entre países avançados e atrasados, no que diz respeito as particularidades do processo histórico, são diferenças de forma e método da dominação capitalista, assim também, as formas e métodos de revolução socialista poderão assumir formas diferentes em cada país, respeitando essas mesmas particularidades. Pedrosa assume essa postura de Trotsky, e a partir da análise econômico brasileira, expõe essa estratégia revolucionária.

¹⁵³ “O que desde já podemos afirmar é que o Brasil está nas melhores condições econômicas e sociais para a grande experiência. A experiência aliás desses dois anos de governo é nesse sentido decisiva. Ela tornou axiomático para o Brasil que sem planejamento econômico global periódico, não se poderá arrancar o país da estagnação e da desagregação social. A experiência de outros países na mesma faixa de níveis de desenvolvimento já mostrou, por seu lado, haver um tipo “ótimo” de desenvolvimento específico para nós outros não desenvolvidos. (...) O nosso paradigma deve ser a Rússia dos primeiros planos quinquenais, embora muito mais modernizados. (...) O regime capitalista é o regime específico dos desvios do bom aproveitamento de recursos.” (PEDROSA, 1966, pp. 40-41; 44)

¹⁵⁴ Esclarecemos que a análise de Pedrosa compreende apenas os dois primeiros anos da ditadura militar sendo, portanto, uma clara tentativa de impor, ao governo brasileiro, medidas liberalizantes.

quando não se transformam em novos privilégios e novos empreendimentos burocráticos sem o necessário dinamismo social, o que acontece numa vasta proporção. Acabam servindo aos poderes do dia, aos interesses capitalistas estrangeiros, ao jogo imperialista e à condução de toda a nação à mediocridade de um “neo” capitalismo em que a parte do “neo” é sobretudo assinalada em assegurar uma clientela vasta de militares, burocratas e fornecedores da máquina estatal, preparada, azeitada para conduzir a nação pelos varais do bom comportamento democrático traçados por Washington e garantir a ordem capitalista muito mais americana e internacional que nacional.” (PEDROSA, 1966b, p. 325)

Atrás da defesa da livre empresa privada e da democracia é que o *imperialismo* norte-americano se esconde, em sua lua contra o comunismo.¹⁵⁵ Como as fronteiras nacionais e mesmo “hemisféricas” se tornaram pequenas demais: “o econômico vai perdendo sua limitação específica, suas exigências intrinsecamente delimitativas, contratuais, seu isolamento anticontextual para enquadrar-se num condicionamento mais vasto, menos formalizado, mais dinâmico, quer dizer, mais político, mais socialmente internacional, multinacional, mundial” (PEDROSA, 1966b, p. 310).¹⁵⁶ Sendo o Estado o elemento central no *imperialismo renovado*, a oligarquia do *big business* norte-americano “invadiu” a burocracia do Estado, imprimindo-lhe o seu caráter.

É, portanto, a partir desse quadro específico desse *imperialismo renovado*, que põe de maneira mais acirrada o processo das lutas de classe (em razão da exacerbação das contradições postas em relevo pela ingerência do Estado

¹⁵⁵ A finalidade é escamotear as lutas de classe: “Em lugar da luta de classes, perigosa e fora de controle dos possuidores, é posta a ação geral de toda a nação para um único objetivo: a grandeza nacional” (HILFERDING). “Hilferding revelava aí a ideologia emergente que ia ter seu mais completo desabrochar na Alemanha nacional-socialista.” (PEDROSA, 1966b, p. 312)

¹⁵⁶ “Teríamos de preocupar-nos com o desenvolvimento internacional, como elemento básico de nossa política externa, mesmo que inexistisse a campanha soviético-comunista, para substituir pelo seu o nosso sistema de vida, em virtude da massa cada vez maior de provas de que a economia americana depende de fontes de suprimentos e escoadouros comerciais externos. A ameaça, todavia, é inegável, havendo crescente evidência de que seu maior esforço visa ao estabelecimento do controle sobre as áreas subdesenvolvidas que, até agora, têm-se revelado muito mais vulneráveis do que os que gozam de progresso industrial relativamente alto.” (STALEY apud PEDROSA, 1966b, p. 313)

na economia¹⁵⁷), que Mário Pedrosa vem demonstrar como a luta de classes foi determinante para a constituição, no Brasil, de um “Estado bonapartista”, como aquele visualizado por Marx no século XIX, porém, com algumas diferenças, a saber – o peso do militarismo.¹⁵⁸

A deflagração da crise econômica no início da década de sessenta, provocada principalmente pelo agravamento da situação inflacionária após o surto desenvolvimentista de J.K. na década de 50 (cujos efeitos se fizeram sentir somente mais tarde), e a exaustão do padrão de acumulação através do modelo de substituição de importações, quebrou com a aparente integração das classes sociais brasileiras, base do Estado populista. Tratava-se de mais uma das crises cíclicas do sistema capitalista, e o capitalismo ‘nacional’, na medida em que se alimenta do sistema internacional através do sistema de substituição de importações¹⁵⁹, sofre as consequências da mesma de maneira potencializada¹⁶⁰ – diante da crise, “a polarização social começa a desenhar-se com nitidez” (PEDROSA, 1966, p. 64)¹⁶¹. “O fantasma da revolução brasileira” ameaça destruir a paz e a ordem burguesas¹⁶².

¹⁵⁷ “As companhias por ações, prossegue Marx, põem a nu o antagonismo, o tornam visível: se os meios de sociais de produção são propriedade privada, a conversão à nova forma de ações ainda permanece nos limites do capitalismo. Assim, em lugar de superar o antagonismo entre o caráter social da riqueza e seu caráter privado, aquelas companhias desenvolvem o antagonismo até uma nova forma.” (PEDROSA, 1966b, p. 399)

¹⁵⁸ Rosa Luxemburg, em *A Crise da Social-Democracia* (1974), já havia ressaltado a tendência à militarização, no imperialismo: “o capitalismo é incompatível com o particularismo dos pequenos Estados” (p. 139-140). “Assim”, ressalta, “cada vez mais, o caráter da guerra para cada país particular é determinado pelo quadro histórico do imperialismo atual e este quadro faz com que nos nossos dias, as guerras de defesa nacional não sejam absolutamente possíveis.” (p. 146)

¹⁵⁹ O desenvolvimento econômico na periferia se faz principalmente às custas de tecnologia importada, o que permite-se queimar certas etapas do processo.

¹⁶⁰ Na fase monopolista do capitalismo, a economia dos países dependentes tendem a deprimir-se mais acentuadamente em relação às economias centrais, conforme LÊNIN (1979).

¹⁶¹ Em outro texto, Mário Pedrosa conclui da seguinte forma: “À medida que se desenvolveram o capitalismo e a dominação burguesa esses traços híbridos (refere-se à origem rural da burguesia brasileira e ‘seu’ Estado) se acentuaram com o tempo e a crise de estado de 64 é o resultado. Tornaram-se então patentes as contradições sociais que o abalaram, e arrastaram a burguesia nacional a entregar-se às finanças internacionais e aos capitais multinacionais, tendendo a impor uma clara hegemonia, digamos da burguesia internacional, sobre todos os outros grupos. Diante desse neocolonialismo cria-se um impasse político geral e o proletariado, que mal ou bem se vinha formando, vê-se garrotado nos seus direitos.” Mário Pedrosa (1980) In *Mário Pedrosa e o Brasil*, 2001, p. 184.

¹⁶² “George Meany, expôs com precisão os horizontes ideológicos do AIFLD em sua palestra de 1965 ao Council of America que sucedeu o Business Group for Latin America. Meany disse: “Nós cremos no sistema capitalista e

Em face do acirramento das lutas de classe e da conseqüente atmosfera conspiratória – devido a “contendas parlamentares entre o Poder Legislativo e o Executivo”¹⁶³, Pedrosa demonstra que desde o primeiro momento, os banqueiros¹⁶⁴, os grandes fazendeiros¹⁶⁵ e os industriais de bens de consumo¹⁶⁶, aderiram ao movimento golpista¹⁶⁷. Num segundo momento, quando os efeitos devastadores da inflação se fizeram sentir, as classes média e a pequena-burguesia aderiram ao golpe, apoiando a participando da “marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹⁶⁸. A classe média, que fora favorecida pelo desenvolvimentismo da era J.K., na crise, “rompe” com o proletariado industrial, procurando assim não perder

somos membros da sociedade capitalista. Somos dedicados à preservação deste sistema, que traz recompensas aos trabalhadores ... Não estamos dispostos a permutar o nosso sistema por nenhum outro”. (DREIFUSS, 1987, p. 317)

¹⁶³ “Se a Constituinte, ante o presidente e os ministros, era obrigada à insurreição, o presidente e o ministério, ante a Constituinte, eram obrigados ao golpe de Estado, pois eles não dispunham de qualquer meio legal para dissolvê-la” (MARX, 1986, pp. 64-65). Diante dessa situação, os “respeitáveis republicanos” “produziram um invento que percorreu todo o Continente mas que retornava à França com amor sempre renovado, até que agora adquirira carta de cidadania na metade de seus departamentos – o *estado de sítio*. Um invento esplêndido, empregado periodicamente em todas as crises ocorridas durante a Revolução Francesa.” (MARX, 1997, pp. 39-40)

¹⁶⁴ “A conspiração da alta burguesia paulista é o *pendant* da conspiração dos altos vértices oficiais e militares de Minas Gerais. Ambas sobrestimavam a força do adversário. Acreditavam numa vitória mais demorada e, nessas condições, na necessidade de um apoio internacional. Uma reportagem sobre a conspiração paulista, superficial mas com algumas informações curiosas, publicada em *Fortune* (setembro de 1964), relata o esforço de um grupo de industriais e banqueiros paulistas e estrangeiros (americanos) para reunir recursos financeiros, armas e gente contra a política de Goulart. Desse esforço nasceu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), destinado à campanha ideológica” (PEDROSA, 1966, p. 65). Essa passagem está inteiramente de acordo com os dados empíricos contidos na tese de DREIFUSS, op. cit.

¹⁶⁵ “(...) com a aprovação do estatuto do Trabalhador Rural, lei de 2 de março de 1963 (a sindicalização rural); da lei do salário mínimo no campo e, por fim, do famoso decreto da SUPRA, mandando desapropriar terras marginais às estradas, ferrovias e açudes. A assinatura desse decreto provocou a mobilização geral de toda a velha classe fundiária brasileira, colocando-a em pé de guerra, armada e em estado insurrecional, e à sua explosão dois dias depois somar-se a reação maciça de toda a oficialidade das Forças Armadas e do Exército em particular (...)”. (PEDROSA, 1966, p. 62)

¹⁶⁶ “Na capital de São Paulo, a capital nacional das indústrias, no entanto, a alta burguesia é que organiza não a luta, mas a conspiração. Sente-se também apavorada, mas prefere reagir por assim dizer institucionalmente, pelos seus vértices representativos, como classe. Tomam providências, mobilizam gente, contratam serviços, publicam instruções e manifestos, coletam recursos, instalam fábricas de granadas; reúnem-se em confabulações secretas com oficiais de todas as armas e das diversas guarnições de postos, independentemente dos comandos superiores; e aí discutem também política, programas de governo, medidas de repressão, formas de regime, táticas de massa.” (PEDROSA, 1966, pp. 64-65)

¹⁶⁷ “De Minas a Goiás, do estado do Rio ao Paraná, Bahia Nordeste, São Paulo mesmo, as velhas classes dominantes estavam realmente diante de um movimento novo, embora ainda muito elementar, socialmente bem mais profundo, de “camponeses”, isto é, de moradores e lavradores pobres, meeiros, trabalhadores de engenhos e usinas, colonos de grandes fazendas, peões lá com algo de uma “consciência social.” (PEDROSA, 1966, p. 59)

¹⁶⁸ “É preciso, porém, trazer à rua as inquietações sociais e políticas reinantes nos círculos burgueses da Capital paulista” (PEDROSA, 1966, p. 133)

sua condição mais ou menos privilegiada dentro do mercado de consumo de bens duráveis.¹⁶⁹ A pequena-burguesia, enfeitada pelo “talismã da propriedade”, alia-se às classes possuidoras pensando assim poder salvar sua própria pele. Enfim, diante dessa frente única conservadora, havia uma esquerda heterogênea, formada pelos proletários e os sindicatos, a UNE, e o apoio de um pequeno grupo de intelectuais.¹⁷⁰

“Apesar de sua rica ação política nos vários setores de opinião pública e de suas tentativas de reunir as classes dominantes sob seu comando, o complexo IPES/IBAD mostrou-se incapaz de, por consenso, impor-se na sociedade brasileira.” (DREIFUSS, 1987, p. 337). Com o “fracasso” da estratégia política¹⁷¹ da alta burguesia brasileira, associada à internacional, e diante de uma extrema radicalização política, o Departamento de Estado dos Estados Unidos teve uma participação fundamental na deflagração do golpe, por agir no interior da ESG, utilizando, como estopim para o golpe, a denúncia de guerra revolucionária, clamando às Forças Armadas que salvassem a nação dessa ideologia alienígena que era o comunismo. Diante do legalismo¹⁷² do Exército brasileiro, os

¹⁶⁹ “A classe média brasileira foi submetida a um processo de hipnose que a arrastava a um anticomunismo irracional e fanatizado. Era a chamada guerra psicossocial desencadeada aqui por setores estratégico das Forças Armadas e, certamente, por instrutores do Pentágono para cá mandados” (PEDROSA, 1966, p. 120)

¹⁷⁰ Apesar do prestígio que as esquerdas obtiveram no período, principalmente ao PCB, não se deixa de atribuir ao seu caráter infrutífero perante as massas. Isso deve-se ao esquema tático da revolução em etapas, segundo a qual “os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessava o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional (sic) e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora. Esse raciocínio está desenvolvido, por exemplo, na Resolução Política do V Congresso do PCB, de 1960 (p. 9-42).” (RIDENTI, 1993, p. 25). Mário Pedrosa (e o grupo de oposição de esquerda), sempre se destacaram por uma “análise muito mais rigorosa e precisa em termos marxistas, do que a do PCB, e da própria IC, que insistia na “questão fundamental do antagonismo anglo-americano” na disputa pelo poder no Brasil.” (MARQUES NETO, 1992, pp. 254-255). Já no episódio de 1930, afirmavam que houvera um movimento interno à burguesia nacional, e que quando se tratasse de defender os interesses de classe, não havia divergências entre os setores burgueses, como 1964 demonstrou.

¹⁷¹ “(...) mostrou-se incapaz de deter as tendências esquerdistas na UNE”; “foi incapaz de bloquear a constituição de organizações de porte nacional, de orientação esquerdista entre os camponeses e as classes trabalhadoras industriais e a consolidação de uma liderança nacional da esquerda trabalhista”. (DREIFUSS, 1987, p. 337)

¹⁷² Na França, no período 1848-1851, a legalidade colocava a burguesia francesa sob a lâmina da guilhotina: “A legalidade nos mata”, bradava Odilon Barrot. Uma rebelião teria permitido, sob pretexto de segurança pública,

acontecimentos interpretados como a quebra do princípio da hierarquia militar¹⁷³, com a aquiescência do presidente da República foram decisivos.¹⁷⁴ A burguesia brasileira demonstrou – apelando às armas, que não tem compromisso com o regime político,

“(...) pensai em tudo isso e compreendereis a razão pela qual em meio a essa incrível e estrepitosa confusão de revisão, fusão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, usurpação e revolução, o burguês berra furiosamente para a sua república parlamentar: “Antes um fim com terror, do que um terror sem fim.” (MARX, 1997, p. 114)

Todo esse desenvolvimento da luta de classes no Brasil desaguou no “Estado bonapartista militarizado” e, se anteriormente, a burguesia brasileira assumiu o papel de protagonista da ação, com o apoio da burguesia internacional, sob o bonapartismo militarizado demonstra sua incapacidade em assumir seu compromisso de classe dirigente. Ela se mostra incapaz de levar adiante o jogo do processo político com as outras classes, disputando a posse do aparelho de Estado com estas. Como a burguesia francesa em 1848, ela se mostrou incapaz de enfrentar a crise no quadro das instituições burguesas, sendo necessário lançar mão do poder das armas, aumentar a repressão política das forças sociais organizadas¹⁷⁵, porém, com um agravante, em razão do quadro histórico do

dissolver a Constituinte, violar a Constituição no interesse da própria Constituição. (...) Mas a rebelião continuava surda. Ela esperava o sinal da Constituinte, não do ministério.” (MARX, 1986, p. 65)

¹⁷³ “a intentona dos sargentos, em setembro de 63; o episódio do sítio, em princípios de outubro; e a rebelião dos marinheiros, já em, março de 64.” (PEDROSA, 1966, p. 139)

¹⁷⁴ Conforme a análise de René Armand Dreifuss (1987, p. 397), “A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma situação em que uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas poderia ser encarada por um grande número de militares como uma solução adequada para as contradições da sociedade e do governo brasileiros. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho de Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder”. A ação do Departamento de Estado era de coordenar as atividades do grupo, conspirando contra o governo e proporcionando o raciocínio estratégico para o golpe.

¹⁷⁵ Diante do fechamento das organizações políticas, e todas as medidas de repressão instaurados pela ditadura militar, com todos os seus ‘Atos Institucionais’, fica claro que “o que a Constituinte devia constituir, antes de tudo, era a dominação da burguesia. A Constituição não podia, manifestamente, entender por direito de

imperialismo renovado, onde a burguesia brasileira é dependente econômica e politicamente da burguesia internacional. Nesse sentido, a militarização é potencializada, assumindo formas mais acabadas.¹⁷⁶

A história já havia provado que, sob o modelo de desenvolvimento adotado pela burguesia brasileira, que se alimentava das suas relações com o capitalismo internacional, uma restrição ao crédito era um golpe fatal. Em plena crise econômica, tornava-se imperativo contrair novos empréstimos no exterior, não só para fomentar a acumulação de capital, mas, sobretudo, naquele momento em que o déficit público crescia por conta das despesas com a crise instalada, despesas com repressão, tendo o quadro agravado pela diminuição das receitas do Estado, em razão da queda da produção, do consumo e da capacidade para importar. Nessa conjuntura, nada resta à burguesia brasileira a não ser submeter-se aos ditames dos

associação outra coisa que não as associações em acordo com a dominação da burguesia, ou seja, com ordem burguesa. Se, por conveniência teórica, ela se exprimia de maneira geral, o Governo não estava lá, assim como a Assembléia nacional, para interpretá-la e aplicá-las nos casos particulares?” (MARX, 1986, p. 67)

¹⁷⁶ Conforme já exposto no capítulo II, no Brasil, as Forças Armadas estiveram sempre “bem presente”, encarnando o papel de representação do interesse geral da nação. Segundo Boris Fausto (1975, p. 113), na Revolução de 30, “as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade”. Para esse autor, (p. 111), o Estado Novo representou a perda do poder político da burguesia brasileira, como um marco no início do processo de burocratização do Estado: “Tendo em vista as características da burguesia nacional dos países dependentes, foi necessário que o núcleo dominante do ponto de vista econômico – onde a burguesia industrial fez grandes progressos, a partir dos anos trinta – perdesse o comando do Estado, para que este se abrisse aos grupos técnicos da nossa classe média, à influência dos setores militares, que deram forma a algumas medidas conducentes ao desenvolvimento autônomo (PETROBRÁS, ELETROBRÁS), sob a pressão dos movimentos populares”. Para Sonia Draibe (1985, p. 53), todo esse processo demonstra que, nos países de capitalismo tardio, há uma dependência estrutural das “burguesias nacionais” em relação ao Estado. Somando-se a esta reflexão, citamos AURELIANO (1999, p. 98), quando de sua análise sobre a acumulação de capital no período 1933-1955: “(...) é justamente a contradição entre a tendência à acumulação sem limites, própria ao capital em geral, e a estreiteza das bases técnico-econômicas, em que esbarra a todo momento, que imprime o movimento da economia brasileira entre 1933 e 1955”. Os opositores de esquerda (Pedrosa e seu grupo), diziam, a respeito da “revolução de 30”, no *Boletim da Oposição*, “Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes Estados se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretende livrar a ‘pátria brasileira’ do desmembramento, eis a ‘missão histórica’ dos ‘generais da revolução’, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia.” In MARQUES NETO, 1992, pp. 257-258.

organismos financeiros internacionais, colocando-se sob seu jugo¹⁷⁷. Não tardou à burguesia industrial protestar diante das medidas asfixiantes da ditadura militar.¹⁷⁸

O conceito de Pedrosa, embora mantendo-se dentro da tradição marxista, traz uma nova contribuição: a necessidade do bonapartismo militarizado no contexto do *imperialismo renovado*.¹⁷⁹ Isso se dá em razão do acirramento das contradições do sistema capitalista em sua fase monopolista, que, conforme Lênin observara já no início do século passado, a dominação do capital financeiro não *atenua* as desigualdades e as contradições da economia mundial, ao contrário, as *acentua* (LÊNIN, 1979). Atualmente, seus efeitos são potencializados pela revolução tecnológica, onde as Forças Armadas constituem o último esteio de sustentação do capitalismo, sob a hegemonia das grandes corporações norte-americanas.¹⁸⁰

¹⁷⁷ A esse respeito, “No entanto, o déficit público aumentava ainda mais com as despesas ocasionadas pela insurreição de junho e porque as receitas do Estado baixavam constantemente com a interrupção da produção, a redução do consumo e as restrições à importação. Cavaignac e a Assembléia nacional não podiam recorrer a outro meio que não fosse um novo empréstimo que os colocava mais ainda sob o jugo da aristocracia financeira.” (MARX, 1986, p. 47)

¹⁷⁸ Ressalta Pedrosa (1966, p. 17), que “é a primeira vez, na história econômica e política do Brasil, que as classes ditas produtoras, por todos os seus órgãos, fazem reclamações dessa natureza ao Governo do país.”

¹⁷⁹ Em grande medida, a trajetória política de Pedrosa, seu contato com a teoria de Rosa Luxemburg, dentre outros, forneceram elementos para uma análise crítica da estratégia política levada a efeito na revolução russa e principalmente sobre o papel do Estado na revolução. Além da já relatada precisão nas análises sobre o golpe de 1930, diante da intensificação da concepção de revolução putschista na atmosfera insurrecional de 1935, os opositoristas divergiam radicalmente da orientação do PCB e da I.C.: “Não obstante, a Internacional Comunista havia deixado uma brecha no tratamento desse problema e desde 1928, considerava a possibilidade de iniciar-se a revolução social a partir de um golpe militar no Estado capitalista” (FERREIRA, 1999, p. 166). A posição de Mário Pedrosa e seu grupo remontam à crítica ao partido-vanguarda e à crítica ao oportunismo realizadas por Rosa Luxemburg (como sendo as duas faces da mesma moeda) que via na revolução alemã de 1918 “um caráter puramente político”, e ressaltava: “Certamente, por falta de reflexão, tinha-se uma outra idéia da marcha das coisas. Pensava-se que bastava derrubar o antigo governo e substituí-lo por um governo socialista; publicar-se-iam então decretos para instaurar o socialismo. Mais uma vez isso não passava de ilusão.” (...) “O socialismo deve ser feito pelas massas, pelo proletário. É onde estão presos aos grilhões do capitalismo que os grilhões devem ser rompidos”. E completa com uma crítica à social-democracia alemã: “A burguesia pode permitir-se mistificações no plano político, onde uma mascarada ainda é possível, onde pessoas como Ebert e Scheidemann podem ainda apresentar-se sob uma etiqueta socialista, mas não onde aparece o lucro.” (LUXEMBURG, 1991, pp. 29-30). Estas passagens encontram-se na seguinte obra: LOUREIRO, Maria Isabel; VIGEVANI, Túlio (org). *Rosa Luxemburg: a recusa da alienação*. São Paulo: UNES-FAPESP, 1991.

¹⁸⁰ Pedrosa, a partir da crítica ao capitalismo, chega ao conceito de “Estado bonapartista militarizado”, ressaltando o papel essencial do militarismo na manutenção do sistema, que pode ser considerado como o desfecho, o período “decomposto” da etapa transitória analisada por Lênin em *O Imperialismo – fase superior do capitalismo*: “Quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores, então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples “entrelaçamento”, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro

Com efeito, ao remeter o conceito de bonapartismo militarizado para a realidade brasileira, Mário Pedrosa não o vê sempre presente na história da nossa burguesia, pois fora necessário uma crise política aguda para trazê-lo efetivamente. Dessa maneira, Pedrosa não compartilha de teses, como as que falam num bonapartismo “religião da burguesia moderna”.¹⁸¹

Em decorrência da compreensão de que o imperialismo capitalista havia se renovado nos embates com um “socialismo real” – que estava mais para um capitalismo de Estado, Pedrosa também se afasta das considerações de Trotsky¹⁸². Em “Encore sur le Bonapartisme: bonapartisme bourgeois et bonapartisme soviétique”, Trotsky vê a impossibilidade, no capitalismo moderno, de um bonapartismo do tipo antigo (burguês), que constitua o Estado no processo de aproximação com as massas trabalhadoras, no mesmo momento que as desmobiliza¹⁸³. Por ter, enfim, esvaziado politicamente a democracia burguesa¹⁸⁴, levando a pequena burguesia ao paroxismo.¹⁸⁵

que não corresponde já ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo, mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida.” (LÊNIN, 1979, p. 670)

¹⁸¹ Ver Nicos POULANTZAS. *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*. México: Siglo XXI, 1970. Ver também Paulo BARSOTTI. “Engels e o Bonapartismo” In COGGIOLA, Osvaldo (org). *Marx e Engels*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 1996;

¹⁸² Pedrosa rompe com Trotsky quando da discussão realizada na IV Internacional, sobre a defesa incondicional da União Soviética, chegando a ser excluído da organização. Para Pedrosa, o Estado russo já não era um Estado operário, nem se tratava somente de uma “degenerescência stalinista”, como afirmava Trotsky em *A Revolução Traída*.

¹⁸³ “Les historiens de la Restauration ont appelé du nom de Bonaparte les admirateurs et les partisans de Napoléon: les *bonapartistes*. L’Etat moderne, forgé par Napoléon à l’image de celui de la monarchie absolue, dut attendre le second Bonaparte pour qu’on le baptisât ouvertement *bonapartisme*. Avec lui, e’était l’entrée en scène du capitalisme industriel et financier moderne, et celle, d’une bureaucratie d’Etat d’un nouveau genre où les *fonctions* se substituèrent peu à peu aux *places*. Marx comprit fort bien la chose. A défaut d’un parti de masse, d’une machine politique Qui put s’assurer la domination sur l’Etat, la bureaucratie suffit à elle seule, couronnée par Napoléon III et son entourage, à donner son assise particulière au capitalisme nouveau.” (NAVILLE, 1972, p. 105)

¹⁸⁴ “Par “bonapartisme”, nous entendons un régime dans lequel la classe économiquement dominante, capable d’utiliser des méthodes démocratiques de gouvernement, se trouve contrainte – pour conserver ses possessions – de tolérer au-dessus d’elle la direction incontrôlée d’un appareil militaro-policier au sommet duquel règne un “sauveur”. Ce type de situation apparaît dans des périodes où les contradictions de classes sont devenues particulièrement aiguës: l’objectif du bonapartisme est d’éviter leur explosion. La société bourgeoise a tracé plus d’une fois semblables périodes, mais ce n’étaient pour ainsi dire que des répétitions. Le déclin actuel du capitalisme a non seulement définitivement miné la démocratie, mais il a également révélé la totale insuffisance

Por entender que à burguesia brasileira somente lhe restava uma prática extremamente brutal e repressiva, todavia sem constituir um processo fascista, ao se dar conta das suas fragilidades que iam além das conjunturais, o trabalho teórico de Mário Pedrosa parece trazer uma contribuição para as análises da sociedade brasileira, com o esforço de reconstituí-la sob o conceito dialético de bonapartismo militarizado.

du bonapartisme de type ancien dont le fascisme a pris la place. Cependant, sous forme de pont entre démocratie et fascisme (en Russie en 1917, de “pont” entre démocratie et bolchevisme), apparaît un “régime personnel” qui s’élève au-dessus de la démocratie et louvoie entre les deux camps – et qui préserve simultanément les intérêts de la classe dirigeante. Cette définition suffit pour caractériser pleinement le terme de *bonapartisme*.” (TROTSKY, 1979, p. 135)

¹⁸⁵ “(...) al imperialismo se le hace indispensable movilizar a la pequeña burguesía y aplastar al proletariado com su peso. El imperialismo es capaz de cumplir esta tarea sólo en caso de que el próprio proletariado revele su incapacidad para conquistar el poder, mientras que la crisis social llevó al paroxismo a la pequeña burguesía.” (TROTSKY, 1979, p. 549)

CONCLUSÃO

Marx, ao analisar o processo histórico do bonapartismo, na França de 1848-1851, percebeu que ali se instalava certas estruturas do Estado moderno por imposição das lutas de classe e do desenvolvimento do capitalismo europeu.

A capacidade de governo da burguesia, como classe politicamente organizada, se esgotou na República parlamentar sob conflitos intensos, profundos e contraditórios, dos poderes constitutivos do Estado burguês.

A burguesia francesa revelou tepidez em manter um parlamento soberano diante de um executivo com pretensões monárquicas, até porque, ela mesma, só contraditoriamente assumiu a República Parlamentar com as suas casas dinásticas – orleanistas e legitimistas. Entretanto, quando da ditadura burguesa e parlamentar, no exercício duma “maioria absoluta” do partido da Ordem, é verdade, num curto espaço de tempo, apesar de reunir todas as forças institucionais necessárias, a burguesia sentiu-se insegura ao enfrentar os conflitos que são próprios da “vida parlamentar”. E não se viu plenamente capaz de oferecer alguma chance às lutas de classe, como afirmou Marx em seu *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

De fato, a república Parlamentar teria sido a condição para o exercício do interesse de classe da burguesia, pondo um fim na possibilidade dos interesses fracionais, ou na elevação à condição dominante do interesse particular burguês. Todavia, parece que foi esse último que se consagrou na derrota parlamentar da burguesia francesa, dando certidão às observações de Marx do *Manifesto Comunista* ao *O Capital*. O burguês, perante ao custo político e ao risco

imposto pela República parlamentar, preferiu a segurança dos seus interesses mesquinhos. Nesse caso, a falência da república Parlamentar abre um campo histórico ao bonapartismo, mas simultaneamente fortalece as estruturas do Estado onde se centraliza o poder político do executivo moderno. E, em tal poder, se constrói as bases necessárias para o domínio da burguesia financeira. Haja vista, a relação entre certos órgãos técnicos do executivo, com o Banco da França e o sistema financeiro de títulos públicos.¹⁸⁶

O Estado (francês) não paira sobre as classes sociais, nem mesmo o bonapartista, posto ter que destruir diariamente o poder político da burguesia para contribuir com um desenvolvimento em que ele se tornou peça fundamental, ao manter uma coesão social e unidade política no capitalismo ao desmobilizar os trabalhadores assalariados.

Com a análise de Marx, se tem uma preocupação com a realidade histórica que dá fundamento ao bonapartismo, ou seja, sua especificidade enquanto uma forma do Estado capitalista. Assim como, parece permitir uma compreensão de certos aspectos da organização política guardada na estrutura estatal, independentemente da sua forma. Os aspectos que indicam uma permanente centralização do poder político no executivo estatal.

A partir de uma visão radicada em Marx, Mário Pedrosa traz, efetivamente, uma interpretação *sui generis* acerca do tão polêmico conceito de bonapartismo. Partindo da análise da estrutura social brasileira, à luz das grandes transformações econômicas que ocorreram no pós-guerra, Pedrosa apreende as determinações do capitalismo internacional na deflagração da crise social que

¹⁸⁶ Ver Karl Marx. *As Lutas de Classes*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1986.

conduzem o Estado brasileiro à um processo bonapartista militarizado, no contexto desse *imperialismo renovado*.

Com a grande crise de 1929, a inserção do país no sistema internacional é ameaçada, levando as classes dominantes a rearticularem-se no poder, mediante uma aliança entre a oligarquia cafeeira e a burguesia industrial, com boas migalhas ao proletariado industrial, constituindo um Estado populista, que se prolongou até a década de cinqüenta, em razão do progresso econômico obtido durante o governo JK, que possibilitou à burguesia brasileira se mostrar mais ousada, com relativa liberdade política e sindical, sufrágio universal, fornecendo uma aparente harmonia entre as classes sociais. Porém, com a crise econômica da década de sessenta, as bases sociais dessa aliança (PSD-PTB) se romperam, e em pleno contexto de “guerra fria”, a burguesia passa a disputar a posse do aparelho de Estado com outras classes sociais.

Esse processo de radicalização das lutas de classes conduziu a uma intensa militarização e à centralização do poder político no executivo estatal, conferindo ao Estado uma maior especificação do seu papel na reprodução da ordem social vigente. Não sem demonstrar o apoio da burguesia internacional, que conspirou para o agravamento da crise, até o momento em que as Forças Armadas foram levadas a salvar a sociedade brasileira da subversão.

Como Marx, Pedrosa se preocupa em perceber as especificidades da realidade histórica brasileira, e seu conceito de bonapartismo militarizado reserva tal preocupação. O que torna possível perceber que o autor de *A Opção Brasileira* não se distanciou da crítica marxista sobre tal conceito.

No 40º aniversário do golpe de Estado de 1964, no contexto da nova ordem mundial, lembrar a obra de Mário Pedrosa é quase um imperativo: “Basta

substituir neocapitalismo por neoliberalismo e Mário Pedrosa é de uma atualidade candente”, dizia Isabel Loureiro em 2000, no seminário *Mário Pedrosa e o Brasil – 100 anos de Arte e Política*, por ocasião da comemoração do centenário do maior crítico de arte brasileiro. Na ocasião, não foram poucos os que ressaltaram sua hábil capacidade analítica e sua aguçada percepção dessa nova ordem mundial:

“Mário talvez tenha sido um dos primeiros intelectuais no Brasil que procurou entender, ainda com o arsenal conceitual marxista, o fenômeno stalinista: as origens da burocracia soviética e as verdadeiras causas da ‘revolução traída’. ” (MARTINS, 2001, p. 30)

“Pensando bem, não estarei exagerando se observar que Mário Pedrosa nunca foi tão premonitoriamente atual quando, pressentindo o retrocesso global que se anunciava, recomendava aos artistas que resistissem discretamente na retaguarda e dessem passagem à luta política propriamente dita.” (ARANTES, 2001, pp. 49-50) ¹⁸⁷

A discussão acerca do papel do Estado bonapartista militarizado não pode deixar de ser considerado quando se depara num momento, como aquele da década de sessenta, em plena convulsão social, no que diz respeito a refrear, a estancar, o processo revolucionário em curso. Nas palavras de Mário Pedrosa, “A revolução é assim, antes de tudo, um processo social histórico de enorme profundidade. Havia, de certo um rebento dela a nascer entre as frechas dos grupos sociais em tensão e das classes em choque que foi cortado rente pelo golpe de 1º de abril.” (1966, p. 178). Na sua tarefa de desarticulação social e manutenção do status quo, o bonapartismo militarizado teve êxito, impedindo assim a marcha da história, a manifestação do novo, do vir a ser. Nesse sentido, o trabalho de Pedrosa traz importantes pistas para se compreender, dentre outras coisas, a derrota da revolução, a crise do marxismo e o retorno da instituição do mercado como ideal

¹⁸⁷ Ambas passagens encontram-se no seguinte texto: MARQUES NETO, José Castilho (org). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

suprahistórico, enfim, de pensar nessa outra alternativa, quando se pensava em termos de “socialismo ou barbárie”.

Hoje, mais do que nunca, quando vemos a tentativa de se pôr em prática um projeto pensado pelos militares já em 1964, a perspectiva socialista deve ser abraçada por aqueles que acreditam na capacidade criativa da reflexão e da história, na construção de um mundo melhor.

Mário Pedrosa, a partir de uma análise crítica e profunda, é por isso mesmo, ainda capaz de trazer contribuições valiosas para a compreensão da realidade brasileira, e apontar os caminhos que os novos atores sociais poderão estabelecer para dar à luz uma nova forma de convivência social.

REFERÊNCIA

AURELIANO, Liana. *No Limiar da Industrialização*. 2. ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1999;

BARSOTTI, Paulo Douglas. “Engels e o Bonapartismo” In COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Marx e Engels*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 1996;

BAUMAM, Zygmunt. *Fundamentos de Sociologia Marxista*. Madrid: Ed. Alberto Corazon, 1975;

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990;

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura Externa e Liberalização Financeira: os impactos sobre Crescimento e Distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2002;

CARDOSO, Fernando Henrique. “Estado Capitalista e Marxismo”. In *Estudos Cebrap* nº 21, jul-ago-set 1977. São Paulo: Ed. Cebrap, 1977;

CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. “O Estado na Sociedade Capitalista”. In *Política e Sociedade*, vol. 1. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979;

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987;

FAUSTO, Boris. “A Derrubada das Oligarquias”. In *A Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975;

FERREIRA, Pedro Roberto. *O Conceito de revolução da Esquerda Brasileira: 1920-1946*. Londrina: UEL, 1999;

_____. “Gênese Categorical e Reconstituição do Real” In *Revista Boletim* nº 1. Londrina: UEL, 1980;

GIANNOTTI, José Arthur. “Em Torno da Questão do Estado e da Burocracia”. In *Estudos Cebrap* n. 20 abr-mai-jun 1977. São Paulo: Ed. Cebrap, 1977;

IANNI, Octávio. “Pacto Populista e Bonapartismo” In *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975;

_____. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975;

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Portugal: Armênio Amado, 1984;

LÊNIN, V. I. “O Estado e a Revolução” In *Obras Escolhidas* vol. 2. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980;

_____. “O Imperialismo – fase superior do Capitalismo” In *Obras Escolhidas* vol. 1. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979;

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997;

LOUREIRO, Maria Isabel; VIGEVANI, Túlio (Org). *Rosa Luxemburg: a recusa da alienação*. São Paulo: UNES-FAPESP, 1991.

LÖWY, Michael. “A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado” In _____; BENSÄID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Ed. Xamã, 2000, pp. 160-167;

LUXEMBURG, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. Lisboa: Ed. Presença, 1974;

LUXEMBURG, Rosa. ROSA LUXEMBURGO, VIVA! Antologia. César Oliveira (Coord). Porto: Gráfica Firmeza, 1972;

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984;

MARQUES NETO, José Castilho (Org). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001;

_____. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as Origens do Trotskismo no Brasil*. Tese de Doutorado – USP, 1992;

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;

MARX, Karl. *As Lutas de Classe*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1986;

_____. *El Capital*, VI, I. Mexico: Fondo de la Cultura Económica, 1975;

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997;

_____. *O Capital*, Capítulo VI Inédito. São Paulo: Ed. Moraes, s/d;

_____. *O Capital*, Vol. I, São Paulo: Nova Cultural, 1988;

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. (Os Pensadores) São Paulo: Nova Cultural, 1999;

MARX, K. ; ENGELS, F. *Cartas Filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977;

_____. *O Manifesto Comunista*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1999;

_____. *Sobre la Revolución de 1848-1849 (Artículos de “New Rheinische Zeitung”)*. Moscou: Progreso, 1981;

MANDEL, Ernest. “O papel do indivíduo na história: o caso da II Guerra Mundial”. In *Revista Ensaio* n. 17/18. São Paulo: Ed. Ensaio, 1989;

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação da economia brasileira*. 9º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998;

MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972;

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. “Brasil: Estratégias da Conglomeração” In FIORI, José Luís (Org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. (Col. Zero à Esquerda). Petrópolis: Vozes, 1999. pp. 327-350;

MORAGA, Henrique M. *O Estado nas Sociedades Dependentes*. Lisboa: Ed. Presença – Liv. Martins Fontes, 1977;

NAVES, Márcio B; BARROS, J. M. de Aguiar (Org) *Crítica do Direito*. São Paulo: Leach, 1980;

NAVILLE, Pierre. “Bonapartisme et Bureaucratie”. In *Le Nouveau Léviathan 5 (La bureaucratie et la révolution)*. Paris: Ed. Anthropos, 1972;

OLIVEIRA, Francisco de. “A Economia Brasileira: crítica à razão dualista”. In *Estudos Cebrap* n. 2, out-1972. São Paulo: Ed. Cebrap, 1972;

PEDROSA, Mário. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966;

_____. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966b;

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*. Mexico: Siglo XXI, 1970;

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995;

RIDENTE, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993;

SIMÕES, Carlos. “Fundamentos Gerais do Direito – as formas jurídicas”. In *Direito do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. São Paulo: Símbolo, 1979;

_____. *O Direito e a Esquerda (crítica dos conceitos fundamentais)*. São Paulo: Acadêmica, 1994;

TROTSKY, Léon. *A Revolução Traída*. Lisboa: Ed. Antídoto, 1977;

_____. “Acerca del Termidor y el Bonapartismo” In *Escritos*, Tomo II, 1930-31. Vol. 2. Bogotá: Ed. Pluma, 1977;

_____. “Bonapartismo, Fascismo y Guerra” In *Escritos* – Tomo XI, 1939-40. Vol. 2. Bogotá: Ed. Pluma, 1979;

_____. “La Filosofía Bonapartista del Estado” In *Escritos*, Tomo X, 1938-39. Vol. 2. Bogotá: Ed. Pluma, 1979;

_____. “La Revolución Permanente” In *Obras Escogidas de Leon Trotsky* (Tomo I). Madrid: Fundamentos, 1976;

_____. “Bonapartisme et Fascisme” In *Oeuvres*, avril 1934/décembre 1934. Publications de L’Institut Léon Trotsky, Paris: EDI, 1979;

_____. “Encore sur le Bonapartisme: Bonapartisme Bourgeois et Bonapartisme Soviétique” In *Oeuvres*, janvier 1935/juin 1935. Publications de L’Institut Léon Trotsky, Paris: EDI, 1979;

_____. *Programa de Transição para a Revolução Socialista*. 2. ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1978;

WERNECK VIANNA, L (org). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002;

ZELNY, Jindrich. “El Movimiento de la Relación entre la Apariencia y la Esencia en la Construcción del Sistema” In *La Estructura Lógica de “El capital” de Marx*. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1974.